

## Os jovens, a periferia e a violência: a importância da perspectiva urbana

*Eda Góes*

Dossiê:  
**Violência  
e Insegurança  
no Brasil**

**Veja também:**

Insegurança Urbana. Produção do Espaço. Sociabilidade. Estado. Fragmentação Socioespacial. Representações Sociais. Unidades de Polícia Pacificadora. Estudantes. Educação Profissional. Direitos Humanos. Prisão. Cotidiano. Relações Sociais. Centros Educacionais. Espaço. Geografização. Homicídios. Análise Documental. Campina Grande. Pequeno Comércio. Competitividade. Criminalidade. Fotografia. Artes Visuais. Processo Fotográfico. Realidades Fotográficas. Arte Pop. Publicidade. Consumo.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 20, Número 02, julho/dezembro, 2014

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**ARIÚS – Revista de Ciências Humanas e Artes  
Centro de Humanidades – UFCG  
Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB.**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes



A Ariús é uma publicação semestral do Centro de Humanidades da UFCG. Publica trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes.

#### EDITOR

André Augusto Diniz Lira (UFCG).

#### EDITOR ADJUNTO

Antonio Gomes da Silva (UFCG).

#### CONSELHO EDITORIAL

Aluísio de Medeiros Dantas • André Augusto Diniz Lira • Andréia Ferreira da Silva • Antonio Gomes da Silva • Darcon Sousa • João Marcos Leitão Santos • José Irialdo Alves Oliveira Silva • Maria das Graças Amaro Silva • Renato Kilpp • Sérgio Murilo Santos de Araújo • Sinara de Oliveira Branco • Suênio Stevenson Tomaz da Silva.

#### COMISSÃO CIENTÍFICA

Afrânio-Raul Garcia Júnior (EHES- CRDC) • Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) • Antônio Paulo Rezende (UFPE) • Antônio Torres Montenegro (UFPE) • Bernardete Wrublevski Aued (UFSC) • Denise Lino de Araújo (UFCG) • Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) • Eliane Moura da Silva (UNICAMP) • Eli-Eri Luiz de Moura (UFPB) • Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) • José Roberto Pereira Novaes (UFRJ) • Lemuel Dourado Guerra (UFCG) • Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE) • Luiz Francisco Dias (UFMG) • Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi (UFRN) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Suerde Miranda de Oliveira Brito (UEPB).

#### Revisores

Língua Inglesa: Sinara de Oliveira Branco • Suênio Stevenson Tomaz da Silva.

#### Normalização Técnica

Severina Sueli da Silva Oliveira CRB-15/225.

#### REITOR

José Edílson de Amorim

#### VICE-REITOR

Vicemário Simões

#### CENTRO DE HUMANIDADES

##### Diretor

Luciênio de Macêdo Teixeira

##### Vice-diretor

Alarcon Agra do Ó

##### Disponível em:

[www.ch.ufcg.edu.br/arius](http://www.ch.ufcg.edu.br/arius)

e-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

e-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

#### ARIÚS

##### Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

58.429-900 – Campina Grande – PB

##### Editoração Eletrônica

Antonio Gomes da Silva

---

A718 ARIÚS: revista de ciências humanas e artes. – v. 1, n. 1, (out./dez. 1979) – v. 20, n. 2, (jul./dez. 2014). – Campina Grande: EDUFCG, 2012.  
225 p.: il.

Anual: 1979. Suspensa: 1980-1989. Anual (com alguma irregularidade): 1990-2006. Semestral: 2007-Editor: Universidade Federal da Paraíba de 1979 a 2001; Universidade Federal de Campina Grande 2002-.  
ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

1 - Ciências Humanas 2 – Ciências Sociais 3 – Linguística 4- Artes 5 – Periódico I- Título.

CDU 3(05)

---



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Sumário

### Autora Convidada

**06 | Os jovens, a periferia e a violência: a importância da perspectiva urbana**

Youth, periphery and violence: the importance of urban perspective  
*Eda Góes*

### Dossiê: Violência e Insegurança no Brasil

**39 | A gestão da (in)segurança urbana pelo estado: fragmentação das identidades e das sociabilidades cotidianas**

State management of urban (in)security: fragmentation of daily identity and sociability  
*Maria Angélica de Oliveira Magrini*

**58 | Representações sociais das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) por estudantes de informática do Cetep Santa Marta – Rio de Janeiro**

Social representations of Pacifying Police Units (UPP) by informatics students at cetep Santa Marta – Rio de Janeiro  
*Rita de Cássia Pereira Lima; Antonia Regina Ribeiro Leal; Suely Fernandes Coelho Lemos*

**84 | Violação dos direitos humanos da população carcerária: uma das expressões da violência nas prisões norterriograndese**

Human rights violation of prison population: one of expressions of violence in norterriograndese prisons  
*Hilderline Câmara de Oliveira*

**114 | De dentro pra fora, de fora pra dentro: a “violência” como mediadora das relações sociais nos centros educacionais**

Inside out, outside in: “violence” as mediator of the social relations in the educational centres  
*Alessa Cristina P. de Souza*

**140 | A desconcentração dos eventos de violência urbana no Brasil e seus efeitos na ambiência urbana: o caso de Campina Grande – PB**

The deconcentration of events of urban violence in Brazil and its effects on urban ambience: the case of the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil  
*Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior; Martha Priscila Bezerra Pereira*

**163 | Cenários e personagens dos entreveros homicidas no Brasil do século XXI: análise do caso de Campina Grande - PB**

Scenarios and characters of homicides in century XXI in Brazil. analysis case of Campina Grande – PB  
*Vanderlan Silva*

**184 | O pequeno comércio em contextos de competitividade e criminalidade: sociabilidades reconfiguradas?**

The small trade in contexts of competitiveness and criminality: reconfigured sociabilities?  
*Lincoln da Silva Diniz; Cláudio Jorge Moura de Castilho*

### Outros Temas

**198 | Realidades fotográficas: uma abordagem do processo fotográfico e suas condições de produção e recepção**

Photographic realities: an approach of the photographic process and its conditions of production and reception  
*Suelaine Lima Lucena Agra; Paulo Matias de Figueiredo Júnior*

**212 | O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes? Uma releitura de Richard Hamilton após cinco décadas**

What exactly makes today's homes so different, so appealing? A rereading of Richard Hamilton after five decades  
*Maria Stella Galvão Santos*

# **Autora Convidada**

---



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **OS JOVENS, A PERIFERIA E A VIOLÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA URBANA**

---

### **YOUTH, PERIPHERY AND VIOLENCE: THE IMPORTANCE OF URBAN PERSPECTIVE**

Eda Góes

Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP

#### **Resumo**

Contribuir para a necessária aproximação entre as pesquisas sobre violência urbana e os estudos urbanos é o objetivo principal desse artigo. A partir de um estudo de caso, o Conjunto Habitacional Brasil Novo (Presidente Prudente - SP), se discute a sua representação violenta, as mudanças relacionadas ao consumo e tráfico de drogas, a difusão da violência como linguagem, além da presença de fronteiras, distinções e outros signos urbanos que precisam ser levados em conta quando se busca compreender a multiplicidade de fatores que se combinam na produção da violência urbana. As narrativas dos moradores são a fonte principal da pesquisa, a partir das quais o papel dos jovens foi valorizado. Nas mudanças recentes, relacionadas à ampliação do acesso ao consumo da habitação no Brasil, são identificados avanços e desafios.

**Palavras-chave:** Violência urbana. Estudos urbanos. Periferia. Jovens pobres.

#### **Abstract**

Contribute to the necessary approach between research on urban violence and urban studies is the main goal of this article. From a case study of the Housing Complex Brasil Novo (Presidente Prudente - SP), one discusses the neighborhood's violent representation, the changes related to consumption and

drug dealing, the spread of violence as a language, and also the presence of boundaries, distinctions and other urban signs that need to be taken into account when seeking to understand the multitude of factors that combine to produce urban violence. The narratives of the residents are the primary source of the research, from which the role of youth was valued. The recent changes related to increasing access to the housing market in Brazil, advances and challenges were identified.

**Keywords:** Urban violence. Urban studies. Periphery. Poor youth.

## 1. Introdução

*"Cidade e violência se converteram em sinônimos, em imaginário indissociável, em palavras intercambiáveis"*<sup>1</sup>

Reguillo (2005, p.393) sintetiza com essa frase dois dos pressupostos desse artigo: 1. as pesquisas recentes sobre produção do espaço urbano no Brasil tem se deparado com o tema da violência e com o papel norteador que vem desempenhando; 2. há uma vasta e profunda produção científica sobre a questão da violência no Brasil, em sua grande parte voltada à violência urbana<sup>2</sup>. Dois outros pressupostos se desdobram dos anteriores: 1. há um direcionamento considerável das pesquisas, tanto sobre produção do espaço urbano, como sobre violência urbana, às realidades metropolitanas; 2. a despeito do que a adjetivação "urbana" que acompanha a violência sugere, nas pesquisas sobre o tema, há pouca ou nenhuma articulação entre os conteúdos propriamente urbanos dos espaços onde a violência ocorre e a sua prática<sup>3</sup>, inclusive no que se refere aos sujeitos nela envolvidos.

Dentre as poucas exceções, destacamos o capítulo do "Livro Verde: Desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas" (2002), denominado "Violência,

---

<sup>1</sup> Tradução nossa para: "Ciudad y violencia se han convertido en sinónimos, en imaginario indissociable, en palabras intercambiables".

<sup>2</sup> A exceção se refere às pesquisas relacionadas ao tema da luta pela terra.

<sup>3</sup> Na mesma direção, Souza (2008, p.10) critica a separação entre a pesquisa urbana e a pesquisa na área de segurança pública.

crime, insegurança: há saídas possíveis?”, de autoria de dois pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência, Sérgio Adorno e Nancy Cardia, cuja produção científica tem nos fornecido parâmetros importantes de pesquisa, sobretudo no que se refere à concepção de que, além das três dimensões da violência no cenário brasileiro atual - “as percepções (que incluem as reações), os fatos e as explicações” (ADORNO, 2005) - há também a interpretação do crime como “drama social” (ADORNO; CARDIA, 1999, p.88).

Dois aspectos presentes nesse texto são particularmente relevantes<sup>4</sup> para o tema abordado nesse artigo: 1. o deslocamento do foco da metrópole paulistana para o interior paulista, o que implicou um esforço de identificação de algumas de suas especificidades referentes, por exemplo, às relações entre poder político e instituições de controle social; 2. a preocupação com a intervenção, que atendia a proposta explicitada no subtítulo do livro.

Em relação ao primeiro aspecto, foram importantes suas constatações sobre as mudanças econômicas experimentadas pelo interior paulista: a década de 1990 foi marcada pela “forte tendência para a expansão da riqueza pública e privada, para o interior do Estado”, porém com particularidades, como “a transferência de grandes empresas do município da capital e da região metropolitana para regiões administrativas como Campinas, São José dos Campos, Araraquara, São Carlos e Franca”, e “o crescimento acelerado das empresas agroexportadoras sediadas em regiões como Araçatuba, Ribeirão Preto e Presidente Prudente”, resultando no “aparecimento de um mercado consumidor muito assemelhado ao das grandes metrópoles” (ADORNO; CARDIA, 2002, p.304-5).

Como desdobramentos sociais, diretos e indiretos, dessas mudanças, identificam um “cenário que estimula conflitos sociais entre classes sociais que convivem em espaços muito próximos, em suas lutas pelo espaço vital, pela defesa de privilégios recém-conquistados e pela segregação sócio-espacial”, cenário

---

<sup>4</sup> Versão ampliada da discussão desse texto foi publicada em Sposito e Góes (2013).

agravado pela “expansão - do crime organizado, em especial do narcotráfico, no interior enriquecido do Estado de São Paulo”, o que, por sua vez, seria expressão de mudanças no perfil da criminalidade, sobretudo no que se refere à territorialização de certos delinquentes, uma vez que “alguns grupos não são mais circunscritos por limites municipais, metropolitanos ou por fronteiras estaduais” (ADORNO; CARDIA, 2002, p.306-7), levando-nos a cogitar sobre a caracterização de uma nova *criminalidade difusa*<sup>5</sup>.

Na confluência das mudanças econômicas e sociais com as mudanças do crime organizado e as permanências em relação às instituições de segurança e justiça que Adorno e Cardia (2002) identificam no interior paulista, podemos situar outro fato ocorrido nos anos 1990, a saber, a transferência de muitos dos presos que cumpriam pena no Estado de São Paulo para as penitenciárias inauguradas durante os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, no contexto de uma nova política penitenciária que visava descongestionar os Distritos Policiais paulistanos e desativar a Casa de Detenção<sup>6</sup>. Das 21 novas penitenciárias, 13 foram construídas no Oeste Paulista. A despeito das muitas especulações, o impacto, seja das transferências dos presos, seja do destaque dado a elas pela mídia, ainda está por ser identificado.

No que se refere à intervenção proposta, problematizada desde o subtítulo do capítulo de Adorno e Cardia (2002) que pergunta, “há saídas possíveis?”, ao buscar responder afirmativamente, os autores recorreram a uma experiência francesa, comentada por especialistas norte-americanos, denominada *Contrato Local de Segurança* (CLS), que teria sido aplicada em 1.300 comunidades. Para além do conteúdo da proposta, que discutiremos em seguida, já nos deparamos com um segundo problema: é possível recorrer a um exemplo francês, na busca de soluções

---

<sup>5</sup> O tópico “Interiorização da violência” da pesquisa “Homicídios e juventude no Brasil: Mapa da violência, 2013”, coordenada por J. J. Waiselfisz, amplia essa análise para a escala nacional, através de indicadores de homicídios de jovens.

<sup>6</sup> Desativada em 2002, a Casa de Detenção de São Paulo era considerada um verdadeiro *barril de pólvora*, em função da superlotação crônica e do histórico de motins violentos, entre os quais se destaca aquele que ficou conhecido como *massacre da Detenção* (outubro de 1992).

de problemas brasileiros (para ficar apenas no seu aspecto geral), sem dedicar uma única linha às diferenças entre essas duas realidades, tanto sociais, como econômicas e culturais? A mediação dos especialistas norte-americanos, longe de amenizar tal problema, apenas contribui para agravá-lo, uma vez que se pautam numa terceira realidade, cujas diferenças em relação às outras duas não são desprezíveis.

Em relação a tais cuidados, são pertinentes as observações de Recasens (2007, p.15-6), feitas na introdução de seu livro que parte justamente dos problemas relativos à produção acadêmica (ou científica) sobre o tema da insegurança, a fim de alertar para os perigos de se conferir caráter universal à segurança/insegurança, desconsiderando o

contexto socioeconômico ou político-geográfico em que cada autor o circunscreve; por exemplo, realizando levantamento de dados de modo idêntico sobre vitimização em diversos países sem ter em conta suas diferenças; ou transpondo indiscriminadamente ideias como a de tolerância zero ou da polícia de proximidade, de um lugar ao outro, de uma realidade a outra.<sup>7</sup>

Reafirmamos a importância de se considerar permanentemente as relações entre o geral e o particular, sobretudo quando se trata do esforço necessário de incorporar referências internacionais, ampliando perspectivas analíticas. Nas cidades francesas, não estão presentes os mesmos *déficits* sociais a que fazem referência Adorno e Cardia na parte inicial de seu texto, nem heranças deixadas por um passado colonial e escravista, mas sim os filhos dos imigrantes provenientes de ex-colônias, que não aceitam mais ser tratados como imigrantes, inclusive porque são de fato nascidos na França, mas que continuam a se deparar com limites nas

---

<sup>7</sup> Tradução nossa de: “[...] contexto socioeconómico o político-geográfico en que cada autor lo circunscribe; por ejemplo realizando encuestas de victimización idénticas en diversos países sin tener en cuenta sus diferencias; o trasladando indiscriminadamente ideas como la tolerancia cero o la policía de proximidad de un lugar a otro, de una realidad a otra”.

possibilidades de trabalho e consumo, particularmente relevantes numa contemporaneidade em que a integração pelo consumo parece ser uma demanda universal, especialmente entre jovens. Desse modo, é apenas a partir das combinações particulares entre as dimensões objetiva e subjetiva da segregação socioespacial que este processo pode ser compreendido em diferentes contextos nacionais (SARAVI, 2008, p.108).

Em relação ao conteúdo do CLS, seu maior mérito, segundo Adorno e Cardia (2002, p.327), é que sua implantação

[...] implica uma abordagem mais ampla do tema da segurança pública do que aquele encontrado nas principais correntes científicas sobre crime e violência. O CLS parte da suposição de que as condições básicas de vida são uma das raízes da violência urbana. Coerentemente, ações no intuito de reduzir a violência implicam trabalhar com desigualdades econômicas e sociais.

Disso decorre a busca de integração entre “melhoria da atuação do Sistema de Justiça Criminal com a melhoria da qualidade de vida da população”, levando em conta que “a qualidade do meio ambiente urbano, sobretudo a presença de sinais de desordem e de incivildade (desrespeito para com o outro) influenciam na configuração da violência e em seu crescimento” (ADORNO; CARDIA, 2001, p.320), bem como na ocorrência de delitos criminais, todos eles devidamente diagnosticados em fase prévia, que envolve *atores sociais*, os quais vão muito além da polícia e da *comunidade*, passando por representantes dos setores de educação, saúde, habitação, indústria, comércio etc.

Em relação à “qualidade do meio ambiente urbano”, outros problemas precisam ser levados em conta. Em primeiro lugar, não se pode desconsiderar o papel do “urbanismo defensivo” proposto pelo norte-americano Newman (1973), cujos princípios foram recuperados recentemente em grandes intervenções efetuadas

em bairros pobres e degradados, que resultaram na implantação de empreendimentos imobiliários destinados aos segmentos sociais altos e médios (PRÉVÓT-SCHAPIRA; PIÑEDA, 2008, p.83). Billard, Chevalier e Madoré (2005) identificam uma retomada de tais princípios nos EUA, na década de 1980, dessa vez sob a denominação de “teoria das janelas quebradas”, que novamente associava polícia e urbanistas no enfrentamento a violência urbana e se desdobrou, posteriormente, na “política de tolerância zero”<sup>8</sup>.

Sem mencionar nenhuma dessas referências e apoiando-se em autores norte-americanos, Adorno e Cardia (2002, p.324) caracterizam os bairros degradados como locais onde há “pouco ou nenhum controle social” e onde a “chance de ser pego é pequena”, chegando ao ponto de identificar “a presença de fortes concentrações de população em situação precária” como fator da insegurança, sem acrescentar qualquer comentário crítico acerca da tradicional e problemática associação entre violência e pobreza. Em seguida, concluem que “o uso misto do solo – residencial e não-residencial – tem impacto negativo sobre o convívio social” (ADORNO; CARDIA, 2002, p.325), novamente, sem fazer qualquer referência aos urbanistas que defenderam a divisão do espaço urbano por função, inspirados na obra de Le Corbusier, e à ampla crítica de que têm sido alvo, incluindo a de fragmentar, condenando à destruição a própria cidade contemporânea<sup>9</sup>. Além disso, também não são poucos os diagnósticos acerca da degradação das áreas centrais de cidades latino-americanas, devido justamente à ausência de mescla de funções ou, em outros termos, como decorrência da ausência de moradores e da predominância das atividades comerciais e de serviços.

Ainda que o texto debatido seja apenas um capítulo de livro, cujos limites nas possibilidades de discussão de cada uma das questões a que se reporta não

---

<sup>8</sup> Kessler (2009) retoma tal identificação, lembrando ainda que a “política de tolerância zero” foi parcialmente responsável pela hiperinflação carcerária nos EUA, denunciada por Wacquant (2001).

<sup>9</sup> Por exemplo, Sennett (1998) e Caldeira (2000).

ignoramos, não podemos deixar de assinalar o caráter problemático de tais omissões, dadas sua complexidade e as inúmeras contribuições de outros especialistas sobre as mesmas questões, inclusive latino-americanos como, por exemplo, a crítica de Carrión (2008, p.124) à “prevenção situacional no espaço público”, à qual o autor contrapõe a necessidade de se propor um novo urbanismo.

O que se evidencia é o distanciamento em relação a perspectivas mais politizadas, presentes na maior parte dos trabalhos do Núcleo de Estudos da Violência. Tal distanciamento reflete e reproduz, simultaneamente, a desconsideração da necessária compreensão de que a cidade não pode ser pensada de forma fragmentada, ou seja, de que é imprescindível levar em conta as articulações, frequentemente contraditórias e problemáticas, de cada um dos bairros, cuja violência se pretende enfrentar, com a cidade, e vice-versa, com a qual pretendemos contribuir nesse artigo.

Mas há um outro agente que precisa ser levado em conta no estabelecimento dessas relações, a mídia, uma vez que a representação da violência urbana que ela produz tem papel importante e contraditório em relação a desvalorização das especificidades dos espaços urbanos como uma das dimensões, ainda que certamente não a única, necessária à sua compreensão e enfrentamento. Por um lado, a mídia procura espacializar os crimes, recorrendo frequentemente a preconceitos e estereótipos, alguns dos quais historicamente reproduzidos<sup>10</sup>, conseqüentemente, identificam bairros populares, como bairros perigosos, ampliando e reproduzindo estigmas territoriais (WACQUANT, 2001) e processos de segregação socioespacial. Por outro, ao direcionar a atenção às metrópoles e reproduzir cotidianamente notícias sensacionalistas sobre as mesmas, sem assumir tal direcionamento, a mídia acaba por produzir a representação de uma violência difusa, que está por toda parte, desconsiderando e encobrendo particularidades que incluem problemas a serem enfrentados.

---

<sup>10</sup> Dentre esses preconceitos, destacamos como aqueles que relacionam violência e pobreza.

Buscando contribuir para a necessária aproximação entre as pesquisas sobre violência urbana e os estudos urbanos, nesse artigo voltamos nossa atenção para um bairro periférico, Conjunto Habitacional Brasil Novo, de uma cidade média situada no Oeste Paulista, Presidente Prudente, conhecido pela representação violenta. Entrevistas realizadas com seus moradores foram a principal fonte de pesquisa na qual nos baseamos.

## **2. Brasil Novo**

O Conjunto Habitacional Brasil Novo localiza-se na porção norte da cidade, é composto por lotes urbanizados e pelas unidades residenciais do Conjunto Habitacional. O bairro surgiu no ano de 1990, com a aprovação do Conjunto Habitacional, tendo a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), como agente promotor (SILVA, 2005).

Na área destinada ao loteamento urbanizado, alguns lotes foram doados aos moradores removidos de favelas e a maioria dos lotes foi vendida para famílias de diversas áreas de Presidente Prudente. Os critérios para obtenção dos lotes comercializados foram os seguintes: baixa renda, família constituída e não ser proprietário de nenhum outro imóvel.

Segundo a Prefeitura Municipal, a necessidade da implantação do loteamento deu-se por conta do *déficit* habitacional e do grande número de áreas públicas ocupadas irregularmente. A gleba onde foi implantado o loteamento inicialmente não era da Prefeitura Municipal, tratava-se de uma propriedade rural. Desse modo, o Brasil Novo foi implantado fora do perímetro urbano, que foi ampliado em 1996, com o Plano Diretor.

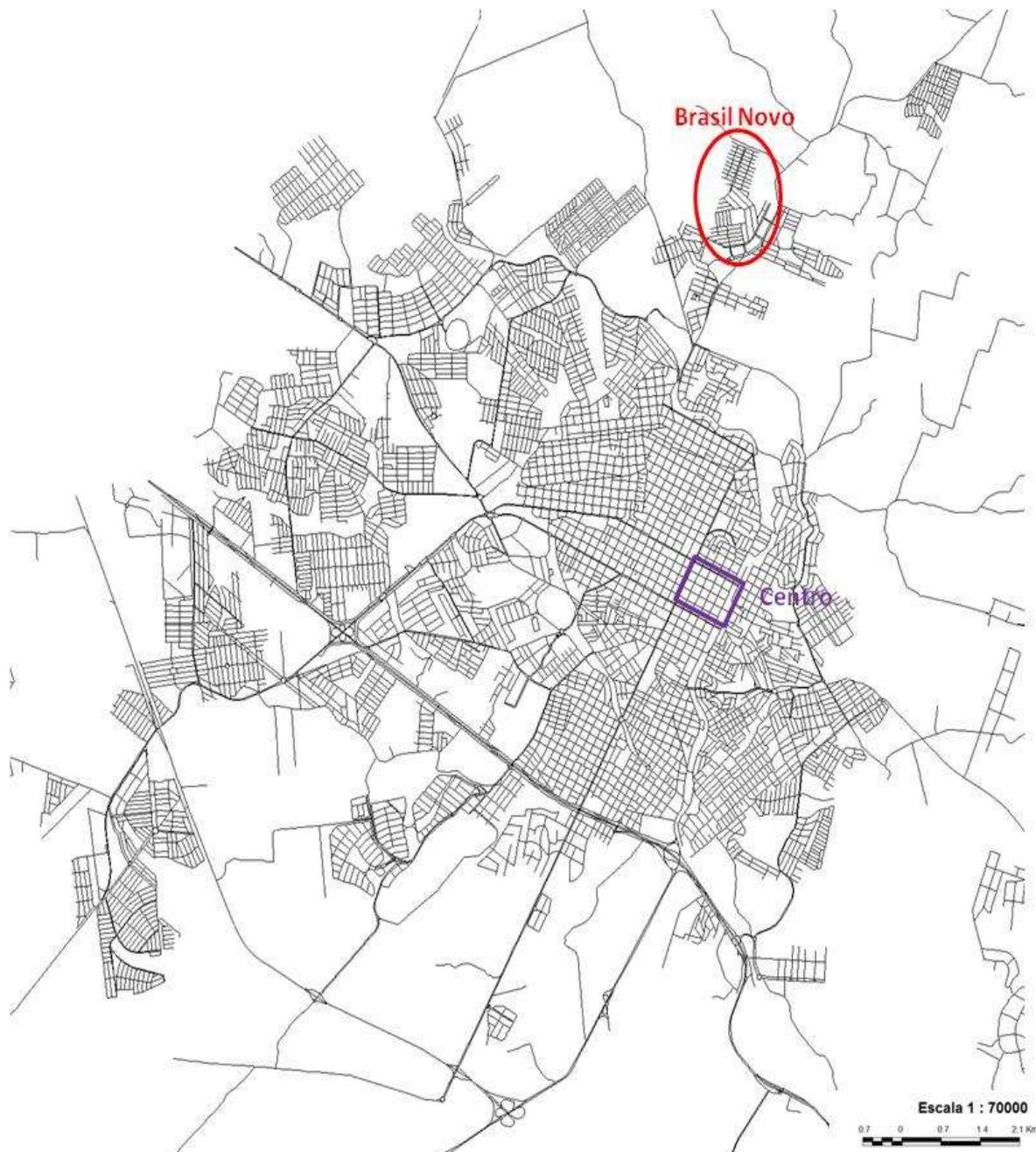


Figura 1. Localização do Conjunto Habitacional Brasil Novo em Presidente Prudente – SP

Daí uma das características do bairro que se refere à sua localização (Figura 1), qual seja, a distância do centro da cidade, que sugere separação, e mesmo uma estratégia de controle social e de segregação socioespacial, segundo a qual os

pobres devem residir em locais cada vez mais distantes da área central da cidade. Mas outros desdobramentos, não previstos, também se relacionam a essa característica, como é o caso da presença do tráfico de drogas que identifica nessas características vantagens para sua territorialização.

Trata-se de um padrão no qual a própria política habitacional está pautada, denominado de centro-periferia, em que os diferentes grupos sociais encontram-se separados: classe média e alta nas áreas centrais da cidade e os pobres nas precárias e distantes periferias (CALDEIRA, 2000, p.211)<sup>11</sup>. Assim, a origem do bairro se relaciona ao modo como se deu o crescimento da própria cidade de Presidente Prudente e, simultaneamente, às estratégias empregadas para ordenar (e regularizar) a inserção das camadas populares.

O Brasil Novo foi inaugurado oficialmente em 1992, quando era desprovido de infraestrutura, como rede de esgoto e asfalto. A distância do centro da cidade era agravada pela insuficiência da linha de ônibus que atendia ao bairro, e não havia creche, escola, posto de saúde, etc.

As melhorias ocorreram com o passar do tempo através da mobilização de seus moradores que denunciavam as precárias condições e exigiam providências dos órgãos competentes, conforme verificado em pesquisa realizada nos jornais locais<sup>12</sup> e conforme narram os moradores<sup>13</sup> mais antigos:

Quando eu mudei para cá, era muita lama, quando chovia, a gente sofreu muito porque não tinha asfalto. (Benedito, entrevista concedida em 06/09/2011)

O bairro aqui era bem precário, uma lama quando chovia, ônibus tinha que ir lá em cima pegar... não tinha asfalto, nem comércio, só um botequinho

<sup>11</sup> Embora a autora mostre como esse padrão não explica mais a expansão urbana da cidade de São Paulo, no caso tratado nesse artigo, tal padrão ainda se aplica.

<sup>12</sup> Ana Cláudia Nogueira (2008) pesquisou as matérias publicadas nos dois jornais locais, *O Imparcial e Oeste Notícias*, no período de 1990 – 2000, quando as manifestações públicas dos moradores foram noticiadas, ao mesmo tempo em que predominavam as notícias sobre crimes lá ocorridos.

<sup>13</sup> Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

que vendia as coisas. Mercado, essas coisas, não tinha nada, só tinha mesmo água e luz. (Helena, entrevista concedida em 02/02/2012)

Mas se essas referências foram características de moradores que lá residem há mais de 5 anos, a constatação de que há consumo e tráfico de drogas no Brasil Novo esteve presente em todas as 22 entrevistas lá realizadas, embora isso não aparecesse entre os principais problemas que identificam atualmente. Com ruas calçadas, rede de água, energia elétrica e esgotos, coleta de lixo, orelhões, quatro linhas de ônibus, posto de saúde, escola de ensino fundamental, creche, posto policial, 29 estabelecimentos comerciais diversos, um distrito industrial com 15 pequenos estabelecimentos, feira semanal, "academia da terceira idade", quadra coberta e dois campos de futebol com um *playground* anexo e 8 igrejas (uma católica e 7 evangélicas), além de casas em alvenaria, às quais alguns entrevistados se referiram enfatizando que "eles mesmos construíram"<sup>14</sup>, são visíveis as mudanças objetivas ocorridas no bairro.

No seu cotidiano, os moradores identificam a falta de uma lotérica, onde "pudessem pagar suas contas", de estabelecimentos comerciais maiores para fazer compras, de uma farmácia e de maior frequência nos ônibus, como principais problemas, ainda que o horário comercial de funcionamento do posto policial e a falta de segurança a ele relacionada, direta ou indiretamente, e a insuficiência das opções de lazer voltado aos jovens também tenham sido mencionados.

Foi quando perguntamos sobre o problema do consumo de drogas que um sujeito assumiu papel recorrente nos discursos dos entrevistados, os jovens moradores do Brasil Novo, conforme demonstram os seguintes exemplos:

[Você sabe se há problemas com drogas no bairro?]

---

<sup>14</sup> "Fomos nós mesmos que construímos, não foi prefeitura não, foi uma luta" (Marta, entrevista concedida em 09/09/2011).

Lá para cima tem. Ali para cima mesmo, eu sei de uma pessoa que saiu de dentro da casa dela, comprou outra casa aqui para baixo, porque ela foi violentada, menina, na casa dela, foi o próprio filho dela, que bateu nela, machucou tudo ela. Faz uns dois anos mais ou menos. Então, porque o filho não obedece a pai e nem mãe, daí ele se juntou com o pessoal que usa droga. Então, ela foi violentada, porque ela foi tomar um rádio que o filho dela pegou, ele ia pegar e vender para usar drogas, daí ela avançou nele e ele bateu nela. Então ela se mudou para uma dessas ruas aí embaixo e deixou o filho morando lá. Fora isso, eu soube de gente que morreu aqui no bairro, mas faz muito tempo, só me lembro de um caso, faz muitos anos, mas o rapaz, ele não era aqui do bairro não, ele era do [Jardim] Alexandrina, ele veio atrás de um cara aí lá na Rua Cinco, por causa de uma menina que namorava o cara, daí ele morreu inocente. Até a mãe dele era da nossa igreja, o cara ia atirar no outro e daí o tiro pegou nele. O cara mesmo que era para acertar o tiro, ele correu. Então, aconteceu aqui no Brasil Novo, mas os caras não eram daqui. Faz tempo, faz uns cinco anos... Então foi nessa mesma dita casa que mataram o nosso irmãozinho [da mesma igreja] que a pessoa que mora lá está presa. O rapazinho que morreu não morava aqui também não, era de outro bairro... (Marta, entrevista concedida em 09/09/2011)

Tem. Ah, eu ouço muito isso aí, mas eu nem ligo para isso também. Ah, eles matam uns aqui, matam outros ali no [Jardim] Humberto Salvador também. Então o pessoal está sempre comentando de morte por aí. Aqui no Brasil Novo também, já teve muita morte aqui. Não faz muito tempo, uns dois anos mataram um rapaz aqui do bairro a tiros. Ele era moleque, usava drogas, pegaram ele aí na casa dele e mataram. Um rapaz novo, acho que tinha uns vinte e poucos anos, ele já tinha envolvimento com droga, tinha dívida, ele era cadeeiro [esteve preso], daí soltaram ele. (Inácio, entrevista concedida em 04/01/2012)

Aqui tem uns vagabundinhos que fumam as drogas deles, mas a gente passa e faz de conta que não vê e tudo bem. A única coisa que aqui é ruim é que essa casa não tem muro, e fica ruim de morar. Eu tenho problema aqui por causa disso. Outro dia um rapazinho que fica soltando papagaio aí, um moleque grande sabe, de 15, 16 anos, eles me quebraram todos os vidros aí,

sabe? Eles já deram pancada na porta, agora só tem uma porta, eles deram pancadas lá na porta do fundo e arrebentaram toda a porta e roubaram umas coisas aí. Eu tive que fazer, sabe o que? Eu tive que levantar um muro lá atrás no lugar da porta do fundo e agora ficou só essa porta aqui. Isso faz uns oito meses mais ou menos, eu não estava em casa, foi num domingo a noite. Então, a única coisa ruim é isso, que às vezes eles fazem muita bagunça a noite, bagunça assim, ficam com aquele converseiro, agora ainda parou um pouco, porque eu liguei, eu liguei para polícia. Os caras ficavam usando droga direto, aquele barulho danado, um converseiro no celular. Eu liguei e a polícia veio aí. Eles não podem ficar sabendo, não, se não pode complicar para mim. A gente tem medo, sabe? (Antonio, entrevista concedida em 04/01/2012)

Ali para baixo tem é muito. Eu ouço todo dia no rádio, eu ouço falando que prendeu gente com esse negócio de droga aqui no Brasil Novo,... Outro dia mesmo, aqui na rua, faz pouco tempo, acho que um mês, mais ou menos, o rapaz aqui, a casa dele é aqui no final da rua, uma casa bem fechada, com portão, grade, muro alto e tudo, o rapaz, ele estava saindo para levar a mulher dele no ponto de ônibus para trabalhar, daí quando ele abriu o portãozinho do lado, um rapazinho que estava correndo da polícia veio e entrou, e falou para ele: *me deixa ficar aqui tio, a polícia quer vir me pegar, dá um cigarro para mim aí tio*. Daí ele pegou e deu. Daí ele perguntou: *está limpa a barra para mim aí tio?* Daí o rapaz falou: *está sim, eles já foram*. Então ele foi embora. A gente fica com medo, pior que dá dó, menina, uns meninos novos... (Luis, entrevista concedida em 07/01/2012)

Perigoso aqui é a Rua Seis, mora um pessoalzinho ali. Em outra rua aqui para cima também mora um rapaz que mexe com o tráfico, ele fornece drogas para os usuários, mas ele já mudou daqui, a polícia veio atrás dele aí e ele mudou daqui, parece que está morando agora aqui para baixo. Tem uma rua ali que tem também. Então é em algumas ruas só, por causa desse negócio de drogas. (Pedro, entrevista concedida em 26/01/2012).

Nessas e noutras respostas, 4 aspectos se destacam: 1. a banalização das referências ao consumo de drogas e à violência a ela relacionada que, no entanto,

costuma estar presente nas mesmas narrativas em que a sensibilidade em relação ao sofrimento dos próprios jovens dependentes, assim como de seus familiares, é demonstrada; 2. a temporalidade dos casos de violência narrados (relacionados às drogas), sempre no período noturno e frequentemente durante a madrugada, o que ajuda a compreender tanto uma chave moral na qual são inseridos (“também, se estava na rua naquela hora...”, “saía fora de hora...”), como a maior exposição de alguns moradores (“saio para trabalhar às 4 horas...”), ainda que, ao nível do discurso e das práticas descritas, as diferenças entre os trabalhadores e *os outros* sejam claramente demarcadas. A pertinência das críticas em relação ao horário “comercial” de funcionamento do Posto Policial<sup>15</sup>, quando os problemas do bairro sempre acontecem à noite, também se torna mais evidente. 3. As divisões internas ao bairro, dificilmente identificáveis para os *não moradores*, mas familiares a todos os entrevistados, que demarcam novas diferenciações entre *nós*, moradores das áreas “tranquilas”, e *eles*, “lá de cima”, perto no “fim da linha do ônibus”, onde ocorre o consumo de drogas e predominam os problemas dele decorrentes. Mas, há exceções, como se evidencia na entrevista de Luis, para quem o problema não está “lá em cima”, mas sim, “ali em baixo”. 4. As divisões entre aqueles que são do bairro e aqueles que não são, valorizadas mesmo quando se trata da narrativa das suas práticas violentas (“mas o rapaz não era aqui do bairro não, ele era do [Jardim] Alexandrina... Então, aconteceu aqui no Brasil Novo, mas os caras não eram daqui”; “eles matam uns aqui, matam outros ali no [Jardim] Humberto Salvador também”) também possibilitam a identificação de um aspecto em comum, a referência à periferia, na qual se localizam todos os espaços mencionados.

Mesmo assim, não foram poucas as entrevistas em que a banalização da violência se expressou pela naturalização das relações entre cidade e violência, cuja

---

<sup>15</sup> Mesmo assim, o Posto Policial é representado por alguns como conquista, o que pode ser compreendido tanto no âmbito das relações ambíguas que os moradores da periferia estabelecem com a polícia, quanto pela oposição que procuram reiterar, ao menos no nível discursivo, entre polícia e criminosos, da qual decorre a necessidade de alinhar-se com a primeira.

importância temos reiterado desde o início deste artigo: “mas essas coisas agora acontecem em qualquer lugar”; “no jornal da Globo se vê que no Rio sim que é violento”; “em todo lugar tem aquela gente, assim, complicada, eles usam drogas...”

Dentre esses aspectos, levando em conta os limites desse artigo, nos deteremos em 2 deles, discutidos a partir da perspectiva das territorialidades internas ao Brasil Novo, identificadas nas narrativas dos entrevistados, e dos signos urbanos diretamente relacionados à periferia, por eles mencionados de modo reiterado. As interligações estabelecidas entre as duas perspectivas, no nível analítico, coincidem com as interligações observadas empiricamente.

As relações contraditórias entre a espacialização da violência e a representação da violência difusa, promovidas pela mídia, não podem ser desconsideradas quando se trata de identificar as referidas territorialidades, tanto porque contribuem para que a complexidade das relações entre violência e espaços urbanos seja evidenciada, quanto porque há influências e reações diversas às mesmas. Se, por um lado, a percepção de que a violência está por toda parte<sup>16</sup>, se desterritorializando, isso gera tanto uma insegurança generalizada, muito própria da modernidade, quanto a necessidade de produzir mecanismos cotidianos de defesa. A mídia atua sobre esses mecanismos, promovendo-se ao fornecer soluções como evitar certas áreas da cidade, reproduzindo, como já dissemos, segregação socioespacial.

Mas como essas soluções não são acessíveis para todos, novas estratégias são cotidianamente produzidas, como é o caso das distinções e fronteiras simbólicas no interior das áreas mais atingidas pelos processos de segregação, elaboradas por seus moradores, e das narrativas que contestam as representações de violência e perigo atribuídas aos espaços que ajudaram a transformar em cidade, ou cuja transformação

---

<sup>16</sup> “Porque a cidade cresceu, vai aumentando as pessoas, e vai aumentando a violência também” (Marta, entrevista concedida em 09/09/2011).

testemunharam<sup>17</sup>. As diferentes temporalidades próprias das mudanças objetivas, nesse caso, de realidades periféricas, e da sua representação social, ajudam a compreender tais desconexões. Assim a distinção entre *nós*, moradores do Brasil Novo, e *os outros*, moradores de Presidente Prudente, assume novo significado: *nós* sabemos que agora o bairro que ajudamos a produzir é tranquilo e que são outros os espaços periféricos perigosos, embora os outros não saibam.

### 3. Fronteiras vielas

As distinções e fronteiras internas observadas não chegam a assumir a importância identificada por Elias e Scotson na obra "Estabelecidos e outsiders" (2000), uma vez que, a despeito da espacialização das distinções que constata em Winston Parva, também encontradas no Brasil Novo, o que demonstram com esse estudo de caso são as estratégias de poder que um grupo, denominado de "estabelecidos" pelos autores, exerce sobre um outro grupo, denominado de "outsiders". No Brasil Novo, a imprecisão das distinções se evidencia pela possibilidade da sua subversão, quando a área que está no alto, predominantemente identificada às práticas violentas e ao consumo de drogas, passa a ser identificada "ali para baixo", como fez Luis (acima citado), mas apoia-se em signos urbanos fortemente associados aos espaços urbanos deteriorados e desvalorizados, como costumam ser representados aqueles que não foram planejados e, portanto, não são suficientemente largos e planos para possibilitar a circulação dos veículos, inadequados, desse modo, para o controle social. Esse é o caso das "vuelas" às quais se referiram muitos de nossos entrevistados, sempre diretamente associadas ao consumo de drogas, ao perigo e a presença de jovens (Figura 2). As passagens seguintes são exemplares:

---

<sup>17</sup> Nesse caso, o pesquisador assume papel importante, como mediador entre o Brasil Novo e os demais espaços urbanos de Presidente Prudente.

Esse rapaz que mataram está com mais ou menos um ano, meteram bala nele. Ele já tinha sido preso, já. Era gente que tinha envolvimento, quem matou era gente que também mexia com isso, a pessoa compra drogas e às vezes não paga, tem uns acertos e o pessoal mata mesmo, eles não estão nem aí. O pessoal entra nessa daí, faz uma, duas, três vezes, e acham que nunca vão cair, mas uma hora cai, a pessoa vai preso e então vai perdendo tudo que tem. Então lá para cima é feio, tem aquelas vielinhas, você passa ali e fica aquele monte, à noite, tudo fumando as drogas deles. Eu passo e falo: *boa noite rapaziada, tudo bem?* Eu cumprimento e vou embora. (Antonio, entrevista concedida em 04/01/2012)

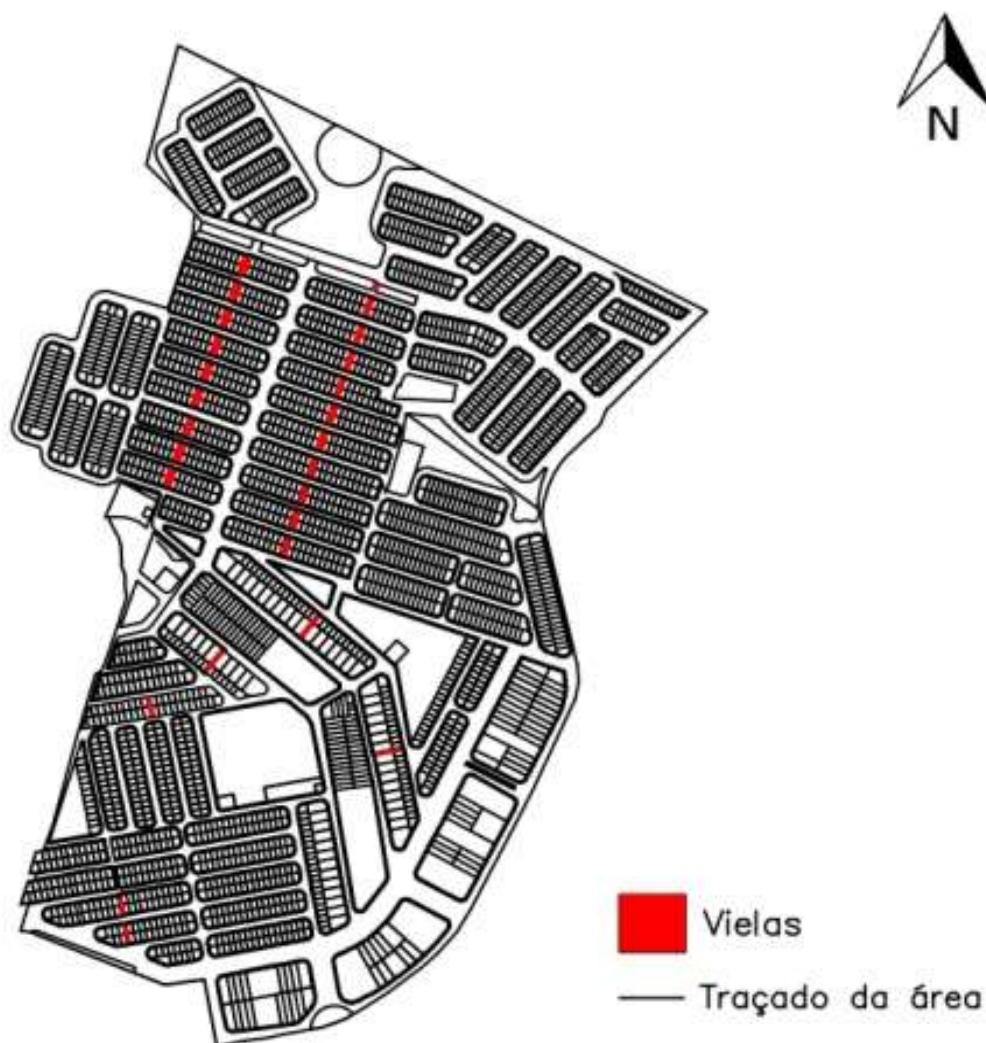
Igual esse dia que revistaram o rapaz aqui, revistaram dois, mas deixaram. Depois eles revistaram mais dois e esses dois eles levaram. Aqui, volta e meia a polícia passa e sempre leva. Só que esse dia não foi dessa viela, não, foi na viela lá embaixo, então esses eles levaram, mas depois soltaram. Um é aqui da rua, usa droga, mas não mexe com ninguém, fica na dele, eles não mexem com a gente daqui. (Luis, entrevista concedida em 07/01/2012)

Às vezes eu tinha medo porque eu passava pela viela e estava aquele monte assim fumando daquele lado e a viela é aquele caminhozinho, e eu passava e falava: *Boa Noite!* Inclusive ali tinha bandido que já tinha ameaçado o meu pai. (Vilma, entrevista concedida em 02/02/2012)

Lá para cima é. Lá é muito solitário. Parece até outro bairro. Outro dia fui lá à noite e tinha umas pessoas estranhas sentadas nas vielas, lá também tem uns becos. Acho que onde é deserto, vai tendo mais coisa ruim, tem um pasto lá bem no final, tem muitos beco e muita viela, falta investimento, acho que aquela parte lá é mais abandonada. (Rosa, entrevista concedida em 04/02/2012)

O pessoal estava na viela, encostado de casa, eles [policiais] chegaram assim, igual uns bichos em cima, sabe? Aí já colocou a menina na parede de joelho. Gente, de joelho, a menina?! Então a menina começou a chorar e eles falaram desse jeito: *Porque você está chorando, está com droga aí?* Daí a menina falou assim: *Não, é porque eu nunca passei por uma humilhação dessas.* Aí diz que eles começaram a bater no rapaz lá e um morador daquela rua falou assim: *Oh, porque vocês estão fazendo isso com o rapaz?*

*Por quê? Ele está com droga? Ele não é traficante, ele não é bandido, não, porque vocês estão fazendo isso com o rapaz? Pode soltar ele, ele trabalha, ele não é vagabundo, não, ele trabalha vocês têm que prender vagabundo e não quem trabalha. Ele está aqui descansando. Ninguém tem o direito de ficar sentado perto da porta da sua casa, na viela, que já é bandido. (Fernanda, entrevista concedida em 02/09/2011)*



Autoria de Marina Clementoni Costa Borges

Figura 2. "Vielas" do Conjunto Habitacional Brasil Novo (Presidente Prudente – SP)

Sem estabelecer relações diretas entre forma e função, além da heterogeneidade desses espaços, o que pretendemos evidenciar são as conexões objetivas e subjetivas entre características inerentes à própria produção da periferia e a sua conceituação, nos termos propostos por Rosa (2009). Levando em conta a contraposição entre centro e periferia, da qual a definição da periferia resulta perpassada pelas irregularidades e ilegalidades urbanas que caracterizam a inserção das camadas pobres no espaço urbano, a autora problematiza tal dicotomia, especialmente entre formal e informal (periférico), em função do risco de “deixar escapar a complexidade das relações que caracterizam tais fronteiras” (ROSA, 2009, p.3), aproximando-se, portanto, das evidências que encontramos no Brasil Novo, sobretudo quando valorizamos as narrativas dos seus moradores, reconhecidos como sujeitos produtores daquele espaço urbano.

Mas a aproximação maior com a proposição da autora se dá em função do reconhecimento de que a importância adquirida pela violência urbana e pelo tráfico de drogas contribuiu para legitimar tais concepções dualistas, sobretudo quando foram reapropriadas pela mídia, pelos políticos, ONG's etc., o que lhes conferiu conteúdo perverso: a generalização e a criminalização dos seus moradores, associada a ilegalidade, a desordem<sup>18</sup> e a exclusão social (ROSA, 2009, p.9). Para nós, importam as particularidades que esse processo assume numa cidade média, como Presidente Prudente, na qual a produção de habitações de interesse social foi promovida nos anos 1990, a partir de combinações, como a concessão de lotes para famílias removidas de favelas e a venda dos demais para outras famílias pobres, ao mesmo tempo em que a distância em relação a malha urbana consolidada e a carência de serviços e equipamentos só era superada mediante a organização coletiva dos próprias moradores, responsáveis portanto, por transformar o Brasil Novo em cidade. Mas o impacto da violência urbana e do tráfico de drogas pautam as narrativas dos

---

<sup>18</sup> Corroborando a caracterização dos bairros degradados como locais onde há “pouco ou nenhum controle social” (ADORNO e CARDIA, 2002, p.324), antes mencionada.

seus moradores, demonstrando o alcance desses processos, ao mesmo tempo em que conferem a eles particularidades só percebidas por quem vive cotidianamente esses espaços.

Assim identificamos possibilidades da subversão e de disputa velada sobre determinados espaços<sup>19</sup> do bairro que sempre levam em conta a presença dos jovens pobres, representados como violentos e envolvidos com drogas, e sua territorialização nas vielas, por exemplo, ao mesmo tempo em que justificativas e demonstrações de sensibilidade diante da sua condição pontuam as narrativas dos entrevistados, especialmente quando se trata de jovens do bairro e mais ainda quando são da família:

Às vezes a gente vê gente por aí que apronta faz as coisas para andar bem vestido, para comprar alguma coisa, mas ele [o primo] não, ele não se interessa por nada sabe. Não tem vontade de ter nada, é muito estranho, parece assim que ele desistiu de tudo. A gente fica em cima direto. Agora ele saiu, está aí na rua, ele fica o dia inteiro sentado embaixo de uma árvore, olhando o dia passar, se você olhar ali [referindo-se a esquina da rua], você vê. A gente fica na cola, quando ele entra em casa, minha mãe já vai atrás revistar ele, é todo dia assim. O bom é que assim..., ele não é agressivo nem nada, a gente vai falar as coisas com ele, ele só chora. Assim não dá! Ele tem que se interessar por alguma coisa. Não é verdade? (Flávia, entrevista concedida em 23/01/2012)

Aqui os vizinhos todos gostam do meu menino, ele é um menino muito bom, nunca participou de nada errado, ele sempre trabalhou. Teve vizinho aqui que até chorou quando soube que ele foi preso. (Odair, entrevista concedida em 07/02/2012)

O problema aqui é emprego. O adolescente quer ter as coisas, mas aí não consegue emprego, é onde que vai fazer as coisas erradas... Olha, o meu

---

<sup>19</sup> Os entrevistados mencionaram estratégias como buscar a companhia de jovens moradores do bairro para circular pelas áreas perigosas, manter relações amistosas com os próprios traficantes e consumidores de drogas e, sobretudo, "fazer de conta que não vê e tudo bem".

filho foi criado na igreja, tinha que ver... a coisa mais linda, meu filho todo arrumadinho com a bíblia indo para igreja. Ele queria trabalhar, procurava emprego, mas não tinha. Eu criei os meus filhos e eu tenho certeza que se eles tivessem trabalho, não teria acontecido isso que aconteceu com eles [referindo-se a prisão de seus dois filhos], meus meninos são meninos bons, menina, aqui todo mundo gosta deles. O que precisa aqui é ter trabalho para os jovens. Eu não estou dizendo que isso justifica o erro, mas ajuda a pessoa a tomar a decisão errada. (Benedita, entrevista concedida em 06/06/2011).

Dois outros aspectos presentes nessas falas devem ser levados em conta com vistas à compreensão da multiplicidade de fatores que se combinam para produzir violência, sobretudo associada ao consumo e tráfico de drogas, nesses espaços: 1. a importância assumida pelo consumo na vida dos jovens (não apenas, mas inclusive) pobres da periferia; 2. a ambiguidade das relações que esses jovens estabelecem com o “mundo do trabalho”, já não mais tão claramente contraposto ao “mundo do crime”, como procuram sugerir nossos entrevistados<sup>20</sup>, vários deles pais, mães, irmãos, primos ou vizinhos de jovens envolvidos com a criminalidade.

Nesse sentido, a dimensão temporal assume importância novamente, conforme indícios tão sutis, quanto frequentes, das falas dos entrevistados sugerem, quando se referem à predominância das estratégias individuais no enfrentamento dos problemas cotidianos, inclusive da própria violência urbana, e relacionados aos jovens. É com base nessas estratégias que reafirmam a tranquilidade do Brasil Novo, várias delas já citadas nas passagens acima, e a injustiça da representação negativa que continua a ser associada a ele:

---

<sup>20</sup> “Eu sempre trabalhei, eu sempre não tive nada, só isso mesmo. Eu vou falar uma coisa para você, eu nunca passei necessidade na minha vida, mas eu também nunca passei bem, sabe por quê? Eu sempre trabalhei, graças a Deus! Eu nunca fiquei desempregado” (Carlos, entrevista concedida em 07/01/2012).

Eu sento aqui na frente de casa direto. É como eu falei para você, agora se a pessoa sair fora de hora, vai ter perigo em qualquer lugar. Eu não acho aqui perigoso, não. (Carlos, entrevista concedida em 07/01/2012)

É perigoso para quem quer. Se a gente ficar quietinho no nosso lugar, ninguém mexe com eles. Se não mexer com eles, eles não fazem nada. Se todo mundo fosse igual a mim, não falava as coisas... Perigoso é. É perigoso assim, que eles saem daqui e vão aprontar em outro lugar, então aqui, eles não fazem nada, aqui ninguém mexe. (Marta, 09/09/2011)

Agora o posto policial que eles fizeram aqui no bairro, isso aí não valeu de nada... Nem os marginais ali da beira, não mudaram. Eu não tenho nada a ver com a vida deles sabe? Eles são meus alunos, eles me respeitam, muitas vezes me fazem companhia, vindo embora comigo. Outra coisa que deveria melhorar aqui... daqui até a escola, tem uma chácara, então, naquele pedaço, tem época que não tem uma lâmpada, minha filha. Então, menina, e ali quem faz companhia para eu vir embora? Os marginaizinhos que são meus alunos. Eu me dou bem com eles, então, eu queria que tivesse assistência para as lâmpadas ali. (Vilma, entrevista concedida em 02/02/2012).

Assim retornamos aos sujeitos cuja importância foi evidenciada pelas narrativas dos entrevistados, os jovens moradores do Brasil Novo e dos outros bairros da Zona Norte de Presidente Prudente, ou seja, da sua periferia pobre, e com eles a uma dimensão ainda não explorada nesse artigo e diretamente a eles relacionada, ainda que surpreenda justamente por não ser a eles restrita: a violência da linguagem e a violência como linguagem (RONDELLI, 2000). É justamente essa difusão que confirma a capacidade de comunicação que adquiriu, a despeito da perversidade de tal constatação, conforme evidenciam as passagens abaixo e também aquelas citadas anteriormente:

[Você já sofreu algum tipo de violência no bairro?]

Eu já. Pelo meu ex-marido, a gente brigava direto, saía nos tapas, depois quando eu quis separar, ele não aceitava, ele queria me matar [risos]. Daí eu

tive que ficar escondida, aqui mesmo dentro de casa, para ele não *vim* mais atrás de mim. Eu não cheguei a fazer denúncia nem nada, não chamei a polícia, não. Ele bateu em mim e eu bati nele também, eu não ia apanhar e ficar quieta. [...] A gente já viu assim gente brigando na rua, batendo na mulher. Às vezes bêbado brigando. Outro dia o cara estava batendo tanto na mulher, e a gente foi olhar, ele ficou bravo com a gente também, daí a gente correu para dentro com medo. Isso faz uns seis meses. Teve o caso de uma menininha que mataram aqui no bairro, acho que faz uns seis anos, não sei, ela foi violentada e morta aqui no bairro. A gente não conhecia, mas a gente ficou sabendo. (Flavia, entrevista concedida em 23/01/2012)

Já, duas vezes. A primeira vez foi na véspera do Ano Novo, no finalzinho do ano passado. Meu irmão veio me visitar, estava ele e meu outro irmão de criação e os meus filhos brincando na área, olhando para rua e vendo umas pipas, daí eles estavam olhando e uma pipa estava caindo, então esse meu irmão mais velho e o meu filho de dez anos correram para pegar, como estava assim, na beira da minha casa... Chegou um rapaz que disse que era dono da pipa, o meu irmão falou: *Não, a pipa caiu e eu peguei e eu não vou te dar a pipa, então o rapaz falou, não, mas a pipa é minha...* E ele veio em cima do meu irmão para tomar, ele foi e tomou, aí meu irmão pegou e falou assim: *Soca, soca naquele lugar.* O menino falou assim: *Espera aí que você vai ver quem é que vai socar aqui.* O meu irmão veio embora com a pipa. O meu irmão entrou, pegou uma faca e o outro também, ele saiu dizendo que iria lá, daí eu falei: *Davi, pelo amor de Deus, deixa isso para lá, não arruma confusão com esse moleque, não.* Então ele falou: *Não, o cara está pensando o que? Ele veio me tirar.* Meu irmão foi saindo, ficou aqui na frente e, quando pensa que não, dali a pouco, o rapaz já estava voltando. O rapaz já veio com uma faca na mão, xingando meu irmão, chamando ele de *cuzão*, de *arrombado*, que agora *onde estava o galinho de briga?* Daí o meu irmão pegou a faca e colocou aqui atrás das costas na cintura, e foi lá. Ele ficou lá batendo boca com o meu irmão, daí eu cheguei lá e disse: *Vamos parar com isso!* O rapaz falou: *Não, esse cara veio tirar uma comigo aqui no meu bairro, e não sei o que...* Porque o meu irmão é outro, ele não é flor que se cheire, não. Daí o meu irmão falou: *Então está bom, me desculpa.* Deu a mão para

ele ainda, mas ele falou assim: *Que desculpa porra nenhuma, não tem desculpa porra nenhuma não*. Disse que isso não iria ficar assim não, *you está pensando que isso vai ficar assim? You vai se foder na minha mão*. Então o meu irmão falou assim: *Rapaz, eu estou te pedindo desculpas, você não quer aceitar, não, então vai a merda!* O rapaz ficou falando,... Dali a pouco veio de novo o moleque com outro cara, um rapaz que ele chamou que tinha acabado de sair da cadeia,... Eu fiquei com medo porque o rapaz foi covarde, se ele era homem, então porque ele não enfrentou o meu irmão igual homem, mão a mão, mas não, ele veio logo com uma faca e depois ainda chamou o outro para ajudar ele. Vai saber se ele não iria arranjar mais uns caras para depois querer pegar o meu irmão, a gente fica assim, com medo sabe? ... e depois de mais ou menos uns dois meses que eu estava morando aqui, o meu irmão foi preso. (Fernanda, entrevista concedida em 02/09/2011).

As contribuições de Machado da Silva (2010, p.286) para o entendimento da “sociabilidade violenta”<sup>21</sup> muito presente entre os jovens, ajudam a compreender o significado das narrativas citadas e inclusive, o processo de difusão de tal sociabilidade, para além dos envolvidos diretamente com o tráfico de drogas:

Até o passado recente, os grupos postos à margem, baseados na expectativa de uma integração futura, sempre reconheceram essa condição [de criminalização da população residente nos “territórios da pobreza”], sem que a tenham aceitado plenamente, de modo que se mantiveram valorativamente orientados para o próprio sistema que os segregava. [...] A novidade das últimas décadas é que um pequeno segmento desse contingente (os portadores da “sociabilidade violenta”, cuja formação e modo de atuação variam segundo as diferentes cidades do país) parece ter assumido positivamente e ativamente o estatuto que lhe é atribuído,

---

<sup>21</sup> Na mesma direção, Feltran (2011, p.147) comenta, a partir do estudo de casos concretos de jovens de Sapopemba, bairro popular da capital paulista: “se todo mundo já os considerava bandidos mesmo, alguma coisa eles tinham de ganhar com isso”.

constituindo uma forma de vida própria e fechando o círculo de ferro da *violência urbana*. (MACHADO DA SILVA, 2010, p.296)

#### **4. Ampliação do acesso à casa própria: avanços e desafios**

Mudanças recentes reiteram a importância de se superar os limites das análises que não levam em conta as relações entre a violência e os espaços urbano, como aquelas produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida que faz parte do Programa Nacional de Habitação e possibilita o financiamento de imóveis em até 30 anos, definindo que as habitações para famílias com renda de até três salários mínimos, contemplam a aquisição de empreendimentos na planta, pelo fundo especialmente criado pelo pacote, com subsídios entre 60 e 90% do valor do imóvel<sup>22</sup>. O Programa Minha Casa Minha Vida I pretendia construir um milhão de moradias, distribuídas de acordo com o *déficit* habitacional do país: 90,9% para quem recebe de 0 a 3 salários mínimos; 6,7% para quem recebe de 3 a 6 salários mínimos; 2,4% para quem recebe de 6 a 10 salários mínimos (HIRATA, 2009).

No lançamento, em 2009, foi “apresentado como uma das principais ações do governo em reação à crise econômica internacional e também como uma política social de grande escala” (SHIMBO, 2010, p.93). A partir do subsídio de unidades habitacionais, crédito para aquisição de habitações e ainda redução de juros, o objetivo do programa é “impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p.35). A prioridade aos interesses das empresas construtoras se revela tanto na operacionalização do pacote, como no volume de recursos destinados. Segundo Fix e Arantes (2009), 97% do subsídio público disponibilizado, com recursos da União e do FGTS, são

---

<sup>22</sup> Os empreendimentos precisam seguir as duas tipologias pré-definidas pela Caixa Econômica Federal: casa térrea (com 35 m<sup>2</sup>) ou apartamento (42 m<sup>2</sup>).

destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos (como cooperativas e movimentos sociais).

Atualmente este programa habitacional, que está na segunda fase (2011 - 2014), traz aperfeiçoamento das regras de financiamento e aprimoramento das moradias em relação à primeira fase (2009 - 2011), tendo como meta construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda.

Cardoso e Aragão (2012, p.44) sintetizam em oito pontos as críticas realizadas por diversos especialistas quanto ao MCMV, das quais importa para esse artigo destacar 4: 1. a falta de articulação do programa com a política urbana; 2. a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; 3. os problemas de localização dos novos empreendimentos; 4. a grande escala dos empreendimentos.

Todas essas críticas, assim como primeiras pesquisas realizadas em cidades nas quais o MCMV teve empreendimentos implantados, não apenas reafirmam os problemas previstos, como acrescentam novos, decorrentes das novas temporalidades que caracterizam a produção e a difusão das representações sociais. Assim, poucos meses após sua ocupação, já são considerados espaços perigosos a serem evitados<sup>23</sup>, ou seja, reproduzem os processos de segregação socioespacial, assim como seus desdobramentos, tão negativos para aqueles que vivenciam cotidianamente os estigmas territoriais, quanto para os demais moradores da cidade, uma vez que os jovens pobres moradores desses grandes e distantes conjuntos habitacionais recém-inaugurados podem transpor os limites do bairro, insistindo em

[...] exibirem-se dentro de uma estética global juvenil; ao destacarem-se através da presença marcante das turmas e dos atos de violência, ensejando

---

<sup>23</sup> Em pesquisa realizada em Araçatuba e Birigui (SP), com base em entrevistas de cidadãos residentes em diferentes áreas das duas cidades, Magrini (2013) recolheu depoimentos que identificam os empreendimentos do MCMV, recentemente ocupados, como áreas perigosas.

um modo de 're-territorialização' na ampliada 'ética do lazer' que predomina o lado 'oficial' da cidade. (DIÓGENES, 1998, p.38).

## 5. Considerações finais

Mudanças econômicas em escala global, que incidem sobre o mercado de trabalho em escala local, via encolhimento e desregulamentação, estimulam, além de insegurança, o acirramento das disputas, próprias da sociedade capitalista, assim como a incorporação da ideologia do empreendedorismo, assentado na valorização das iniciativas individuais e da competição. O acesso ao consumo para aqueles que vinham sendo dele excluídos historicamente, em escala nacional, via ampliação do acesso à renda e ao crédito, melhora as condições de vida de grande parcela da população brasileira, mas radicaliza os efeitos da centralidade assumida pelo consumo na vida cotidiana. Nas cidades brasileiras, a "sociedade do consumo" (BAUDRILLARD, 1995) é reproduzida, com todos os encobrimentos e distorções que implica, inclusive a supervalorização da aparência, do *parecer* ao invés do *ser*, e de outros atributos notadamente individuais, aos quais os jovens são particularmente suscetíveis.

Todos esses processos estão presentes em cada um dos espaços urbanos, com suas características gerais e particulares, produzindo socialmente cidadãos, que são também sujeitos que produzem espaços urbanos, cada um dentro das suas possibilidades, as quais também são socialmente produzidas. Todos esses processos estão presentes no Conjunto Habitacional Brasil Novo, produzindo jovens moradores, que são sujeitos particularmente importantes na produção daquele espaço urbano, assim como de Presidente Prudente, seja como estudantes, trabalhadores, atletas, membros de grupos de amigos, divertindo-se, indo a igreja..., seja como consumidores ou traficantes de drogas, territorializando vielas no "fim da linha" de ônibus, reproduzindo a violência urbana, cumprindo pena em instituições punitivas...

e acabando por engrossar as estatísticas nacionais de homicídios de jovens pobres, como demonstra a pesquisa coordenada por Waiselfisz (2013).

No Brasil Novo, a despeito da expansão do “mundo do crime” e das condições relativamente favoráveis que encontra em bairros periféricos, como é o seu caso, a legitimidade do trabalho mantém sua predominância, conforme revelam os discursos e as práticas socioespaciais dos seus moradores, em função das combinações particulares entre os processos globais e as características locais, tanto do bairro, como da cidade média na qual se insere. As reconfigurações decorrentes da emergência do crime, identificadas por Feltran (2012, p.156) em bairro pobre da capital paulista, no âmbito das quais teriam se alterado as perspectivas de olhar para o trabalho e o que é legítimo, não ocorreram. Mas e quanto aos novos conjuntos habitacionais do MCMV? Como adverte o próprio autor (FELTRAN, 2012, p.172), trata-se de uma tendência a qual não se deve atribuir cunho totalizante, ou seja, cabe aos pesquisadores ajudar a entender esses processos, sem perder de vista as possibilidades de sua reversão, sem perder de vista a necessidade de reversão também da fragmentação que está em curso, tanto da cidade, como dos conhecimentos sobre ela produzidos.

## Referências

ADORNO, S.; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: SANTOS, J. V. T. dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 66-90.

\_\_\_\_\_; CARDIA, N. Violência, crime e insegurança: há saídas possíveis? In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Orgs.). *Livro Verde: Desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 303-333.

ADORNO, S. Conferência proferida durante o Seminário “As interfaces da violência”. São Paulo, UNIFESP, 5 de agosto de 2005.

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BILLARD, G.; CHEVALIER, J.; MADORÉ, F. *Ville fermée, ville surveillée*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.
- CARDOSO, A, L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-65.
- CARRIÓN, F. Violencia urbana: un asunto de ciudad. *Eure*, Santiago do Chile, vol. XXXVI, n.103, p. 111–130, dez. 2008.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da Cultura e da Violência*. Gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume, 1998.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FELTRAN, G. de S. *Fronteiras de tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2012.
- FIX, M. e ARANTES, P. F. *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida*. Correio da Cidadania. 2009. Disponível em: <<http://correiodacidadania.com.br>>. Acessado em: 20/01/2014.
- HIRATA, F. *"Minha Casa Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?* Marília: Aurora. Ano III, número 4, julho de 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/aurora>, acessado em 10/12/2013.
- KESSLER, G. *El sentimiento de inseguridad*: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

- MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v.23, n. 9, p.283-300, Salvador, Mai/Ago 2010.
- MAGRINI, M. A. *Vidas em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos*. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2013.
- NOGUEIRA, A. C. *Representações sociais do bairro Brasil Novo em Presidente Prudente-SP*. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.; PINEDA, R. C. Buenos Aires: la fragmentación en los interstícios de una sociedad polarizada. *Eure*, vol. XXXIV, n.103, p. 73–92, dez. 2008.
- RECASENS, A. *La seguridad y sus políticas*. Barcelona: Atelier, 2007.
- REGUILLO, R. Ciudades y violências. Un mapa contra los diagnósticos fatales. In: REGUILLO, R.; ANATIVA, M. G. (editores). *Ciudades translocales: espacios, flujo, representación. Perspectivas desde lãs Américas*. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), 2005. p. 393–415.
- RONDELLI, E. Imagens da violencia e práticas discursivas. In: PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E.; SCHOLLHAMMER, K. E. e HERSCHMANN, M. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 144- 162.
- ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomías. *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, setembro/2009.
- SARAVI, G. A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en La ciudad de México. *Eure*, Santiago do Chile, vol. XXXIV, n.103, p. 93–110, dez. 2008.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.
- SHIMBO, L. Z. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo/USP, São Carlos, 2010.

SILVA, R. B. Segregação e/ou integração: *O programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados em Presidente Prudente*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, M. L. *Fobópole*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WAISELFISZ, J. J. *Homicídios e juventude no Brasil*. Mapa da violência, 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em: [mapadaviolencia.org.br/mapa2013\\_jovens.php](http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php), acessado em 10/11/2014.

### **Autora**

*Eda Góes*

*Doutora em História pela UNESP.*

*Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP.*

*Email: [edagoes@fct.unesp.br](mailto:edagoes@fct.unesp.br)*

Recebido em 19 de novembro de 2014

Aprovado em 25 de novembro de 2014

Dossiê:

---

# Violência e Insegurança no Brasil



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **A GESTÃO DA (IN)SEGURANÇA URBANA PELO ESTADO: FRAGMENTAÇÃO DAS IDENTIDADES E DAS SOCIABILIDADES COTIDIANAS<sup>1</sup>**

### **STATE MANAGEMENT OF URBAN (IN)SECURITY:FRAGMENTATION OF DAILY IDENTITY AND SOCIABILITY**

Maria Angélica de Oliveira Magrini<sup>2</sup>

Universidade Federal de Uberlândia

#### **Resumo**

O Estado tem papel central na definição das políticas e das ações destinadas a gerir a insegurança urbana. Neste contexto, as instituições policiais são responsáveis pela ação no âmbito do cotidiano das cidades, tendo rebatimentos nas práticas espaciais dos cidadãos. A partir da ratificação de estigmas socioespaciais pautados na associação direta entre pobreza e violência, a Polícia realiza ações diferenciadas e diferenciadoras que ampliam as distâncias sociais entre pobres e ricos e também geram clivagens no interior dos segmentos pobres, por meio da necessidade constante de diferenciação entre os pobres “trabalhadores” e os pobres “bandidos”. É nesse sentido que identificamos que as ações policiais compõem o processo de fragmentação socioespacial em curso

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir de reflexões realizadas no âmbito da Pesquisa de Doutorado intitulada “Vidas em enclaves. Imaginário das Cidades Inseguras e Fragmentação Socioespacial em contextos não metropolitanos” financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – FACIP UFU. E-mail: angelicamagrini@pontal.ufu.br

em diferentes cidades, visto que atuam no estilhaçamento das identidades e das representações socioespaciais.

**Palavras-Chave:** Insegurança Urbana. Produção do Espaço. Sociabilidade. Estado. Fragmentação Socioespacial.

### **Abstract**

State has a central role in the definition of policies and actions oriented to manage urban insecurity. Police institutions are responsible by action in cities' daily life, reaching spatial practices of city inhabitants. Ratification of socio-spatial stigmas are conditioned by direct association between poverty and violence, and that is what guides police to, on one hand, perform different actions that amplify social distances between poor and rich people and, on the other hand, generate cleavages inside poor social groups. It is a constant need to differentiate poor "workers" and poor "bandits". We then identify that police actions compose a current process of socio-spatial fragmentation in different cities because they operate in shattering identities and socio-spatial representations.

**Keywords:** Urban Insecurity. Production of Space. Sociability; State. Socio-Spatial Fragmentation.

### **Introdução**

A insegurança é um conteúdo cada vez mais intrínseco da vida nas cidades, inclusive nas não metropolitanas. A disseminação do "imaginário das cidades inseguras" (MAGRINI, 2013) – formado a partir de representações que sustentam a ubiquidade da insegurança urbana, mesmo em cidades em que os índices de criminalidade não sustentam objetivamente as preocupações com a violência – é realizada por um conjunto de agentes que, de forma direta ou indireta, tiram algum proveito da amplificação dos medos dos cidadãos.

Nesse sentido, ressaltamos a ação dos *promotores imobiliários* que oferecem espaços "seguros" para a realização das atividades cotidianas, como os loteamentos fechados e os *shopping centers*; a *mídia* que controla o consumo de imagens e discursos associados à violência, agindo na formatação de uma representação de violência reconhecida hegemonicamente; as *empresas* de equipamentos eletrônicos como câmeras de segurança e alarmes e as prestadoras de serviços de segurança

privada que ganham espaço na vigilância do cotidiano urbano; o *Estado* que em suas diferentes instâncias utiliza a insegurança urbana como plataforma discursiva para justificar ações de controle social; os *cidadinos em geral* que fazem o imaginário das cidades inseguras circular cotidianamente; além das ações dos próprios agentes criminosos.

Ao chamar a atenção para a dimensão imaginária da composição da insegurança urbana não queremos diminuir a importância das ocorrências concretas de atos tidos como violentos, mas ressaltar o fato de que a percepção da insegurança é composta por elementos que vão muito além das violências em si. As ações dos agentes ressaltados são exemplos de que diferentes conteúdos associados com a insegurança são manejados e, muitas vezes, manipulados para atingir determinados fins. O resultado disso é uma homogeneização da percepção de insegurança no cotidiano de cidadãos de diferentes segmentos sociais, em cidades com diferentes tamanhos e papéis na rede urbana, que apresentam distintos índices de ocorrências de atos tidos como violentos.

A principal consequência da disseminação do imaginário da insegurança nessas diferentes cidades é que a produção e a apropriação dos espaços, assim como as relações de sociabilidade, passam a ser definidas a partir de clivagens que dividem continuamente os espaços em seguros e inseguros e os cidadãos em possíveis agressores e vítimas potenciais.

O principal conteúdo que baseia essas cisões está centrado na estigmatização socioespacial da pobreza, que ancora a produção estigmatizada do "Outro", que deve ser temido e evitado. Desta maneira, a insegurança urbana, nos termos ressaltados, tem se constituído como elemento chave para a compreensão do processo de fragmentação socioespacial ao promover e justificar, ao mesmo tempo, transformações nos tecidos urbanos, nas práticas espaciais e nas representações dos cidadãos.

Neste artigo, o objetivo é analisar como o Estado contribui para a fragmentação das identidades e da sociabilidade cotidiana, a partir da consideração das práticas policiais e das representações acerca delas. Para isso, nos baseamos em informações levantadas em trabalhos de campo e nos conteúdos de 41 entrevistas<sup>3</sup> realizadas no ano de 2012, em duas cidades do noroeste paulista: Araçatuba (181.579 habitantes; IBGE, 2010) e Birigui (108.728 habitantes; IBGE, 2010). O artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos uma reflexão acerca do papel do Estado na gestão da insegurança urbana. Na segunda seção a ambiguidade das representações acerca das instituições policiais. Em seguida, na terceira parte do artigo são analisadas as cisões sociais, ratificadas pela ação policial, que têm rebatimentos diretos no processo de fragmentação socioespacial das cidades contemporâneas.

### **Gestão da (in)segurança pelo Estado**

As relações estabelecidas no interior do Estado e entre ele e os diferentes segmentos que compõem a sociedade são muito complexas, conforme ressalta Poulantzas (1977; 1991). Deste modo, não podemos considerar suas ações a partir de visões exclusivamente utilitaristas ou ligadas a um determinismo econômico, como se elas fossem apenas um reflexo exato das correlações de classe. É certo que as lógicas que perpassam o funcionamento estatal reproduzem os descompassos que caracterizam a própria sociedade, fato que faz com que as relações de dominação e subordinação tenham rebatimentos diretos em suas estratégias, por exemplo. No entanto, não podemos identificar o Estado como uma instituição estritamente a serviço dos interesses burgueses, por exemplo, visto que este segmento se encontra fracionado em parcelas cujos interesses nem sempre coincidem. Deste modo, torna-

---

<sup>3</sup> Os perfis dos entrevistados, segundo faixa de renda e bairro de moradia, encontram-se em MAGRINI, 2013.

se necessário compreender as múltiplas determinações que perpassam as diferentes ações estatais.

Outro autor que demonstra a complexidade da constituição e do entendimento do Estado é Bourdieu (1998). Para o autor, as instituições estatais são comandadas por duas racionalidades contraditórias: 1) a racionalidade da “mão esquerda” do Estado, preocupada com a defesa de direitos sociais básicos como habitação, alimentação, educação e saúde; e 2) a racionalidade da “mão direita” que trata das finanças, da burocracia e dos mecanismos de punição, que tende a deixar os cidadãos à mercê do mercado. Sendo assim, num contexto de Estado Neoliberal, a racionalidade que comanda as políticas públicas é a “mão direita” que dá ao mercado a função de garantir os serviços básicos que deveriam ser atribuições da “mão esquerda”.

Podemos constatar assim, que há um movimento de privatização das atribuições estatais, do qual o Estado brasileiro tem participado, em maior ou menor grau ao longo de sua história. Porém, é importante ressaltar que essa diminuição das atribuições estatais não significa diretamente o fim do Estado ou a diminuição de seu papel como agente mediador da vida em sociedade. Em contraposição ao entendimento de que a lógica neoliberal produz uma extinção gradual do Estado, podemos afirmar, baseados em Linera (2010), que passamos por um fortalecimento especializado do Estado, visto que ele é o responsável por privatizar recursos, por disciplinar a força de trabalho, por investir recursos públicos, dando substrato para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção (MAGRINI, 2013).

Uma transformação importante no papel do Estado, que possui relação com suas ações relativas à segurança pública, é a passagem identificada por Poulantzas (1977) de uma atuação estatal baseada na *intervenção* para ações pautadas na perspectiva da *regulação*. Este entendimento é convergente com as análises de Curbet (2004) que ressalta que o objetivo do projeto político estatal em relação à segurança pública é a gestão da insegurança, de forma que ela possa ser

continuamente manipulada, produzindo lucros tanto financeiros quanto políticos. Deste modo, o que está em questão não é a diminuição ou extinção da insegurança, mas seu controle a partir de ações repressivas e punitivas que mantenham um limite no qual a percepção de insegurança não interfira na estabilidade do poder.

Em contrapartida, a esfera privada é chamada a atuar no campo da prevenção situacional dos crimes a partir do consumo de espaços, produtos e serviços de segurança privada. Constatamos assim, que os discursos associados com a ineficácia do Estado em relação à segurança servem para encobrir uma especialização profunda de suas ações, visto que suas instituições ficam liberadas para concentrar seus esforços em áreas de seu estrito interesse, enquanto o mercado dá conta das outras áreas.

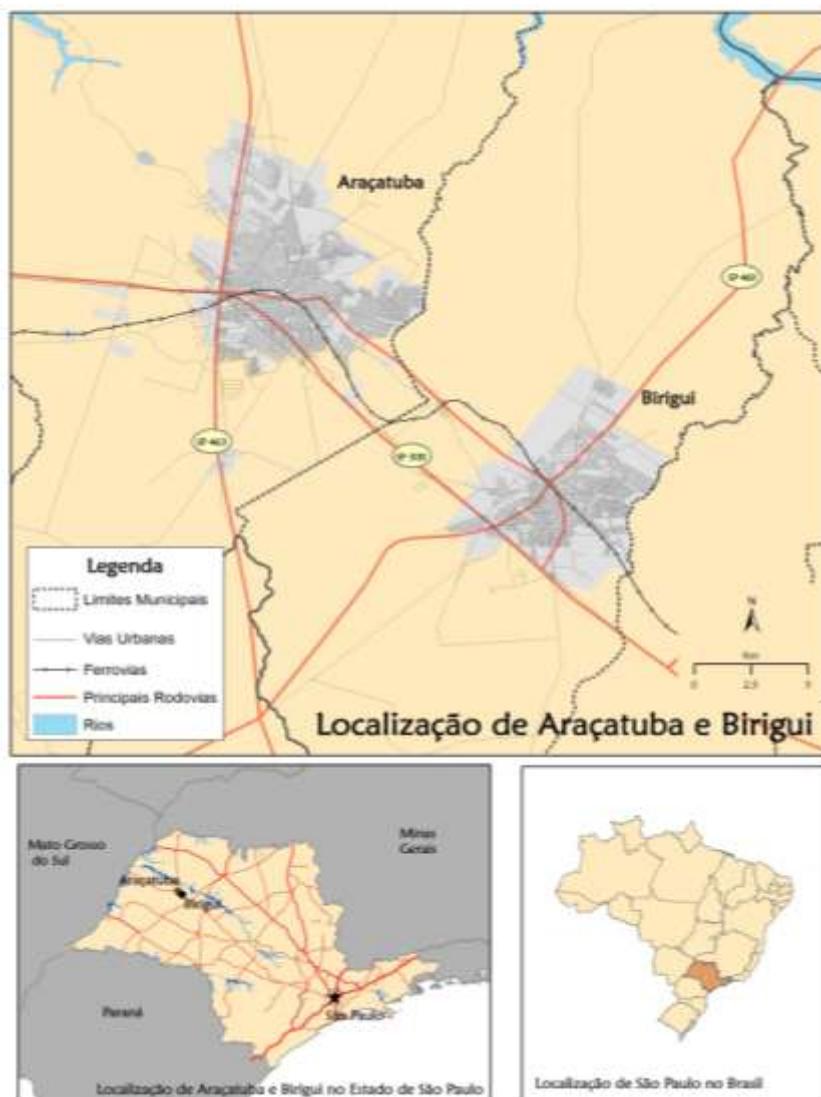
Temos assim uma complementaridade entre a esfera estatal e privada na gestão da insegurança urbana. O Estado foca seu poder nas medidas repressivas e punitivas podendo utilizar violências materiais e simbólicas para a manutenção das relações de dominação entre os segmentos sociais. Essa violência estatal deve ser apresentada como legítima, como ressalta Poulantzas (1977), a partir da produção e circulação de um imaginário dominante capaz de gerar certo consenso nos diferentes segmentos sociais, incluindo os dominados, de que ela é urgentemente necessária.

A partir das pesquisas realizadas, constatamos que a ideologia que permite a imposição da ordem por meios estatais truculentos compõe o *imaginário das cidades inseguras*, ao passo que a ubiquidade da insegurança permite que ações repressivas e punitivas mais enérgicas sejam justificadas e desejadas pela sociedade.

Nas entrevistas que realizamos em Araçatuba – SP e Birigui – SP (MAPA 1), identificamos a ambiguidade presente nas representações dos cidadãos acerca da ação estatal relacionada à segurança, pautada em dois posicionamentos interligados: a) a percepção de que o Estado não pode garantir a segurança porque é ineficiente tanto em realizar a prevenção das ocorrências quanto em solucionar os crimes, e b)

percepção de que é necessária uma atuação mais forte do Estado, no sentido da realização de mais prisões, maior repressão aos suspeitos e leis mais rígidas contra os criminosos (MAGRINI, 2013).

Nesse sentido, apresentamos na próxima seção do texto os principais conteúdos das representações dos cidadãos, entrevistados durante a pesquisa, acerca da atuação da Polícia no cotidiano urbano.



Fonte: IBGE, 2010; Ministério dos Transportes, 2010

Elaborado por: Rafael Catão e  
Maria Angélica Magrini

MAPA 1. Localização de Araçatuba e Birigui.

## **Os cidadãos e a Polícia: da percepção de ineficácia ao desejo de maior truculência**

Um primeiro aspecto a ser ressaltado em relação à percepção dos cidadãos em sobre as ações policiais diz respeito ao descrédito generalizado na instituição policial. Entrevistados de diferentes segmentos de renda afirmaram não confiar na Polícia, por motivos como: corrupção dos policiais, falta de empenho na resolução dos crimes, envolvimento e conivência com o tráfico de drogas, além da falta de efetivo e de meios para combater a criminalidade, como armas e tecnologias que auxiliem nas investigações.

A fala de Daniele<sup>4</sup>, moradora do bairro pobre Quemil em Birigui – SP, considerado como um dos mais violentos da cidade, expressa a dificuldade em confiar no trabalho da Polícia, a partir da identificação de que os próprios policiais cometem crimes:

*[Você acha que se tivesse mais policiais na rua diminuiria a violência?]* Não, no meu caso eu acho que não. Porque os policiais estão em primeiro lugar pra estar fazendo as coisas erradas. Os que têm que proteger a gente é os que também estão causando coisas erradas. Então, por isso, eu acho que não ia adiantar nada. Eu não confio na polícia. Tem os bons, mas hoje em dia tá difícil saber em quem confiar. Os próprios policiais tão cometendo crimes (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Outro depoimento que demonstra a falta de confiança na Polícia é o de Teresa, cidadina de médio poder aquisitivo, moradora do bairro Dona Amélia em Araçatuba – SP, que, apesar de ser esposa de um policial militar aposentado, afirma que o trabalho da Polícia não é eficaz e que não dá pra confiar em seu trabalho.

---

4Os nomes dos entrevistados são fictícios, para preservar suas identidades.

*[Como a senhora avalia o trabalho da Polícia? A senhora acha que ele é eficaz?]*

Não, eu não acho. Eles não são eficazes não. Eles são muito acomodados aqui. Você chama, eles demoram pra vir. Tem muito policial envolvido com bandidos também aqui, então eu acho que é uma Polícia eficaz. E isso não é só aqui, eu acho que é em todos os lugares.

*[A senhora confia na Polícia?]*

Não, eu não confio não. A gente nunca precisou, mas eu sei por causa de outras pessoas que já precisaram deles, que não dá pra confiar. Então a sociedade fica sem ter a quem recorrer, porque hoje não tá dando pra confiar na Polícia não. (Teresa, dona de casa, 57 anos, Araçatuba).

A partir do conteúdo destas percepções, que foi repetido em praticamente todas as entrevistas, abre-se o caminho para a venda de diferentes equipamentos e serviços de segurança privada. Aqueles que podem pagar recorrem ao mercado para lidar com as questões de sua segurança cotidiana, enquanto os mais pobres acabam criando estratégias alternativas para buscar segurança.

No entanto, em certas situações, o trabalho da Polícia é considerado como eficiente e é desejado pelos cidadãos, principalmente nos contextos em que a eficiência policial é medida a partir da truculência. É o caso das percepções que se referem às unidades da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – em São Paulo e do BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais – no Rio de Janeiro, destacamentos policiais reconhecidamente violentos.

Muitos cidadãos entrevistados ressaltaram o desejo de que as cidades de Araçatuba – SP e Birigui – SP tivessem policiais da ROTA e do BOPE, justamente porque reconhecem que eles impõem respeito ao utilizarem a violência. Sobre esse aspecto, apresentamos alguns trechos de entrevistas que exemplificam o entendimento de que a Polícia deveria ser mais violenta – entendimento compartilhado tanto por cidadãos dos segmentos médios quanto pelos mais pobres.

Eu acho que diminuiria a violência se colocassem os policiais da ROTA aqui pra gente também no interior. Porque com a ROTA, bandido não tem vez, bobeou leva tiro. Então impõe respeito da bandidagem (Rogério, garçom, 34 anos, morador de bairro pobre em Araçatuba).

Eu não acho que a Polícia seja confiável não. A não ser a ROTA, por exemplo, o BOPE, que são policiais mais qualificados, que recebem mais treinamento, que sabem agir melhor pra acabar com a criminalidade. Traz um destacamento da ROTA pra Araçatuba e bota eles lá no São José [*bairro pobre tido como o mais violento de Araçatuba*] pra ver que beleza. Eles primeiro fazem um limpa, acabam com os que ficam no comando, depois eles agem na ameaça, porque se outros quiserem vir tomar conta, a ROTA dá uns pipocos [*tiros*] de novo (Bruno, recepcionista, 36 anos, morador de bairro pobre em Araçatuba).

Saber o que fazer pra acabar com o problema o governo sabe, porque a ROTA é do governo. Então, se eles têm uma Polícia de qualidade, porque deixam ela restrita só lá em São Paulo? Porque não transformam toda a Polícia em ROTA?

[*Você não acha que a ROTA é muito violenta?*]

E isso não é bom? É melhor deixar os bandidos vivos pra eles matarem teu filho? Enquanto derem brecha pra bandido, o cidadão de bem vai ficando mais acuado. Então se acabar com os bandidos, quem sai ganhando? A sociedade (José, motorista aposentado, 65 anos, morador de bairro de segmento médio em Birigui).

O que podemos constatar a partir destes discursos é que na medida em que a ideia da necessidade de uma guerra urbana para combater a criminalidade é disseminada, ancorada na generalização da percepção de que a ordem social estabelecida está ameaçada, mais o uso dos diferentes tipos de violência policial são justificados e desejados, em nome da defesa dos "cidadãos de bem". Assim, consideramos que há o compartilhamento entre os cidadãos de diferentes contextos

socioespaciais e pertencentes a diferentes segmentos sociais, de que a Polícia deve agir violentamente na repressão dos bandidos. Assim, o que deve ser combatido não é a violência em seu sentido mais amplo, mas apenas alguns tipos, visto que algumas violências são completamente aceitáveis, desde que sejam feitas para garantir a segurança da parte “boa” da sociedade (MAGRINI, 2013).

Ao nos aprofundarmos na análise da aceitação da violência policial por parte dos cidadãos, devemos ressaltar um aspecto essencial: o entendimento de que a Polícia deve direcionar seus atos violentos apenas para os bandidos. Assim, quando alguns entrevistados criticam a ocorrência de situações de abuso de poder, não criticam as situações em si, mas sim ao fato delas acontecerem indiscriminadamente, como exemplificam os depoimentos selecionados a seguir.

*[Você conhece alguém que já sofreu algum tipo de abuso de poder, por exemplo?]*

Conheço, mas a pessoa merecia. A que sofreu tava no mundo do crime, então, foi merecido. Mas a polícia folga, eu tenho relatos de pessoas que vivenciaram coisas terríveis, porque é aquela guerra. Você percebe que tem alguns policiais que exageram, que não querem nem saber quem é a pessoa e vai batendo. Já tem outros que são muito bundão, devia ser mais violento, nem em marginal não bate. Então eu conheço pessoas que já sofreram abuso. No caso, a polícia, por já saber que ele era o cara que eles estavam procurando, chegou dando tapa, não queria nem ouvir, nem saber, já chegou na agressão mesmo. Mas a pessoa também não era santa. E tem outros casos que você chama a polícia e eles não resolvem nada (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

*[Você sabe de algum caso de abuso de poder por parte da polícia aqui no bairro?]* Com gente conhecida não. Mas eu acho que tem que apanhar mesmo, se tiver fazendo coisa errada. Tem, tem que apanhar mesmo. Agora, esse negócio de pôr droga nas coisas das pessoas, isso eu também já ouvi falar. Teve um caso aqui no bairro. Abordaram uns meninos na avenida ali, fizeram eles levantarem as mãos – na época eu acho que o mocinho tinha 17

anos – e na hora que eles foram revistar, acho que colocaram alguma coisa no bolso deles e deram umas cacetadas boas e falaram que eram eles que estavam com as drogas. Teve outros casos também, que a polícia colocou droga na bolsa do rapaz e deram umas borrachadas boas nele. Aí, eu já acho errado, porque eles não eram da bandidagem (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Podemos perceber por meio destes depoimentos e de outros colhidos na pesquisa, que há pontos de contato entre as percepções de nossos entrevistados, residentes em cidades não metropolitanas e os conteúdos ressaltados por Feltran (2008) e Machado da Silva (2008), tratando de processos relativos a contextos metropolitanos. Os dois autores reconhecem que a repressão ilegal daqueles que integram o “mundo do crime” é legitimada e até mesmo desejada, enfatizando que a Polícia enquanto instituição não é rejeitada pelos moradores das favelas, por exemplo, visto que há o entendimento de que a ordem pública deve ser mantida, sendo o problema centrado no fato de que as ações dos policiais não se restringem apenas aos bandidos.

Nesse ponto, começamos a perceber as formas a partir das quais as ações policiais atuam na fragmentação socioespacial, ao fomentar e ratificar cisões materiais e simbólicas entre os diferentes espaços das cidades e os distintos cidadãos, visto que a busca por diferenciações e evitamentos pautados em conteúdos associados ao par segurança x insegurança passa a ser cotidiana.

### **Insegurança Urbana e Cisão Social: ricos x pobres e pobres bandidos x pobres trabalhadores**

Desde sua instituição no Brasil, a Polícia esteve associada com o exercício de diferentes tipos de violência, dirigida primordialmente aos segmentos pobres, como ressalta Caldeira (2000). No mesmo sentido, Machado da Silva (2008) afirma que a

percepção ampliada de insegurança vem gerando expectativas e demandas sociais *contra* e não *com* os outros. Nesse contexto, o autor ressalta que a Polícia atua como verdadeiro dispositivo de confinamento, pois o que se espera dela não é que regule as relações entre os segmentos sociais e sim que permita o evitamento dos encontros entre os desconhecidos por meio da repressão cotidiana e generalizada. Ou seja, as ações da Polícia funcionam na prática, como muros de contenção que limitam o intercâmbio entre os diferentes cidadãos e seus modos de viver, como afirma Machado da Silva (2008).

Ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade, a associação direta entre pobreza e violência vem sendo lapidada e reativada. De acordo com Guimarães (1982) o termo “classe perigosa” foi cunhado na primeira metade do século XIX para identificar as parcelas da classe trabalhadora que caíam no pauperismo ao perderem seus empregos nas indústrias e que assim, eram vistos como bandidos em potencial. Sobre esse aspecto, Zaluar (2004) ressalta que a teoria das classes perigosas é retomada em 1970 por Louis Chevalier ao escrever sobre a vida social, política e cultural de Paris no século XIX, reconhecendo uma ligação intrínseca entre as condições miseráveis da classe operária e a explosão da violência. Na sociedade contemporânea, Wacquant (2003; 2005; 2006) nos mostra que as ações repressivas e punitivas continuam a ser dirigidas aos segmentos mais pobres, no intuito de controlar suas ações.

Podemos identificar assim, uma primeira cisão entre os diferentes segmentos sociais: os pobres – tidos como perigosos, devendo ser vigiados, controlados e evitados – e os ricos – vítimas potenciais, que precisam ser protegidas. Essa percepção dual atua na produção de estigmas socioespaciais (MAGRINI, 2013) que orientam as percepções e as ações referentes à insegurança, tanto no nível individual quanto no institucional. Os segmentos mais ricos da sociedade têm medo dos mais pobres, fato que leva ao evitamento e ao desejo de repressão deste segmento social.

De forma análoga, essa cisão ocorre também em relação aos espaços de residência destes diferentes segmentos sociais. Os bairros mais pobres são considerados como os mais violentos, “fábricas de bandidos” – como disse um entrevistado. Sendo assim, essa representação fomenta ações de afastamento e de seletividade espacial, indicando que esses espaços (e seus moradores) devem ser alvo de repressões e punições no âmbito policial.

Essa divisão e separação – material e subjetiva – da sociedade em ricos e pobres justificada pelo conteúdo da insegurança urbana, na verdade, encobre preconceitos de classe e estratégias de distinção social que vão além das preocupações com a violência, mas que utilizam os discursos da busca por segurança como mote para cindir o tecido urbano por meio de muros e controles de acesso, por exemplo, além de fragmentar as práticas espaciais dos cidadãos.

Em relação às ações policiais, portanto, num contexto de generalização da insegurança e da reativação de estigmas socioespaciais que associam diretamente a pobreza com a violência, podemos observar que as periferias pobres das diferentes cidades são os espaços nos quais as violências legitimadas socialmente podem e são praticadas, em grande parte das vezes de forma indiscriminada – pelo simples fato de morar em um bairro pobre, o cidadão está sujeito à suspeição do restante da sociedade e da polícia, o que faz com que seja tratado *a priori* como bandido.

No plano do cotidiano urbano se impõe assim, a necessidade constante dos cidadãos pobres se distinguirem daqueles que são pobres e bandidos, dada a ineficiência da capacidade dos policiais realizarem esta distinção. Desta forma, observamos o estabelecimento de mais uma cisão social, ocorrida no próprio interior do segmento pobre. Temos os pobres “bons”/“trabalhadores” e os pobres “maus”/“bandidos”. Os limites entre estas identificações são muito tênues e complexas, como ressaltam Zaluar (1994), Caldeira (2000) e Feltran (2008, 2011), por exemplo.

Do ponto de vista das elites, que não sofrem com as arbitrariedades e violências rotineiras das ações policiais, a incapacidade de distinguir quais pobres – trabalhadores ou bandidos – receberão a repressão policial parece não trazer maiores consequências, ao contrário do que acontece nos bairros pobres, em que as condutas policiais podem definir as histórias de vida de seus moradores, isto porque, na prática, a violência policial legitimada contra os bandidos é exercida contra todos os pobres, que, de uma perspectiva externa, são todos suspeitos. (MAGRINI, 2013).

O trecho de entrevista selecionado a seguir é um exemplo de como os segmentos pobres – sejam bandidos ou não – têm que lidar com as abordagens policiais em seu cotidiano, tendo que realizar constantemente uma limpeza simbólica, como afirma Machado da Silva (2008): devido à generalização das suspeitas, cidadãos mais pobres têm que demonstrar constantemente, de diferentes formas, para os outros cidadãos que são pessoas de bem.

[...] Foi um acontecimento, meu filho estava indo trabalhar e eles [*policiais militares*] pararam ele, e meu filho não tem cara de marginal nada, né? Era uma criança, assim, com cabelo bem cortado, vestido normal e eles fizeram meu filho jogar a bicicleta no chão, pôr a mão na parede, aquela pressão toda, sendo que eles tavam vendo que ele não era marginal. E tem horas que eles veem um marginal e fingem que não veem. [...] Na verdade tem dois acontecimentos. Tem o do meu filho e o do meu sobrinho. [...] O meu sobrinho tinha parado com a bicicleta, meu irmão tinha entrado numa loja, a bicicleta era boa e o meu sobrinho é moreno bem escurinho, cabelo rastafári. Aí ele tava parado, a polícia já chegou, mandou ele colocar a mão pra cima, pensando que ele era ladrão, que tinha roubado a bicicleta. Meu irmão ficou muito mal, até xingou o policial, porque não é porque a pessoa é de cor que ela é um marginal. Tem os malandros que tá na cara que é marginal e eles não veem. Então, tem hora que eu acho que eles deixam muito a desejar, não dá pra ter muita confiança (Marta, aposentada, 41 anos, moradora de Birigui).

As referências da entrevistada em relação à aparência do filho – cabelo bem cortado, vestido normal – mostra sua preocupação em afastá-lo das representações dos pobres bandidos e aproximá-lo da identificação de pobre trabalhador, a partir da imagem que ele projeta. No entanto, a fala mostra que nem sempre essas tentativas de diferenciação funcionam, fazendo com que os cidadãos pobres tenham que arcar com as consequências psicológicas da generalização da associação entre pobreza e violência. Como mostra o próximo trecho da entrevista de Marta, seu filho passou a ter medo da Polícia.

Meu filho ficou muito traumatizado, pegou medo da polícia. Então eu acho que eles não deveriam ser assim. Se a polícia é pra dar segurança, eles não teriam que passar medo pra uma criança. Eles têm que mostrar que eles servem pra segurança. Eu liguei depois, xinguei tudo eles. Eu achei um cúmulo aquilo.

*[E eles disseram o quê?]*

Que eles estavam fazendo aquilo pro próprio bem da gente. Que eles estavam agindo pro nosso bem. Só que eu falei que meu filho não tem cara de marginal. Aí eles responderam que ninguém tem uma estrela na testa. Aí eu deixei pra lá, porque a gente não ia chegar à conclusão nenhuma (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Devido a essa associação entre pobreza e violência nas representações e nas ações, tanto da sociedade quanto da Polícia, os segmentos mais pobres acabam criando mecanismos para conviver com as estigmatizações e repressões. Nesse sentido, é interessante o trecho da fala de Rogério, morador de um bairro pobre da cidade de Araçatuba, que já sofreu e presenciou diferentes casos de abusos por parte de policiais, que ensina seu filho a lidar com a Polícia.

Eu canso de falar pro meu filho pra ele não enfrentar a polícia, porque se eles não forem com a sua cara, eles te pegam pra cristo mesmo. Podem te

bater, te levar pra delegacia, falar que você tava fazendo alguma coisa de errado. Então eu já ensinei pra ele: se a polícia te parar, você entrega os documentos e abaixa a cabeça. Não retruca não (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

Apesar do foco das violências policiais ser direcionado para os segmentos pobres, percebemos que os segmentos médios também relatam problemas referentes a abuso de poder. Enquanto que para reprimir os pobres a violência policial é basicamente física e psicológica, agem de forma mais branda com os segmentos médios, recorrendo a subornos materiais, que não estão excluídos também das ações contra os pobres.

Podemos considerar assim, que a Polícia é percebida de maneira controversa pelos cidadãos entrevistados, que reconhecem diferentes falhas em sua atuação, ao mesmo tempo em que querem mais policiamento e mais truculência policial com os bandidos. Essas percepções podem ser entendidas a partir do reconhecimento do padrão contemporâneo de enfrentamento da insegurança urbana, pautado na adoção de medidas circunstanciais, que não levam em conta sua complexidade política. A ação policial se insere assim, juntamente a outras instâncias estatais, como a judiciária e a penal, num marco de políticas preocupadas em paliar os conflitos sociais por meio da força e do controle, não atacando o cerne das questões relativas às desigualdades sociais. Pelo contrário, o Estado e seu aparato de segurança pública são responsáveis por ratificar e ampliar as distâncias sociais, ao pautar suas ações em estigmas socioespaciais que criminalizam os segmentos pobres.

## **Considerações Finais**

No contexto do reconhecimento das ambiguidades que perpassam a gestão da insegurança pelo Estado, via corporações policiais, ressaltamos que as ações diferenciadas e diferenciadoras, segundo os distintos segmentos sociais e seus

espaços de residência contribuem para o estilhaçamento do tecido social ao dividir os cidadãos em vítimas e agressores em potencial. Têm rebatimentos também na fragmentação das práticas espaciais e na sociabilidade cotidiana, marcadas por estratégias de evitamento e seleção realizadas tanto a partir da dualidade pobres x ricos quanto da polarização entre pobres bandidos e pobres trabalhadores.

Consideramos assim, que a ação policial e as políticas de segurança pública que lhe baseiam, apesar de não serem elementos suficientes para explicar o processo de fragmentação socioespacial (MAGRINI, 2013) em curso nas cidades contemporâneas, tanto no âmbito metropolitano quanto dos demais espaços urbanos, não podem ser desconsideradas, pois influenciam o cotidiano dos cidadãos e seus modos de lidar com a insegurança urbana.

## Referências

- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.
- CURBET, Jaume. La producción de inseguridad en la sociedad global. *Revista Instituciones y Desarrollo*. Barcelona, n. 16, p. 49-70, 2004.
- FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas* (Unicamp). Campinas, ano 15, p. 11-50, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Fronteiras de tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, CEM, Cebrap, 2011a.
- GARLAND, David. As contradições da "sociedade punitiva": o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*: banditismo rural e urbano. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LINERA, Álvaro Garcia. *La construcción del Estado*. Conferência proferida na Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, 8 de abril de 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (org.). *Vida sob cerco*. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. *Vidas em enclaves*: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

POULANTZAS, Nikos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *Estado, poder y socialismo*. México: Siglo XXI, 1991.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Integração perversa*: pobreza e tráfico de drogas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

#### **Autora**

*Maria Angélica de Oliveira Magrini*

*Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista.*

*Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – FACIP UFU.*

*E-mail: angelicamagrini@pontal.ufu.br*

*Recebido em 20 de novembro de 2014*

*Aprovado em 05 de dezembro de 2014*



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) POR ESTUDANTES DE INFORMÁTICA DO CETEP SANTA MARTA – RIO DE JANEIRO

### SOCIAL REPRESENTATIONS OF PACIFYING POLICE UNITS (UPP) BY INFORMATICS STUDENTS AT CETEP SANTA MARTA – RIO DE JANEIRO

Rita de Cássia Pereira Lima<sup>1</sup>

Antonia Regina Ribeiro Leal<sup>2</sup>

Suely Fernandes Coelho Lemos<sup>3</sup>

Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ

#### Resumo

O objetivo do estudo é investigar representações sociais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) elaboradas por estudantes de um curso de Informática do Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep) situado no Morro Santa Marta. As UPP foram criadas em 2009, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e o Cetep Santa Marta é uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), reponsável pela implementação de políticas estaduais de Educação Profissional. A

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes – Paris V. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. [ritaplina2008@gmail.com](mailto:ritaplina2008@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Orientadora Educacional Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

pesquisa se fundamentou no referencial teórico-metodológico das representações sociais e em estudos sobre UPP. Foi realizado um grupo focal com 12 alunos do curso instrumental de Informática Básica. O material foi analisado com inspiração na análise de conteúdo temática. Os dados mostram polarização, com aspectos favoráveis e desfavoráveis. Pode-se dizer que a “objetivação” se cristaliza no “direito de ir e vir”, decorrente da retomada do território pelo poder público, antes nas mãos do narcotráfico. Quanto à “ancoragem”, ela parece estar associada à noção de “guerra”, já conhecida, trazendo a ideia de trégua e de paz. Em seu conjunto, os dados mostram que, oscilando entre considerar a UPP uma política de Estado que estabeleceu “trégua” à guerra instalada nas favelas do Rio de Janeiro, e acreditar que esta política de segurança pública veio para de fato instaurar a paz, os entrevistados tendem a representar a UPP no Morro Santa Marta de modo positivo.

**Palavras-chave:** Representações sociais. Unidades de Polícia Pacificadora. Estudantes. Educação Profissional.

### **Abstract**

The purpose of this study is to investigate social representations of Pacifying Police Units (UPPs) by students who attend an informatics course at the Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep), in Morro Santa Marta. UPPs were created in 2009 by the Rio de Janeiro state government, and the Cetep Santa Marta is a unit of the Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), the agency responsible for implementing state policies for vocational education. The study is based on the theoretical-methodological framework of social representations and on studies of UPP. A focus group was conducted with 12 students from the Basic Informatics course. The material was analyzed using procedures based on thematic content analysis. Data show polarization, with both favorable and unfavorable aspects. We can affirm that “objectivation” becomes “crystalized” in the “right to come and go” resulting from public authorities having reconquered the local territory from the hands of illegal drug trade. As to “anchoring”, it seems to be associated with the notion of “war” already recognized, bringing along the idea of truce and peace. On the whole, data show that, while oscillating between seeing UPP as state policy that has brought “truce” to the war established in the favelas of Rio de Janeiro, and believing that this public security policy has indeed come to establish peace, the interviewees tend to represent the UPP in Morro Santa Marta in a positive way.

**Key-words:** Social representations. Pacifying Police Units. Students. Social vocational education.

## Introdução

Particularmente desde os anos 80 do século XX, a violência urbana motivada por vários fatores, em especial, pela influência do narcotráfico, está presente no cotidiano da vida das pessoas, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Extrema pobreza e miséria, desemprego, fome, são algumas das situações de viés socioeconômico que podem contribuir para a geração da violência, dado que a privação da satisfação de necessidades básicas expõe indivíduos a vulnerabilidades como infrações, consumo de drogas e crimes. De acordo com Pochmann (2004), segmentos excluídos se manifestam no Brasil, mesmo que silenciosamente e ainda não articulados para fins políticos, expressando sociabilidades afetadas pela violência urbana, que inclui tráfico de drogas, prostituição, corrupção, trabalho infantil e de jovens com inserção social precária.

Além desse contexto social, na década de 80 o país passou por grave crise econômica com efeitos devastadores na sociedade brasileira, o que levou à ideia veiculada socialmente de que, para a economia, tratou-se de uma “década perdida” em função do fraco desenvolvimento econômico que teve como consequências, dentre outras, altíssimas taxas de inflação, aumento do desemprego, elevação da dívida externa e empobrecimento da população (OMETTO et al, 1995).

Este contexto político e socioeconômico mais amplo influenciou o crescimento da violência na cidade do Rio de Janeiro, onde, segundo Zaluar e Alvito (1998), o controle territorial do crime organizado do tráfico de drogas exerce-se, sobretudo, nas favelas<sup>4</sup>. Tais espaços geográficos foram influenciados pelas mudanças

---

<sup>4</sup> O uso do nome favela nos morros do Rio de Janeiro originou-se após a instalação dos ex-combatentes de Canudos no morro da Providência/RJ, com a finalidade de pressionar o Ministro da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. A aplicação do termo se justifica porque havia no município de Monte Santo/BA, um morro chamado Favella, assim denominado em função da vegetação local com semelhante nome. A mesma vegetação encontrada no morro da Providência e o “papel representado nessa guerra pelo morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do

econômicas dos anos 80, principalmente no que diz respeito ao processo inflacionário que incidiu sobre os alugueis e o desemprego. Importante ressaltar que, em 1986, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), foram encerrados os projetos que viabilizavam construções de casas populares. Além disso, de acordo com Lago (2003), as políticas públicas priorizando investimentos urbanísticos nas favelas, com reconhecimento de loteamentos irregulares e clandestinos, contribuíram para o crescimento das ocupações e do processo de favelização do Rio de Janeiro. Para Souza e Silva (2010), as favelas se potencializaram como áreas estratégicas para o comércio de drogas, principalmente com a política de segurança pública branda proposta como tentativa de humanização da polícia pelo governo Brizola, no período entre 1983 e 1985.

A introdução das armas nas favelas também foi um aspecto relevante para a ampliação da violência nos anos 80. Misse (2011, p.19) destaca o surgimento do Terceiro Comando (TC), “criado por policiais com o objetivo de enfraquecer o Comando Vermelho e também se beneficiar dos lucros do tráfico”. Até então, as favelas eram dominadas pelo Comando Vermelho (CV)<sup>5</sup> e a disputa entre esses dois comandos exigiu o suprimento de armas mais eficientes que fossem capazes de garantir a manutenção do controle dos pontos de venda e sua expansão para outras favelas. A violência no Rio de Janeiro, envolvendo especialmente o tráfico de drogas e suas consequências (compra de armamento pesado pelos traficantes, aliciamento de crianças e jovens, domínio do território das favelas pelos traficantes, entre outros) se estendeu pelas décadas seguintes, demandando políticas de segurança pública.

---

exército da República sobre o arraial de Canudos” teriam inspirado os ex-combatentes. (VALLADARES, 2000, p.7).

<sup>5</sup> Segundo Misse (2011, p.8) O “Comando Vermelho” surgiu dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro a partir de 1970. Os assaltantes comuns, ao verem algumas das reivindicações dos presos políticos serem atendidas, também “resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário”. Primeiramente passaram a se autodesignar como “Falange Vermelha.” No entanto o nome que prevaleceu foi “Comando Vermelho”.

Soares (2006, p. 91) considera a insegurança pública uma tragédia nacional, visto que atinge o conjunto da sociedade, provocando genocídio de jovens, particularmente pobres e negros, do sexo masculino. O autor afirma: "A criminalidade letal atingiu patamares dantescos. Além disso, tornou-se problema político, sufocando a liberdade e os direitos fundamentais de centenas de comunidades pobres". Porém, segundo o autor, pobreza e desigualdade não são, necessariamente, condicionantes da criminalidade, "dependendo do tipo de crime, do contexto intersubjetivo e do horizonte cultural a que nos referimos" (op.cit. p. 94). Para o autor, o varejo das drogas em periferias pode envolver jovens que se tornam alvo de agenciadores, que lhes oferecem vantagens econômicas em relação ao que ganhariam no mercado de trabalho formal. E por outro lado, "os operadores do tráfico de armas, que atuam no atacado, lavando dinheiro no mercado financeiro internacional, não são filhos da pobreza ou da desigualdade. Suas práticas são estimuladas pela impunidade" (op.cit.).

Diante do cenário de violência e de mais de 30 anos de domínio das favelas cariocas pelo narcotráfico, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cria, por meio do Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009 (DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2011), as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como política de segurança pública. O Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011 (DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2011) dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento de tais unidades. Seu primeiro artigo estabelece que "comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito" se tornariam "áreas potencialmente contempláveis por UPP". Os objetivos das UPP, de acordo com os documentos legais supracitados, são:

- a) Consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;
- b) Devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

As UPP têm como referência os princípios de Policiamento Comunitário e de proximidade visando principalmente a recuperar territórios ocupados por traficantes e milicianos, ambos considerados criminosos. Fernandes e Braga (2008, p.18) afirmam que as milícias<sup>6</sup> são compostas por homens “ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas.” Prometem restabelecer a ordem e a paz, e controlam os serviços ilegais, antes gerenciados pelo tráfico de drogas, com exceção do comércio de drogas. Outro diferencial a ser destacado entre traficantes e milicianos é que os últimos cobram mensalidades dos moradores para o controle da segurança.

Apesar das diferenças de implantação do policiamento comunitário em cada país, todos têm como aspecto em comum “a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança”. A polícia não trabalha sozinha, mas em parceria com a população, por meio de um policiamento voltado para identificação de problemas e conseqüentemente para a busca de soluções. A flexibilidade de aplicação das estratégias em cada contexto é possível, pois o

---

<sup>6</sup> Os mesmos autores afirmam que a origem da “Milícia” é controversa, mas liga-se em particular, a uma narrativa quase mitológica, focada em justiceiros locais, como é o caso de Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste da cidade. Segundo relatos de moradores, a então “Mineira” começou com o agrupamento em torno de um açougueiro que, revoltado com os constantes assaltos ao seu estabelecimento, resolveu organizar um grupo para garantir a segurança na comunidade. Este grupo, que matava ou espancava os assaltantes, com o tempo, passou a atuar de maneira profissional, expandindo suas atividades, a partir do poder adquirido, para o setor imobiliário. Nos anos 2000, a expansão acelerada das milícias para novos territórios, para além da Zona Oeste, acentua sua visibilidade na cidade.

policciamento comunitário não se caracteriza como conjunto particular de programas, mas como “filosofia, estratégia ou estilo de policiamento que pode ser efetuado de diversas formas, sob os mais variados programas e tipos de gestão organizacional” (BRASIL, 2009, p.15).

Segundo Souza e Silva (2010), as UPP seriam também uma tentativa de desconstruir a imagem negativa da cidade no mercado global, principalmente no que se refere à disputa para sediar megaeventos, atrair investimentos e turistas. A ideia é manter a marca da sociabilidade carioca caracterizada pelo convívio entre favelas e cidade, porém subtraindo a imagem de cidade violenta. Assim, a favela passaria a ter características típicas da paisagem urbana do Rio, se consolidando em destino turístico, sem associação com territórios violentos (ARAUJO SILVA, 2011; CUNHA, MELLO, 2011).

Interessadas em estudar determinantes sociais de exclusão e inclusão sociais em favelas do Rio de Janeiro, Jovchelovitch e Priego-Hernández (2013, p. 21) se referem a sociabilidades subterrâneas como “formas de vida social que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográficas, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais”. De acordo com as autoras: “A psicologia social da favela mostra que a invisibilidade crônica da sociabilidade subterrânea é causada por lentes que apagam a sua realidade vivida, transformando-a em uma identidade criminosa e violenta [...]” (p. 41).

É nesse contexto de desconfiança em relação a políticas de segurança pública, de moradores de favela vistos como pessoas perigosas e criminosas, ou como afirmam Zaluar e Alvito (1998), de um medo coletivo devido à associação da imagem da favela com marginalidade e violência, que surge, em dezembro de 2008, a primeira UPP no Rio de Janeiro, instalada no Morro Santa Marta (eventualmente chamado de Dona Marta), no bairro de Botafogo. Em 2014, 38 UPP estão implantadas no Rio de Janeiro (GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro, 2014), considerando que a previsão seria de 40 Unidades até o final deste mesmo ano.

O Morro Santa Marta localiza-se na zona sul carioca, entre os bairros de Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho e Silvestre. De acordo com informações oferecidas pela UPP Santa Marta, a área tem 54.692 metros quadrados e oito mil moradores, sendo que setenta e sete mil pessoas que residem no entorno da favela recebem os benefícios daquela UPP. De acordo com Teixeira (2011), a entrada do tráfico de drogas no Morro Santa Marta foi favorecida pelo empobrecimento do país na década de 1980 e pela tolerância do governo estadual. No ano de 2009, a favela ficou em evidência em virtude da instalação de uma rede de internet *wireless* gratuita para uso de seus moradores. Em 2010, recebeu a Rádio Santa Marta, uma emissora comunitária da favela, por meio da qual os moradores comunicam suas notícias.

Em relação à assistência educacional, a favela conta com creches, um Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep) e escolas municipais no entorno. Na época em que foi feita a pesquisa de campo para esse estudo, o Cetep Santa Marta oferecia os seguintes cursos designados como instrumentais: informática, inglês e espanhol. E os chamados profissionalizantes: bombeiro hidráulico, eletricista predial, cabelereiro, maquiagem, manicure, corte e costura. Os Cetep são unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia e reponsável pela implementação de políticas estaduais de Educação Profissional.

É possível que a introdução das UPP em favelas antes dominadas pelo narcotráfico e por milícias tenha causado alterações substantivas em seu cotidiano e no de seu entorno. Organizações e instituições como escola, unidades de saúde, igrejas, associações de moradores, podem ter sido afetadas pela presença de um novo tipo de controle do Estado nas comunidades do Rio de Janeiro. As escolas que atendem a população acometida pela violência derivada do narcotráfico também podem ter sido influenciadas por algum tipo de mudança, seja ela positiva ou negativa.

No caso deste estudo, trata-se de um público que frequenta cursos de Educação Profissional de curta duração no Cetep Santa Marta, com características de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo perfil já está delineado na literatura por autores como Oliveira (1999) e Di Pierro e Graciano (2003). Em geral, estes alunos apresentam dificuldades de permanecer na escola regular em trajetória contínua por várias razões, dentre elas a necessidade de ingressarem precocemente no trabalho e os sucessivos “fracassos escolares”. Dependendo do contexto em que vivem, podem também ser afetados pelos efeitos da criminalidade.

Os cursos da EJA geralmente são oferecidos à noite, quando os jovens e adultos, em sua maioria, regressam de jornadas pesadas de trabalho, nem sempre do trabalho formal. Além disso, os cursos noturnos em localidade com riscos de violência costumam gerar maior insegurança, o que interfere substancialmente na frequência às aulas. Esses sujeitos vivem situações de exclusão que podem ser agravadas pelos contextos socioculturais em que vivem.

A mudança conjuntural provocada pela inserção das UPP em favelas do Rio pode ter gerado reações nesses sujeitos e a necessidade de atribuição de significados ao novo objeto, acomodando-o ao pensamento já constituído. Esse processo de natureza psicossocial que envolve valores, crenças, normas e saberes construídos no cotidiano, por grupos sociais, é propício para a realização de estudos de representações sociais. Tais estudos têm como foco a investigação de sistemas sociocognitivos próprios dos grupos. Como afirma Moscovici (2013, p. 48), “é somente a corrente das pressões e opiniões de um grupo que geram uma prolixidade e uma comunalidade suficientes para que a representação possa desenvolver um perfil e uma estrutura”.

De acordo com Arruda (2002), as representações sociais não são apenas de alguma coisa, mas também dos que as constroem. A relação entre pessoas de um grupo e a maneira como produzem e comunicam saberes são suas próprias construções sociais, que por sua vez são ampliadas, compartilhadas e consensuadas.

Por meio da linguagem, os grupos produzem significados a respeito de fenômenos sociais que os afetam. Neste ponto vale ressaltar que a construção dos saberes próprios de um grupo social, que os caracteriza e os identifica, está para além do saber produzido apenas pelo uso da cognição, pois envolve outras dimensões como: sentidos e emoções do mundo vivido.

Moscovici (2012) afirma que as representações sociais expressam um saber construído e compartilhado, referindo-se às crenças, aos modelos e às imagens que caracterizam grupos e suas práticas sociais. Como afirmam Guareschi e Roso (2014, p. 29): “É impossível uma vida em comum sem que haja determinados fenômenos psíquicos que possuem, também em comum, uma origem social e que são indispensáveis para manter a vida social em andamento”. Os autores se referem às crenças religiosas que sobrevivem mesmo com preconceitos que lhes são atribuídos. Porém, defendem que as representações sociais não são estáticas, reificadas, visto que contém contradições e aspectos críticos que podem conduzir a mudanças e a transformações.

Dentro dessa perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), opta-se neste estudo pela proposta original de Moscovici (2012), em que se busca compreender a gênese das representações sociais por meio de seus processos formadores: a ancoragem e a objetivação. Tais processos, segundo Jodelet (2001, p. 50), “explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhe são conferidas”.

A ancoragem permite trazer um novo objeto, saber ou informação que no primeiro momento desestabiliza o conhecimento já construído no grupo, provocando inquietação e necessidade de conformação às categorias anteriormente construídas, para posterior assimilação e familiaridade (MOSCOVICI, 2003). Campos (2003, p.34) assim a define: “[...] trata-se dos processos pelos quais um objeto, antes percebido como ‘novo’, como desconhecido, vai sendo ‘ancorado’, amparado,

associado a conhecimentos e práticas anteriores”. Segundo Alves-Mazzotti (2005, p.8), a ancoragem “diz respeito ao enraizamento social da representação à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento pré-existente e às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutra”. Jodelet (2001, p. 38-39) afirma que a ancoragem “enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência”, inscrevendo-os num “já pensado”, tendo assim a função de instrumentalização do saber.

Sobre objetivação, Moscovici (2003, p. 71), afirma que este processo formador “[...] une a idéia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”. A objetivação dá concretude ao pensamento e aos conceitos. Jodelet (2001 p.39) propõe que, na objetivação, “a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura e, por generalização funcional, teoria de referência para compreender a realidade”.

Na pesquisa com estudantes do Cetep Santa Marta, pretende-se privilegiar o universo simbólico desses sujeitos ao se apropriarem de um objeto novo em seu espaço social, a UPP, considerando-se que o conjunto de significados socialmente compartilhados por eles sobre este objeto organiza suas opiniões e práticas sociais. Este novo pode estar distante daquele padrão até então conhecido em suas práticas e utilizado para solucionar seus problemas do cotidiano. Estudar como o novo é apropriado, podendo modificar sua realidade, constitui-se em interessante objeto de investigação dessa linha.

Jodelet (2001 p.27), afirma que “a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam”. Neste estudo, o objeto é a UPP e os sujeitos são estudantes jovens e adultos que frequentam cursos profissionalizantes/instrumentais do Cetep, o que fundamenta o objetivo do estudo: investigar representações sociais da Unidade de Polícia Pacificadora elaboradas por

estudantes de um curso de Informática do Cetep Santa Marta. Uma vez que se pretende abordar o modo como esse grupo de estudantes torna familiar a presença da UPP em seu cotidiano, será privilegiada a compreensão dos “processos formadores” da possível representação social, buscando-se onde se ancoram e de que maneira se objetivam tais representações

## **Metodologia**

O caminho da pesquisa qualitativa foi adotado, visto que se adéqua a estudos e pesquisas envolvendo relações psicossociais de grupos humanos. Foi realizado um grupo focal com 12 alunos do curso instrumental de Informática Básica do Cetep Santa Marta, escolhido por ser o mais antigo, já ofertado antes do processo de pacificação do Morro Santa Marta. A caracterização dos participantes é a seguinte: sete mulheres e cinco homens; cinco com mais de 40 anos, três entre 31 e 40 anos, dois entre 24 e 30 anos, um entre 19 e 23 anos, um entre 15 e 18 anos; seis casados, três solteiros, um viúvo, um em união estável e um não respondeu a questão sobre estado civil; cinco com Ensino Médio completo, três com Ensino Fundamental completo, dois com Ensino Médio incompleto, um com Ensino Superior incompleto, um não respondeu a questão sobre nível de escolaridade; três vendedoras, duas empregadas domésticas, dois trabalham em área administrativa, um técnico em telefonia, um zelador, uma copeira de hotel, uma recreadora, um ainda não tem profissão (só estuda); nove trabalham com carteira assinada, uma é vendedora autônoma, uma está desempregada, um ainda não trabalha (só estuda); seis com renda familiar de dois a três salários mínimos, quatro de três a quatro salários mínimos, dois acima de quatro salários mínimos; seis são habitantes de favelas (três no Santa Marta, dois na Rocinha e um no Tabajara) e seis não são habitantes de favelas.

O grupo focal é uma técnica que vem sendo muito empregada em pesquisas sociais e, especialmente em educação, por permitir maior liberdade de expressão, interação e participação dos sujeitos. De acordo com Gatti (2005, p.9), por meio do grupo focal é possível perceber “[...] não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam o que pensam”. Deste modo, é indicada quando se deseja analisar divergências, contraposições e contradições. Esta técnica, ainda segundo Gatti (op.cit.), se utiliza da dinâmica de grupo e deve ser adotada em grupos pouco numerosos, ficando a quantidade de participantes entre oito a doze pessoas, de modo que as informações e reações não se dispersem e a compreensão seja favorecida.

A técnica do grupo focal foi realizada em horário de aula noturno, com duração de duas horas. Inicialmente os participantes preencheram um formulário para caracterização de perfil sócio profissional, alguns com ajuda das pesquisadoras, visto que tiveram dificuldade em compreender questões e escrever a resposta. Em seguida foi iniciada a aplicação da técnica do grupo focal, por uma moderadora, contando com a colaboração de duas observadoras. Buscou-se, no grupo, propiciar um ambiente em que os estudantes se sentissem à vontade para se manifestar, insistindo-se na importância de que todos participassem para que uma discussão pudesse ser feita pelo grupo. Com base em um roteiro pré-definido, flexível, a conversa começou com uma provocação ampla: “E aí? Como é fazer um curso em Cetep situado em comunidade com UPP?”. Outras questões foram propostas de acordo com a conveniência da discussão e interesse dos participantes. Por exemplo, “o que lhes vêm à mente quando se diz UPP?”; “o que mudou, ou não, na condição acadêmica de estudar no Cetep?”; “como vêm as perspectivas de fortalecimento da UPP?”, entre outras.

Embora a discussão tivesse começado timidamente no grupo, aos poucos os estudantes foram se envolvendo, expressando suas posições, que pareceram consensuais. Durante o diálogo não houve discordâncias e vários posicionamentos

foram fortalecidos pelo conjunto do grupo. Na medida em que o debate avançava, as pesquisadoras foram percebendo que os estudantes desejavam falar sobre o assunto e discuti-lo. Ou seja, era tema que lhes mobilizava. Foram feitos registros com três gravadores, posicionados de modo que todas as falas pudessem ser captadas.

O material foi integralmente transcrito e analisado com inspiração na análise de conteúdo temática (BARDIN, 1994). Essa técnica utiliza-se do desdobramento do texto em unidades, procurando os principais conceitos ou temas abordados, identificando as presenças ou ausências de itens e categorizando o conteúdo para melhor compreensão do discurso dos participantes da pesquisa. Com esse instrumento pretende-se ler o que está por trás das palavras, o que, segundo Bardin (op.cit.), permite ampliar as possibilidades da descoberta.

## **Resultados e Discussão**

Conforme mencionado, a análise do material baseou-se na busca dos processos de ancoragem e de objetivação, na perspectiva da TRS, que implicam na familiarização do objeto representado pelos sujeitos. Cabe lembrar que, tanto Moscovici (2012) como Jodelet (2001), consideram que a ancoragem auxilia na conformação ou adequação do objeto, por vezes estranho e perturbador, a categorias de pensamento já conhecidas das pessoas. A objetivação, segundo Moscovici (2003, p. 71-72), significa “descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”.

Tendo por inspiração a análise de conteúdo temática, dois temas foram inferidos na análise das entrevistas: a) Conflito Segurança/Insegurança; b) Conflito Aspectos Positivos/ Aspectos Negativos. A cada um deles foram inferidas categorias e subcategorias, com o número de vezes em que cada uma apareceu, e seus

respectivos exemplos. Uma síntese dessa análise será descrita a seguir e comentada posteriormente.

Quanto ao tema “Conflito Segurança/Insegurança”<sup>7</sup>:

**Categoria “Segurança”:**

“Direito de Ir e Vir” (13 ocorrências). Ex: “E antes tinha aquela preocupação, muitas pessoas não podiam vir pra cá porque morava em outras comunidades, mas de facção diferente, então ficava aquele conflito e até morador também sofria pressão, represália com os traficantes. Aí hoje em dia eu tô podendo vir pra cá, eu moro na Rocinha, que é de outra facção, mas hoje sem problema eu vir pra cá...”

“Comunidade melhorou com UPP” (03 ocorrências). Ex: “Enquanto conceito eu acho que é a maior ação pública já feita [...] a execução pode não sair exatamente como é o conceito, mas enquanto conceito é a maior ação pública já feita em todos os tempos porque isso acaba acarretando direta ou indiretamente, uma, mudança de comportamento, mudança de interesses, mudança de investimento...”

**Categoria “Insegurança”:**

“Interesses políticos” (05 ocorrências): Ex: “Eu continuo achando que é só por causa da Copa, acabou a Copa já era, vai voltar tudo ao normal. Vão arrombar a porta de novo”.

“Medo de se expressar” (04 ocorrências). Ex: “Eu acho legal esse trabalho, só isso que eu falo...”

“Medo da volta do tráfico” (02 ocorrências). Ex: “É mais ou menos assim, vai morrer muita gente, se eles (UPP) saírem do morro muita gente vai morrer...”

“Desconfiança da polícia” (02 ocorrências): “... mas nem toda vez a gente fica seguro com a polícia no local, porque tem aquele dizer: A polícia só fica aí e...”

---

<sup>7</sup> As pesquisadoras se responsabilizam pelas falas aqui descritas, garantindo o anonimato dos participantes.

Em relação ao tema “Conflito Aspectos Positivos/ Aspectos Negativos”:

### **Categoria Aspectos Positivos**

“Direito e cidadania” (05 ocorrências): Ex: “Eu destacaria que pra tudo dar certo e funcionar tem que resgatar cidadania, direitos dessa comunidade...”

“Sentimento de segurança” (02 ocorrências). Ex: “E aí a comunidade sofria porque tava no meio da guerra...” (*antes da UPP*)

“Resgate do trabalho ‘lícito’” (02 ocorrências): Ex: “E com a UPP também muitos que viviam do vício estão trabalhando. Tem que trabalhar, não tem droga pra vender tem que trabalhar...”

“Prosperidade” (01 ocorrência): “O fato desses novos investimentos, dos pequenos negócios estarem crescendo, esse sorriso dos vendedores, dos comerciantes que você vê no rosto dos comerciantes, sabe que vai atrair a esposa dele, do visitante, os filhos, os amigos e o comércio dele vende mais e mais...”

“Projetos Sociais” (01 ocorrência): “Os agentes, né? que vão lá visitar as famílias, os agentes de saúde e tal. Aí o médico entra aqui na comunidade, os ônibus entram e tal, os pediatras, é bem legal...”

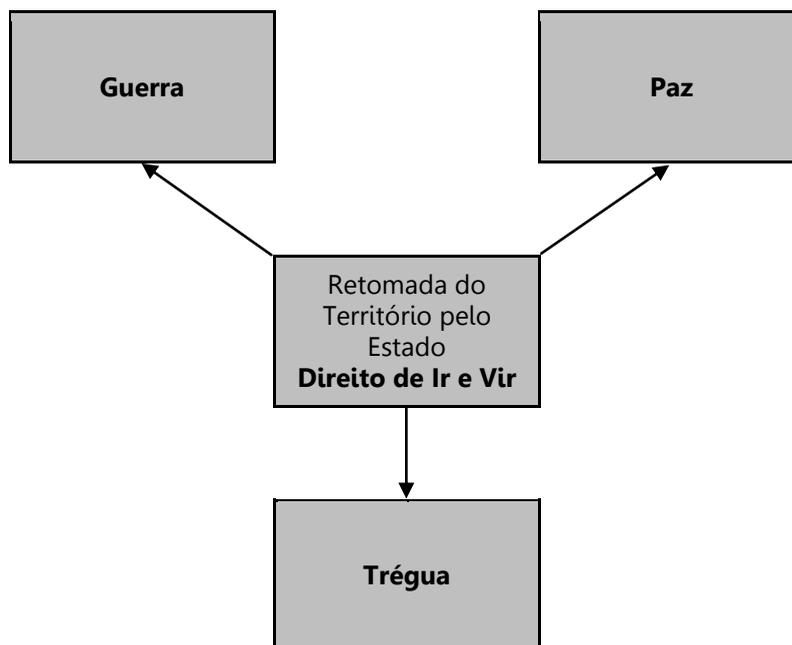
### **Categoria Aspectos Negativos**

“Alta no custo de vida” (07 ocorrências): “Eu falei que agora é mais caro morar aqui, porque agora dobra tudo, água, luz, aquelas “gatonets” não existem mais, agora é só Sky... (risos)”

A releitura da entrevista transcrita, combinada com a reflexão sobre o conjunto das categorias inferidas, conduziu a tentativas de identificar elementos que pudessem ser mais marcantes na elaboração da representação social do grupo a respeito da UPP. De imediato ficou evidente uma polarização, de um lado aspectos mais favoráveis (“comunidade melhorou com UPP”; “moradores passaram a ter mais direitos”; “sentimento de segurança e de paz”; “trouxe mais projetos sociais”) e de outros aspectos mais desfavoráveis (“interesses políticos devido a eventos internacionais”; “insegurança – medo de retorno do tráfico”; “desconfiança da polícia”;

“alta no custo de vida”). Apesar de incertezas quanto ao sucesso da UPP, a ideia que parece atravessar o discurso do grupo é o “direito de ir e vir”, categoria que também apresentou um número maior de ocorrências em relação às outras. Ela sintetizou o pensamento do grupo por meio do seguinte termo expresso por um participante: “o morro não é de ninguém, o morro agora é de todos”.

Como hipótese interpretativa, pode-se dizer que essa ideia cristaliza a representação em torno de um modelo figurativo, refletindo a organização e a significação da representação elaborada pelo grupo pesquisado. Modelo este já proposto por Moscovici (2012) ao estudar a representação social da psicanálise por diversos grupos da sociedade francesa, e que, segundo o autor, expressa uma estrutura imagética, não se tratando “somente de um modo de ordenar as informações, mas do resultado de uma coordenação que concretiza cada um dos termos da representação” (p.126). Esse entendimento pode ser ilustrado por meio do seguinte modelo figurativo da representação social de UPP proposto para esse estudo:



**Figura 1:** Modelo figurativo da representação social de UPP elaborada por estudantes do Curso de Informática do Cetep Santa Marta.

Com base na **Figura 1**, pode-se dizer que a “objetivação” acontece quando a UPP se concretiza no “direito de ir e vir”, decorrente da retomada do território pelo poder público, antes nas mãos do narcotráfico. Este processo faz com que moradores e não moradores da favela se sintam também “donos” daquele território público. Quanto à “ancoragem”, ela parece estar associada à noção de “guerra”, já conhecida, trazendo em seu contexto a ideia de trégua e de paz, sendo que a primeira atravessa com mais força o discurso do grupo.

Em relação à trégua, prevalecem sentimentos de insegurança quanto à continuidade dessa política de segurança pública. Os participantes se referem a interesses políticos devido a eventos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíadas, e elevação do custo de vida na favela. A presença do Estado no morro é vista como uma “trégua” em relação à situação anterior de “guerra”. Tal presença lhes dá um sentimento provisório de “paz”, que lhes trouxe direito, cidadania, segurança.

A situação de “guerra” polariza-se entre duas Instituições fortes: o Estado e o narcotráfico. O narcotráfico, segundo a fala dos entrevistados, se instalou por meio de concessões do Estado quando, na gestão do governador Leonel Brizola, a polícia estava impedida de subir o morro. Naquele momento, o narcotráfico assumiu o poder e a tutela da favela impondo suas regras, sua força e sua “proteção”.

Hoje, o Estado se movimenta no sentido da retomada do poder, devolvendo à sociedade aquele território. Historicamente vive-se no Brasil, em suas esferas políticas (federal, estadual e municipal), a cultura do descontínuismo, o que enfraquece a credibilidade de suas ações, gerando insegurança em relação às políticas públicas. No final de 2011, quando foi realizada a pesquisa, vivia-se a expectativa da realização de jogos da “Copa do Mundo” e das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Diante do descontínuismo político e das promessas de melhoria da cidade com os eventos internacionais, embora não explicitamente, a fala do grupo deixava transparecer que aquele momento era de “trégua”.

Esse sentimento gera entre eles desconfiança, temendo que a política das UPP seja transitória. Isso está presente, por exemplo, nas seguintes falas: “É mais pra Copa, né? é só uma forma de outros países lá fora ver o trabalho que eles estão fazendo aqui no Rio. Eu acho legal esse trabalho, só isso que eu falo.”; “Eu continuo achando que é só por causa da Copa, acabou a Copa já era, vai voltar tudo ao normal. Vão arrombar a porta de novo.”

Pelas falas reveladas, compreende-se que os entrevistados vivem, de fato, um momento de trégua. Aqueles que não são moradores e que passaram a frequentar a favela expressaram, mais vezes, o sentimento de que agora existe paz, resultando na conquista do direito de ir e vir. Ao serem motivados a traduzir com palavras seu sentimento com a presença da UPP no Morro Santa Marta, assim expressaram: “paz”; “cidadania”; “segurança”. A paz como sentimento que perpassa as falas se concretiza no direito de “ir e vir”, como pode ser percebido na fala de um participante não morador que justifica a escolha de estudo no Cetep Santa Marta:

[...] Eu como os amigos aqui também, jamais tinha entrado e escolhi justamente por poder sentir essa segurança e por sentir que o morro não é de ninguém, o morro agora é de todos. Isso nos dá essa segurança, nos dá essa tranquilidade. Você pedir autorização a uma pessoa pra entrar num lugar de quarenta, cinquenta mil quilômetros quadrados? Pra uma pessoa dona disso tudo, uma pessoa? Agora eu sou, você é a professora é, todos nós somos...

Também na fala de uma moradora:

Eu moro aqui há pouco tempo, eu moro aqui há um ano, mas morava na Baixada, depois minhas amigas, meus colegas falaram que aqui é legal e tal aí eu mudei de lá da Baixada porque eu tinha muito medo, eu até tinha trauma, aí vim morar aqui e tô adorando morar aqui por causa dos projetos, dos cursos, e lá não tem, onde eu morava. Pra mim foi muito bom.

Em seu conjunto, os dados mostram que, oscilando entre considerar a UPP uma política de Estado que estabeleceu apenas “trégua” à guerra instalada nas favelas do Rio de Janeiro (entre o poder público e o narcotráfico), e acreditar que esta política de segurança pública veio para de fato instaurar a paz, os entrevistados tendem a representar a UPP no Morro Santa Marta de modo positivo.

## **Conclusões**

Os resultados do estudo permitem, ao menos, duas reflexões relevantes, relacionadas ao potencial do referencial teórico-metodológico das representações sociais para pesquisas dessa natureza. Por um lado, a necessidade de desenvolver mais estudos empíricos que dêem conta de abordar a amplitude de tais representações. Como afirmam Guareschi e Roso (2014, p. 27): “Assumimos que é impossível conhecer sem representações, mas também assumimos que essas representações, ao implicar dimensões simbólicas e sociais, se tornam, ao mesmo tempo, fenômenos subjetivos, intersubjetivos, intrasubjetivos, intergrupais e objetivos”.

Por outro lado, os estudos sobre UPP não podem ser dissociados do histórico de exclusão de moradores de favelas do Rio de Janeiro. Alves-Mazzotti (2003, p.117-118) se refere à exclusão social como relevante temática para os estudos de representações sociais, reforçando o que já tinha sido afirmado por Abric (1996). Referindo-se a este autor, assim se expressa Alves-Mazzotti (op.cit.): a exclusão social não pode ser explicada somente pelas características dos excluídos, devendo ser situada dentro de uma combinação de fatores, como o sistema social (suas respectivas regras, normas e instituições), o grupo em que o sujeito se insere e outros com os quais ele interage. Porém, para Abric, (op.cit.) “a análise desse sistema de relações não é suficiente: para que a exclusão possa ser melhor compreendida, é necessário investigar os elementos simbólicos que estão em jogo na situação.” Essas

duas reflexões expressam a relevância de estudos psicossociais para a compreensão da chegada e da permanência da UPP no Rio de Janeiro, afetando vários grupos sociais.

O presente estudo pretende contribuir nesse sentido, pois, fundamentado na TRS, privilegiou o universo simbólico de alunos jovens e adultos do curso de informática do Cetep Santa Marta, buscando compreender o conjunto de significados socialmente compartilhados por eles a respeito da UPP. Na perspectiva moscoviciana, esse compartilhamento pode se constituir em uma representação social, considerada conhecimento “ingênuo”, ou do “senso comum”, que emerge das comunicações cotidianas. Ao representarem “UPP”, política de segurança pública a princípio estranha, as pessoas são levadas a atribuírem significados para se familiarizarem com esse novo objeto e assim o tornarem menos ameaçador. Foi dessa maneira que os participantes do estudo associaram a UPP ao “direito de ir e vir”, que antes não existia. Porém, a retomada do seu território pelo Estado desperta desconfiança, tendendo a ser vista como transitória. Nessa transitoriedade, eles oscilam entre o medo do retorno da “guerra”, já conhecida, e o desejo da paz, que reconhecem começar a existir, embora não convencidos de que vá durar. É assim que se reconhecem em uma situação de “trégua”.

Uma das questões que pode se colocar aqui são os limites da generalização e/ou o potencial generalizador desse estudo, feito com 12 estudantes reunidos para uma entrevista de grupo focal. Como afirma Van Zeten (2004, p. 40), para generalizar é possível recorrer a comparações quando há uma situação local e outras que já foram pesquisadas. Para a autora: “A questão não é, então, o tamanho do grupo que vamos estudar; é muito mais o enfoque que vamos dar. E há um certo tipo de enfoque que é propriamente microssociológico, que vai interessar, sobretudo do ponto de vista discursivo, às interações e à cadeia de interação.”.

No estudo aqui apresentado, trata-se de um caso singular que pode se constituir em instância de produção de conhecimento, visto que permite relacionar

fenômenos estruturais e fenômenos locais. Evidentemente serão necessários outros estudos que ofereçam parâmetros de comparação. De imediato, pode-se dizer que resultados muito próximos têm se apresentado também em outras pesquisas, como a de Leal (2014), e em trabalhos de campo que as autoras do presente artigo vêm realizando.

## Referências

ABRIC, J.-C. De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In: \_\_\_\_\_ (Dir.) *Exclusion sociale, insertion et prévention*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 1996, p. 11-19.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Educação e exclusão social: contribuições do estudo das representações sociais. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.) *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003. p.117-144

\_\_\_\_\_. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. *Revista Em Aberto*, Brasília MEC-INEP, ano 14 nº61, jan/mar. 1994, p. 60 a 78. Reprint 2005.

ARAÚJO SILVA, M. C. de. Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros no Rio de Janeiro. 2011. *Anais Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros na cidade do Rio de Janeiro*. 2011 <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/271/26>>. Acesso em 23 nov.2011.

ARRUDA, A. As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.09-23, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRASIL, Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança. *Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - São*

Paulo Paulo (NEV/USP).2009 Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf> >. Acesso em 03 mar.2012.

CAMPOS, P. H. F. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: \_\_\_\_; LOUREIRO, M. C. da S. (Orgs.). *Representações Sociais e Práticas Educativas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003, p. 21-36.

CUNHA, N. V. da; MELLO, M. A. da S. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

DI PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. *A educação de jovens e adultos no Brasil*: informe apresentado à Oficina da UNESCO para a América Latina e Caribe. São Paulo: Ação Educativa, junho de 2003.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. *UPP – Unidade de Polícia Pacificadora* : histórico. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico> . Acesso em: 20nov.2014.

GUARESCHI, P.; ROSO, A. Teoria das Representações Sociais – Sua história e seu potencial crítico e transformador. In: CHAMON, E.M.Q.O.; GUARESCHI, P.; CAMPOS, P.H.F. (Orgs.). *Textos e debates em representação social*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014. p. 17-40.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_(Org.). *As Representações Sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S.; PRIEGO-HERNÁNDEZ, J. *Sociabilidades subterrâneas*: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

LAGO, L. C. Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrôpole*, N.9, p.119-133, 1º sem. 2003 Rio de Janeiro, 2003.

LEAL, A. R. R. *Representações sociais de alunos do Ensino Médio de uma escola do Complexo do Alemão (RJ) a respeito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)*.2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2014.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba , v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011 .

MOSCOVICI, S. *Le scandale de la pensée sociale* – Textes inédits sur les représentations sociales réunis et préfacés par Nikos Kalampalikis. Paris: Editions EHESS, 2013.

\_\_\_\_\_. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Representações sociais*. investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Trabalho encomendado pelo GT “Educação de Pessoas Jovens e Adultas”, apresentado na 22ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED – 26 a 30 de setembro de 1999 – Caxambu.

OMETTO, A. M. H. et al. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista Saúde Pública* 29 (5), p. 403-414, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf> Acesso em 20 set. 2011.

POCHMANN, M. (Org.). *Atlas de Exclusão Social, v. 3, Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Poder Executivo. DOERJ de 28/02/2011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/26315431/doerj-parte-i-poder-executivo-28-02-2011-pg-7>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados* 20 (56), p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf> . Acesso em 10 mar. 2012.

SOUZA E SILVA, J. de. As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. *Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca*. LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana/IFCS-UFRJ, p.7-8, 2010.

SOUZA E SILVA, J. de (Org). O que é favela afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2005.

TEIXEIRA, Milton. Morro Santa Marta. Disponível em: <http://www.amabotafogo.org.br/index2.asp>. Acesso em 26/09/2011.

VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca – a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol 15, out/no.44, p. 5-34, 2000.

VAN ZANTEN, A. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

#### **Autoras**

Rita de Cássia Pereira Lima

Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes – Paris V. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ.

[ritaplima2008@gmail.com](mailto:ritaplima2008@gmail.com)

Antonia Regina Ribeiro Leal

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Orientadora Educacional Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

Suely Fernandes Coelho Lemos

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Recebido em 16 de dezembro de 2014

Aprovado em 26 de dezembro de 2014



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA: UMA DAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES NORTERIOGRANDESE**

### **HUMAN RIGHTS VIOLATION OF PRISON POPULATION: ONE OF EXPRESSIONS OF VIOLENCE IN NORTERIOGRANDESE PRISONS**

Hilderline Câmara de Oliveira  
Universidade Potiguar (UnP)

#### **Resumo**

Este estudo é fruto de um processo de investigação acerca da violação dos direitos humanos enquanto uma das formas de violência nas prisões brasileiras, em especial como *locus* de pesquisa de campo o estado do Rio grande do Norte (RN), expressa pela injustiça no cotidiano prisional. O Sistema Carcerário Brasileiro é regulamentado pela Lei de Execuções Penais (LEP); hoje, esse sistema se caracteriza como um modelo moderno, adotado a partir da segunda metade do século XVIII, como uma forma de manter a disciplina, controle e punição. O Brasil encarcera mais pessoas do que qualquer outro país na América Latina e infelizmente, os abusos e a violação aos direitos humanos são cometidos, constantemente em todas as unidades penais e, conseqüentemente, afetam a população carcerária e seus familiares. O recorte territorial da investigação se constituiu nas unidades penais, que compõem o Sistema Carcerário do referido estado. A metodologia foi com base na revisão bibliográfica, pesquisa e análise documental, aplicação de entrevistas e observação sistemática e assistemática em estabelecimentos destinados para homens. Observou-se que o cotidiano dessas prisões, (o que não difere das demais do Brasil), constitui-se em

ambientes que propiciam a violência, a corrupção, constantes abusos sexuais, negação dos direitos das relações homoafetivas, ausência de projetos e/ou programas de (re)inserção socioeconômica, bem como a inexistência de uma política carcerária efetiva, que possa garantir os direitos humanos da população carcerária conforme preconizam as legislações brasileiras.

**Palavras- chave:** violência. Direitos humanos. Prisão. Cotidiano.

### **Abstract**

This study is the result of an investigation about the violation of human rights as one of the forms of violence in Brazilian prisons, especially as field research locus the state of Rio Grande do Norte (RN), expressed by injustice in prison every day. The Brazilian Prison System is regulated by the Law of Criminal Executions (LEP); today, this system is characterized as a modern model, adopted from the second half of the eighteenth century, as a way to maintain discipline, control and punishment. Brazil imprisons more people than any other country in Latin America and unfortunately, abuses and human rights violations are committed constantly in all criminal units and, affecting the prison population and their families. The territorial outline of the research consisted of criminal units that make up the Prison System of the aforementioned state. The methodology was based on literature review, research and document analysis, interviews and application of systematic observation in institutions for men. It was observed that the daily life of these prisons (which does not differ from the others in Brazil), takes place in environments which promote violence, corruption, constant sexual abuse, denial of the rights of homoerotic relationships, lack of projects and / or programs of socioeconomic reinsertion and the lack of an effective prison policy that can guarantee the human rights of the prison population as advocated in the Brazilian legislation.

**Keywords:** violence. Human Rights. Prison. Everyday.

## **1 Introdução**

O aumento significativo da população carcerária brasileira agrava as condições de vida existente nas prisões do país, refletindo, no seu cotidiano, graves problemas, como a superlotação, as práticas de torturas, os homicídios, os maus tratos, a negação de direitos, os motins, situações de corrupções, a deficiência dos serviços prisionais, o que acaba se agravando com a falta de assistência social, material, jurídica e de projetos de natureza laborais e educativas capazes de contribuir para o processo de (re)inserção da população carcerária, como prevêem os parâmetros legais do país: a Lei de Execução Penal (LEP), o Código Penal (CP) e a Constituição Federal de 1988 (CF).

Além desses fatores contribuintes do crescimento da população carcerária brasileira, que coloca o sistema penitenciário entre os problemas mais expressivos da questão social do país, cabe discutir, como um dos fatores agravantes desse processo a estrutura do modo de produção capitalista, do contexto socioeconômico que o Brasil enfrenta, levando em consideração os fatores que aguçam cada vez mais a desigualdade social, em especial o processo histórico e cultural das sociedades que teve desde sua origem as práticas da violência em suas múltiplas expressões assumindo em cada contexto formas e dimensões que refletem a conjuntura do momento. Cabe ainda citar a questão da má distribuição de renda, da precarização do mundo do trabalho, bem como a não efetivação dos direitos humanos das classes em situação de vulnerabilidade social.

O alto índice de violência resulta em crimes como roubos, sequestros, homicídios, formação de quadrilhas, bem como corrupção em todas as esferas do governo, inclusive, na esfera do sistema penitenciário, constituindo-se numa realidade que afeta todos os segmentos sociais, causando medo e insegurança. Diante disso, a sociedade 'clama' por segurança e por justiça.

Conforme o Ministério da Justiça, em 2007 morreram 1.048 presos dentro de cadeias e presídios brasileiros. Este número, no entanto, foi rebatido pela Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, que contabilizou para o mesmo período um total de 1.250 mortos. Sendo assim, a média é de três mortes por dia nas prisões do país. Segundo dados do Infopen em dezembro de 2012 o Brasil tinha 548 mil presos, sendo que é de 287,31 a população carcerária por 100.000 habitantes.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)<sup>1</sup> divulgou que ocorreram 110 homicídios nos presídios brasileiros em 2012, porém esses dados não estão inclusos os homicídios ocorridos nas cadeias maranhenses. No entanto, em 2013, em números absolutos, dos 197 homicídios registrados nas cadeias brasileiras neste período, o Maranhão responde por 60 casos. São Paulo teve o segundo maior número absoluto de homicídios, com 22 casos, seguido do Amazonas, com 20 registros. Ressalta-se que, a população carcerária do Maranhão é 35 vezes menor que a de São Paulo. E a do Amazonas, 30 vezes menor que a paulistana.

Sendo assim, o número de presos assassinados no Brasil em 2013, com base (CNMP) seria Maranhão (60), São Paulo (22), Amazonas (20), Goiás (17), Pernambuco (10), Alagoas (9), Paraná (9), Minas Gerais (9), Rio de Janeiro (7), Tocantins (7), Piauí (6), Pará (5), Paraíba (3), Acre (3), Amapá (2), Roraima (2), Sergipe (2), Espírito Santo (2), Rio Grande do Norte (1), Santa Catarina (1). No Distrito Federal e no Mato Grosso, não foram registradas mortes no ano passado.

Percebe-se que o estado do RN apenas registrou uma morte, mas a realidade e os constantes noticiários e jornais locais apresentam outros dados. Observa-se, portanto, que estes dados de morte nas prisões do estado não refletem a realidade. Segundo dados divulgados, recentemente, pelo Ministério da Justiça (2014), o número total de presos em penitenciárias e delegacias brasileiras subiu de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em julho de 2014.

Estes dados aviltantes geram sérios problemas para a população carcerária, sendo o principal deles a superpopulação considerada um dos maiores problemas das prisões do país e claro do estado do Rio Grande do Norte, que com base nos

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>. Acesso março de 2014.

últimos dados do Infopen de 2012, o estado contava com uma população carcerária de 7.141 entre homens e mulheres, porém, esse número já teve um significativo aumento, (em observações durante o processo de trabalho e de pesquisa através de conversas com os gestores do sistema local e, ainda o acesso a documentos) percebeu-se que o estado já ultrapassou em junho de 2014 8 mil pessoas presas.

Nessa esteira, pode-se, afirmar e constatar que a violência também chegou às prisões, ou melhor, é elemento que faz parte do seu cotidiano; possui, no entanto, uma dimensão diferenciada da sociedade civil. A violência nas prisões, na maioria das vezes, fica impune e silenciada, favorecendo, cada vez mais, a formação de grupos e fortalecendo as relações e o exercício do poder não institucional.

A dinâmica do cotidiano das prisões é regida por configurações próprias, constituídas por indivíduos que estabelecem suas leis, códigos, repertórios linguísticos, padrões de comportamento, práticas culturais, formação de grupos. Além disso, conseguem constituir regras de condutas como prática sociocultural que produz efeitos de sentidos e relações das mais diversas possíveis.

Ressalta-se que mesmo estando custodiada pelo Estado e privada da liberdade, a população carcerária tem contatos com o mundo do crime, dentro e fora do espaço prisional; conseguindo assim, expandir, controlar e manipular a criminalidade e a violência, a exemplo do crime organizado, que tem como uma das primeiras representações o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Considerando o exposto, este estudo é fruto do processo de investigação e de experiência profissional como Assistente Social nas prisões do estado do Rio Grande do Norte em unidades prisionais de pequeno porte até presidio de segurança máxima, e também dos diversos estudos e pesquisas frutos da Graduação e Mestrado em Serviço Social, Especialização em Antropologia e o Doutorado em Ciências Sociais.

O artigo está dividido em seções, sendo a primeira composta por esta introdução, à segunda apresenta o percurso metodológico do processo de

investigação, em seguida será apresentado o cenário das prisões no Brasil com ênfase no RN, espaços contraditórios da garantia dos direitos humanos, a quarta seção do estudo versa sobre os resultados da pesquisa e, por fim as considerações finais, que não se propõe a esgotar a temática, mas, sim proporcionar a novas reflexões sobre o tema.

## **2 Caminhos metodológicos**

Para se chegar a resultados é preciso lançar mão de um rigor metodológico, através de técnicas e instrumentos de coleta de dados e de um método, um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia o pesquisador a realizá-la com sucesso. Assim, método é o caminho que conduz o pesquisador às conclusões do seu trabalho, tendo em vista que o saber é construído através de um processo. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Geralmente, a realização de estudos sociológicos e antropológicos, ou de outra natureza desenvolvidos nas prisões são marcados por inúmeros obstáculos de acesso dos pesquisadores a tais locais durante o processo de investigação, o que requer um condicionamento e uma postura intelectual de cientista social, bem como um reconhecimento, por parte dos dirigentes do sistema penitenciário da importância de estudos sobre as questões que perpassam o cotidiano das prisões. Segundo Spink, (2004, p.93) “[...] fazer ciência é uma prática social e, como em qualquer forma de sociabilidade, seu sucesso e legitimação estão intrinsecamente associados à possibilidade de comunicação de seus resultados.”

Cabe relatar que para a realização deste estudo a pesquisadora não teve dificuldades, as quais muitos pesquisadores deparam e, isso favoreceu a continuação da pesquisa, objetivando, cada vez mais, desvendar e compreender esse mundo tão complexo, com muitas possibilidades em qualquer natureza de estudo. Nas Ciências Sociais, ou até nas Ciências Biológicas, as prisões se configuram como um vasto

campo para estudos de diversos fenômenos, em especial, no campo da Sociologia e Antropologia, considerando que estas ciências buscam estudar e compreender o homem no meio do qual ele faz parte.

O primeiro momento deste processo de investigação foi viabilizado através da pesquisa exploratória, utilizando-se de conversas do cotidiano com os sujeitos sociais inseridos na instituição, como os (as) agentes penitenciários (as), a população carcerária e os gestores, além das constantes visitas e observações junto aos setores de trabalho/atividades dos apenados e aos pavilhões.

Outra etapa deste processo ocorreu por meio da observação que não é apenas uma das atividades mais difusas da vida diária, é também um instrumento básico da pesquisa científica, na concepção de Quivy; Compenhoudt (2008, p. 18):

É preciso circunscrever as análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo. Se o trabalho tiver por objecto um fenômeno ou um acontecimento particular, os limites da análise ficam automaticamente definidos. Caso contrário, o campo de análise deve ser claramente circunscrito, baseado no bom senso do investigar.

Compreende-se, assim, que a etapa de observação constitui momento fundamental para a pesquisa, desde a formulação do problema à coleta de dados. O terceiro momento da pesquisa se deu com aplicação de entrevistas semiestrutura com uma amostra representativa da população carcerária composta por 14 apenados de unidade de regime fechado do RN. Para Gil (1999, p.115), "a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificadamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação".

Todas as etapas deste estudo foram acompanhadas pela pesquisa bibliográfica que possibilitou discutir e aprofundar as categorias de análise, como: a prisão, violência e direitos humanos, respaldadas por autores que a analisam e

aprofundam as discussões sobre a coercitividade, as relações de poder, o estigma das populações carcerárias por parte do Estado e da sociedade; além ainda, das fontes normativas, legislativas e estatísticas que amparam e determinam parâmetros legais para o Sistema Penitenciário Brasileiro, como a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e, principalmente, a Lei de Execução Penal (LEP), bem como das legislações estaduais do referido estado.

### **3 As prisões no cenário brasileiro: espaço de violação de direitos e práticas violentas**

O fenômeno da violência tem um passado recheado de registros na história da humanidade, e ainda gera grande perplexidade no mundo atual. É uma ação intra-humana, mas, também pode ser exercida contra outros animais e contra a própria natureza. A primeira forma de violência que se tem registrada pode ser encontrada na Bíblia Sagrada, tendo sido praticada por Caim contra Abel. Fato esse que também é o primeiro registro de crime conhecido.

De acordo com a concepção filosófica de Abbagnano, (1998, p.1018/9), a “**Violência** (grego. píct; lat. Violentia; in. Vio-lence, fr. Violence, ai. Gewaltsamkeit; it. Violen-zd). Ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Ação contrária à ordem moral, jurídica ou política”. (grifo do autor). Na concepção sociológica, entende-se por violência:

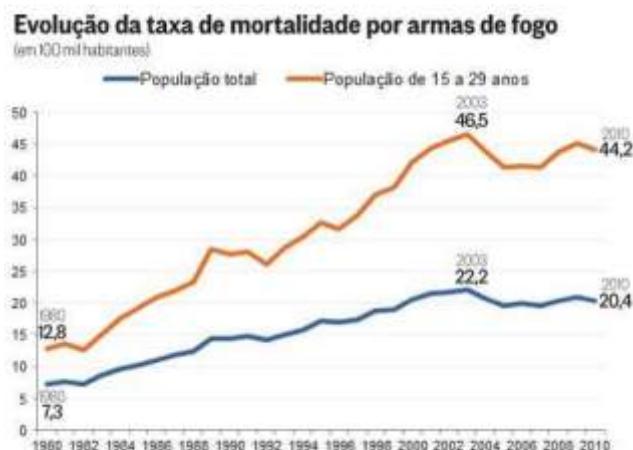
A forma extrema de agressão material praticada por um sujeito individual ou coletivo, consistindo, que no ataque, físico intencionalmente destrutivo, feito à pessoa ou a coisa que representam um valor para a vítima ou para a sociedade em geral, que na imposição, mediante um emprego ou a ameaça clara de emprego da força física ou das armas, [...]. A violência pode ser ou não socialmente definida como crime conforme seja ou não legitimada pela sociedade de que o indivíduo faz

parte, ou pela maioria dos seus componentes. (GALLINO, 2005, p. 650).

Em outras palavras, a violência é um fenômeno que está presente em todas as sociedades e, que assume formas e expressões conforme o contexto, a conjuntura e seus membros, ou seja, “o fenômeno da violência social é constituído por uma série de situações conflitantes cada vez mais complexas e incontroláveis tanto para os poderes públicos quanto para os especialistas do setor privado”. (PEDRAZZINI, 2006, p. 100).

Ressalta-se que as mais remotas civilizações conhecidas, a exemplo dos Sumérios e os Babilônios, sempre tiveram a preocupação em regular e controlar a conduta dos seus cidadãos. No Código dos Sumérios, civilização mais antiga que se tem registro, por volta de 2100 A.C. em suas leis já existiam 32 artigos, dentre os quais os que previam penas para cidadãos que cometiam delitos. Já os babilônios foram os responsáveis pela criação de um dos códigos mais famosos da antiguidade, o Código de Hamurábi, também conhecido por Lei de Talião que era a lei do “olho por olho, dente por dente”, por volta de 1700 A.C.

A violência pode existir de duas formas, a violência institucionalizada e a violência interpessoal. Na primeira, verifica-se que o Estado é necessário à vida coletiva, e ao mesmo tempo promotor de políticas de bem-estar social e também da violência, como, por exemplo, as mortes que ocorrem nas guerras entre Estados e as implementações de políticas que causam a miséria social. Já a segunda é a violência praticada fora da instituição, as que ocorrem de pessoa contra pessoa. A violência gera medo e o medo gera mais violência, tornando-se um círculo vicioso. Conforme mostra Mapa da Violência (2013) no gráfico a seguir:



**Fonte:** Mapa da violência (2013).

Os dados mostram a evolução da mortalidade na realidade brasileira. O mapa ainda retrata que o estado do Rio de Janeiro aparece em 8º lugar no ranking, sendo assim, considerados um dos mais violentos com uma taxa de 26,4. O estudo mostra, no entanto, que o número de mortes por armas de fogo está em declínio. De 2000 a 2010, os assassinatos a tiros no Rio de Janeiro caíram 43,8%. Em São Paulo, a queda foi ainda maior, 67,5%, e o estado presenciou a taxa de homicídio baixar 9,3%. No entanto, o estado, que no início da década passada estava entre os seis mais violentos, aparece desta vez na 24ª posição, atrás apenas de Santa Catarina, Roraima e Piauí. Ou seja, a criminalidade está cada vez mais presente na sociedade e exige dos poderes públicos medidas, que possam desenvolver ações de natureza preventivas e, não apenas praticas de combate a este fenômeno social.

A cidade de Maceió está entre as capitais mais violentas do país, sendo a primeira da lista com 94,5 homicídios por 100 mil habitantes. Logo depois, está João Pessoa com taxa de 71,6, Vitória com 60,7, seguida de Salvador com 59,6 e Recife com 47,8. Taxas essas bem acima da média nacional, que é de 20,4, e dos níveis considerados toleráveis pela ONU, que giram em torno de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Com uma taxa de 23,5, o Rio de Janeiro aparece em 19º lugar na lista.

Vale destacar, a cidade de São Paulo apresentou taxa de 10,4 e com isso está na 25ª colocação.

O Brasil figura no rol dos países mais atingidos pela criminalidade assassina. A crescente violência que tem acometido o país, não está relacionada somente com o aumento da população, mas, principalmente a fatores socioeconômicos como a fome, a miséria, o desemprego, ou a insuficiência de renda que também pode ser causa direta para o cometimento dos crimes e outras ilegalidades. O Brasil tem uma das sociedades mais desiguais do mundo, visto que existe um abismo gigantesco entre a pobreza extrema e a riqueza exuberante. A desigualdade social ainda prevalece como um dos maiores problemas da sociedade brasileira, no que Gilberto Velho reflete sobre isso argumentando:

A luta contra a fome e o desemprego, o combate á inflação e a retomada do desenvolvimento só se viabilizarão com o desmonte definitivo da rede criminoso cuja atividade tem conseqüências para todos os níveis da vida social. A violência avassaladora do nosso cotidiano é um desses efeitos mais evidentes. Não há como mascará-la. A miséria e a iniquidade social são outros aspectos desse processo corruptor, que é uma forma aguda de exploração política e econômica. (VELHO, 2002, p. 56).

O Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, e Lei de introdução ao Código Penal, aduz textualmente em seu Artigo 1º: "Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, que isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa [...]" (BRASIL, 1999, p.5).

Nos termos jurídicos da doutrina penal, crime é "conduta típica, antijurídica e culpável, praticada por um ser humano". É uma violação da lei penal. Segundo Paixão (1991, p. 19) "os crimes são comportamentos ilegais que agridem direitos de outros indivíduos ou o bem-estar coletivo, [...]" Por outro lado, no dicionário do

pensamento marxista, o crime é analisado como o produto da sociedade de classes. Com base no Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004, que Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional em seu art. 2º, entende-se por:

Grupo criminoso organizado" - grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material [...].

Um dos problemas com o qual o Sistema Penitenciário Brasileiro convive constantemente em seu cotidiano é a questão da formação do Crime Organizado dentro dos seus estabelecimentos prisionais, grupo que não se formou da noite para o dia, mas tem sua trajetória dentro e fora das prisões, ou seja,

A história do crime organizado é a exploração anunciada do sistema carcerário. Os erros foram se acumulando, ajudando a incompetência a se instalar. Dentro das muralhas, o trânsito heterogêneo foi revelando as pessoas que prejudicaram o preso em vez de ajudá-lo, quando passaram a prestigiar atos criminosos [...]. (SOUZA, 2006, p. 13).

A Convenção de Palermo<sup>2</sup> foi adotada pelas Nações Unidas em 15 de novembro de 2000, da qual o Brasil<sup>3</sup> é signatário. Nos últimos anos o mundo foi

---

<sup>2</sup> Convenção de Palermo é o ato normativo internacional mais abrangente no combate ao crime organizado transnacional, que prevê medidas e técnicas especiais de investigação na prevenção, controle e combate à criminalidade organizada. Disponível em: C:\Documents and Settings\Administrador\Meus documentos\PORTUGAL-DOUT\DECRETO CONV PALERMO.mht. Acesso em: 31 jan. 2014.

<sup>3</sup> No Brasil, a Convenção de Palermo só foi promulgada quatro anos depois, com a edição do Decreto 5.015, de março de 2004. Disponível em: C:\Documents and Settings\Administrador\Meus documentos\PORTUGAL-DOUT\DECRETO CONV PALERMO.mht. Acesso em: 31 jan. 2014.

colocado diante de uma nova realidade, em que os sindicatos do crime avançaram fronteiras geográficas dos países. Diante disso, o seu art. 2º alínea a compreende:

Grupo criminoso organizado'- grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concretamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material. (BRASIL, 2000, p.1).

Atualmente, o principal desses grupos é o Primeiro Comando da Capital (PCC), que no início era apenas um time de futebol do presídio mais temido pela população carcerária o presídio de Taubaté, no interior de São Paulo. Em 31 de agosto de 199, tal equipe resolveu montar uma espécie de sindicato, com a ideia de representar os detentos perante o Estado. No entanto, o crime organizado construiu seu formato, estabeleceu seus códigos, criou uma nova linguagem, avançou sobre funcionários das prisões, sobre alguns juízes, policiais dentre outros agentes do estado. Criou-se, com isso, até uma hierarquia com cargos chamados de 'soldados' e 'generais'.

Estes grupos já possuem ramificações, também das prisões do RN, haja vista que, recentemente, as investigações do Ministério Público (MP) do estado apontam que duas organizações criminosas 'ditam diretrizes e princípios' no sistema penitenciário Potiguar. As diretrizes e princípios, segundo o MP, são seguidos pelos integrantes das organizações, que articulam crimes fora dos presídios. O órgão ministerial aponta ainda que um dos grupos tem forte relação com outros estados da federação. Dos 223 mandados de prisão, 154 foram para investigados já presos, integrantes das organizações criminosas. Os mandados no RN foram cumpridos em Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Currais Novos, Caicó, Assú, Parelhas,

Lajes, Jucurutu, Jardim do Seridó, Jardim de Piranhas, São Vicente, Acari, Cruzeta e Santa Cruz<sup>4</sup>.

Quando se fala em composição/formação de grupos e como estes se formam no ambiente prisional, há apenados que relataram:

Existem três tipos de grupos entre os presos, aqueles que mexem com a droga é separados, estes são o verdadeiro pivô da cadeia, os famosos pé lançados se chamam *pé lançados* aqueles caras que não tem ninguém e não tem nada, eu to incluído neste; o segundo grupo é dos excluídos que são dos estupradores que é isolado da galera, o grupo da droga que são os traficantes, muitos deles as vezes se envolvem em tentativas de fuga por ter condições. (preso, art. 157, 33, pena 12 anos e 11 meses, reincidente).

Se eu chegar agora da rua e tiver com monte de droga e tiver contato com o pessoal daqui, por exemplo, saio daqui agora e vou pra rua e ficando ligando pra cá direto, fulano tem uma parada aí? Fulano tem uma parada aí? Tem, parou o contato né, rodei, rodei, quer dizer que fui preso, fulano rodou, e pá vem logo pra minha cela, é o papel da gente aqui, vem fazer parte da conexão, se chama uma conexão, faz parte de uma conexão só, um grupinho de 4, 5 ou 6 ladrões, é o exemplo da cela (1) [...] só reina entre eles, 4 ou 5, fulano que tem o dinheiro, beltrano que tem um celular na rua, fulano tem a maconha na rua, então se juntam né?. (apenado, art. 157, 155, reincidente, pena 12 anos e 10 meses).

O poder nos grupos existe demais, existe demais, o pessoal tem medo de conversar, por exemplo, sobre um negócio que aconteceu na cozinha e já foram dizer que, já chegou ao ouvido

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/12/duas-organizacoes-criminosas-ditam-regras-nos-presidios-do-rn-diz-mp.html>. Acesso dezembro de 2014.

do cara que ele ia perder o seu trabalho, mais existe sim o poder aí que to falando da ditadura que a existindo, aí tem uma ditadura e, aí vai fazer o que? *Se falar e denunciar é pior*. Pra mim tanto faz tá nesta cadeia aqui, como tá em alcaçuz, ou em outra cadeia, lá no sei pra onde, não vou ser coerente com a ditadura nunca. (preso, art. 157 (roubo), 155 (furto), reincidente, pena 15 anos e 11 meses), (grifos da autora).

A formação e a composição dos grupos se processam muitas vezes pela amizade devido à prática de delitos e interesses financeiros entre os apenados que já tem conhecimentos e influências internas e externas a prisão. Independente do espaço geográfico há interação social, mesmo que esta seja através de grupos e de interesse em comum, com regras, normas, padrões determinados pelos grupos e pelo cenário institucional. Pois, "a realidade é socialmente definida. Mas, as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade". (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 157).

O que acontece na realidade é a constante injustiça e a omissão do Estado, visto que para a maioria da sociedade e para o próprio Estado a prisão serve como instituição para punir simplesmente a parcela marginalizada e que em sua visão não tem mais solução e condições de reinserção social. Lembrando que muitas vezes esta população não teve a oportunidade de inserir-se na sociedade em razão da sua condição de vulnerabilidade social e a não efetivação do preceito legal do *caput* do art. 5º da Constituição Federal Brasileira/1988, que assevera:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2011, p. 5).

A ideia de que *preso bom é preso morto*, remete ao pensamento de exclusão absoluta destes indivíduos, que lhes nega toda e qualquer forma de dignidade, pelo fato de encontrarem isolados da sociedade, já que é inerente à prisão a exclusão do convívio social do sujeito sentenciado. A população carcerária é destinada à exclusão social, *a priori* pela não efetivação dos direitos humanos, posteriormente pelo aumento da fila do desemprego estrutural e dentre outras questões que agravam ainda mais as desigualdades sociais, pois na maioria das vezes não tiveram acesso às atividades que favoreçam o processo de reinserção durante o cumprimento da pena.

É utópico pensar que as prisões que tem como escopo central preconizado nas legislações brasileiras de servir para o processo de *recuperação* da população carcerária, pois na verdade são vistas pela maioria da sociedade como 'depósito' de seres degenerados por natureza, irrecuperáveis, sujeitos sem direitos, violetos e que devem ser cada vez mais isolados e afastados do convívio social, sem oportunidade de (re)inserção socioeconômica e familiar.

Conforme dados apresentados na tabela a seguir, evidencia-se a situação atual da realidade geral dos estabelecimentos prisionais brasileiros, os quais cada vez mais assumem proporções quantitativas além da sua capacidade de abrigar a população carcerária.

Tabela 1: Realidade geral dos estabelecimentos penais do Brasil

<b>Indicador: Quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário</b>	<b>482,073</b>		<b>50,70</b>
Item: Sistema Penitenciário - Presos Provisórios	184,284	10,752	95,036
Item: Sistema Penitenciário - Regime Fechado	204,123	14,119	28,242
Item: Sistema Penitenciário - Regime Semi Aberto	69,895	4,752	74,647
Item: Sistema Penitenciário - Regime Aberto	20,553	1,555	22,108
Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança - Internação	2,891	206	2,897
Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	527	258	783

Fonte: Brasil. Ministério da Justiça- Infopen/dez/2012.

Hoje, para acabar com o déficit, seria necessário que o sistema penitenciário nacional dispusesse de aproximadamente 200 mil vagas, o que representa um investimento de R\$ 6 bilhões. Frise-se que o Brasil é o país com a oitava maior população carcerária do mundo. Outro dado é que, se fossem contabilizados os mandados de prisão expedidos e não cumpridos, o país disputaria com Cuba a terceira posição mundial.

Os dados mostram a precarização das vagas no sistema penitenciário do país, caso os mandados de prisão fossem cumpridos, essa estatística seria maior, tendo em vista a infinidade de mandados de prisão expedidos pela Justiça e nunca cumpridos pelas polícias acumulando-se em todos os Estados brasileiros. Dados mostram que no Brasil prevalece à política do encarceramento ao invés de se prevenir o crime.

O agravante é que a sociedade mantém uma relativa indiferença ao desrespeito desses direitos. Tendo como principal motivo à compreensão de que "marginais" não devem ter direito à preservação de sua vida e à integridade física. Como afirma Torres; Gomes (2005, p.29): "o meio prisional é, com efeito, um contexto muito específico. As tendências defensivas ou resistências habitualmente surgem em qualquer situação [...]".

Diante do caos que o sistema prisional brasileiro vive, a reincidência tem marcado a sociedade nos últimos tempos, decorrente de uma Política Neoliberal, da

falta de recursos financeiros, materiais e humanos e de interesse por parte dos Estados em proporcionar e desenvolver uma política voltada para a efetivação dos direitos humanos nos espaços prisionais, com ações de cunho educacional e profissional para toda população carcerária. A pesquisa revelou que a reincidência também é comum no RN como relata um dos apenados:

Fui preso pela primeira vez aos 23 anos de idade, minha sentença era pequena e cada vez que eu saía conseguia fazer mais crimes. Cometia crimes e retornava para cadeia, chega uma agora que tinha que fazer aí era capturado. Eu não era criminoso eu trabalhava, estudava. Toda minha pena dá 81 anos, processos em Natal, PE e de outros Estados. (preso, reincidente, art. 157, 155, 121(homicídio), 171 (estelionato) do CPB dentre outros, pena 80 anos).

Com base no Infopen (2012), o Brasil carecia de mais 150 novos presídios para aliviar a pressão dos estabelecimentos prisionais existentes. Evidencia-se assim, que a prisão na realidade brasileira se configura em *depósitos de presos*. Como se a construção de novos estabelecimentos penais fossem resolver os problemas que envolvem e fazem parte constante de noticiários sobre as prisões brasileiras e no RN, bem como da segurança pública como um todo e, também fosse à única solução imediata e eficaz para eliminar as péssimas condições de custodiamento, o difícil acesso aos direitos, à prática da corrupção, da violência, a superpopulação, a falta de higiene e até as epidemias. Vale ressaltar que, a superlotação contribui para o agravamento de outros problemas:

A superlotação extrema, causada pela presença de detentos aguardando julgamentos e também pela aplicação de sentenças excessivamente punitivas a delitos menores, exauriu o sistema penitenciário, que já não tem mais condições de lidar com o número de presos que mantém. Os presos são apinhados em celas escuras e sem ventilação, onde permanecem expostos a doenças potencialmente mortais, como AIDS e tuberculose, para as quais recebem pouco ou nenhum tratamento. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2001, p. 26-7).

Cabe observar que a superlotação do sistema carcerário brasileiro é resultante do aumento dos índices da criminalidade, da morosidade da justiça, da precariedade e ineficácia da execução da política penitenciária e, em especial da negação dos direitos humanos da população. A penitenciária, que deveria constituir-se no espaço à (re)educação e (re)inserção do (a) apenado(a), muitas vezes favorece a violência, visto que a cela pode tornar-se um espaço de incentivo e progressão dos índices de criminalidade, a exemplo, da reincidência criminal que muitas vezes é cometida na própria prisão.

O artigo 10 da LEP preconiza : "A assistência (material, jurídica, social, médica, educacional e religiosa) ao preso e ao internado, é um dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se isto ao egresso". Com base no processo de observação e no depoimento de um apenado, revela-se inexistência desse tipo de assistência nas prisões do RN:

Para me conseguir sabão pra lavar a minha roupa eu tenho que me sujeitar lavar a outra do outro, pra ganhar o meu, isso não passa dentro de mim, ninguém tem o coração de humano de pra ajudar entender doutora, a pessoa se sente um lixo. (preso,

deficiente físico, art. 157, 33, pena 12 anos e 11 meses, reincidente).

O relatório da CPI do sistema carcerário (2008) divulgou dados sobre a superlotação dos presídios brasileiros. Por exemplo, na Bahia, a superlotação é a maior do Brasil, com 15 mil presos ocupando cinco mil vagas. Já na realidade de Minas Gerais, presos com coceiras foram medicados com creolina. No Ceará, os detentos recebem seu almoço em sacos plásticos, sem talheres. Além disso, em várias unidades prisionais do país os presos não dormem em colchões, mas em redes que são amontoadas.

Cadeias lotadas, condições higiênicas de salubridade e alimentação deficiente, alto grau de violência – mortes, feridos, motins, torturas, estupros; onde há degradação dos visitantes (revista vaginal feminina – discriminação da mulher, pois o homem também pode conduzir objetos entorpecentes no reto); corpo funcional mal pago com nível de especialização pobre; com pouca ou nenhuma oportunidade de educação ou trabalho; privilégios no trato de alguns presos, com funções de autoridade na prisão; prática de corrupção; tráfico de drogas e privilégios; tráfico sexual, comercialização de permissão de visitas (ZAFFARONI, 1990, p.54-5).

Nessa perspectiva, o país enfrenta o que se denomina falência do sistema penitenciário, que se comprova pela superlotação dos presídios, ausência de recursos materiais e humanos, insuficiência de trabalhos para todos os internos, falta de preparo específico do pessoal penitenciário, e ainda a questão sexual da prisão, a ociosidade e a violência em todas as esferas, no que se refere a práticas de atos violentos e a violação dos direitos humanos da população carcerária.

O crescimento da violência não é fruto de uma única causa, mas o resultado da combinação de várias causas, bem como que a

pobreza isoladamente, não é fator de crescimento da violência. “Já a desigualdade social – o contraste entre uma pequena camada privilegiada e uma imensa massa desprovida de perspectivas – é, sim, o fator de aumento da violência” (LESBAUPIN, 1999, p.58).

A criminalidade tem revelado que a prisão, a pena em torno da qual gera o sistema punitivo, não só produz efeitos dissocializadores como também cria problemas e dificuldades ulteriores, tanto quanto à perspectiva do regresso do apenado à comunidade, bem como ao mercado de trabalho e ao meio familiar.

Nessa ótica, a sociedade vivencia um quadro de violação dos direitos da pessoa presa, os quais estão garantidos na LEP em seu artigo 41°. Ou seja, um desrespeito à lei, que na maioria das vezes é “justificado” pela ausência de recursos materiais e humanos, refletindo-se em consequências prejudiciais a toda sociedade. Constituem direitos da população carcerária:

I – Alimentação suficiente e vestuário; II – atribuição de trabalho e sua remuneração; III – previdência social; IV – constituição do pecúlio; V – proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI – exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII – assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII – proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX – entrevista pessoal e reservada com o advogado; X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI – chamamento nominal; XII – igualdade de tratamento, salvo quando à exigência da individualização da pena; XIII – audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV – representação e petição a qualquer autoridade em defesa de direito; XV – contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. (BRASIL, 2014).

Tais direitos individuais e fundamentais visam resguardar o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, depois da vida, o mais importante bem humano é a sua liberdade. A seguir, advém o direito à dignidade, esta não é algo que ver com frequência dentro de presídios brasileiros. Verifica-se, assim, que a prisão não cumpre um dos seus principais objetivos que é a reinserção social da sua população.

A prisão é uma grande sementeira de delitos, em consonância com as ideias de Foucault (1987, p.196), "conhecem-se os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não vemos o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução de que não se pode abrir mão". Ademais, contribui também para essa situação:

A incúria do governo, a indiferença da sociedade, a lentidão do Ministério Público e de todos os órgãos de execução penal incumbidos legalmente de exercer uma função fiscalizadora, mas que, no entanto, em decorrência de sua omissão, tornam-se cúmplices do caos (LEAL, 1998, p. 69).

Nesse ínterim, o Aparelho Repressivo do Estado funciona predominantemente através da repressão, em especial de natureza física e, secundariamente, por meio da ideologia (não existe aparelho unicamente repressivo). Assim, pela via ideológica, há a possibilidade de que os integrantes de aparelhos repressivos possam atuar, para que subsistam condições mínimas para a defesa da vida e para a preservação da dignidade da pessoa humana, independentemente de orientação sexual, credo, etnia, idade ou situação financeira.

Diante dessas condições, observa-se que o ambiente de uma unidade prisional no Brasil (consequentemente no RN) é muito mais propício ao desenvolvimento de valores nocivos à sociedade do que surgimento de comportamentos e condutas benéficos. Constata-se, com isso, a dura realidade de que a prisão fabrica a própria população que retornará para o cárcere, futuramente,

em grande escala — basta verificar os altos índices de reincidência. Para tanto, destacam-se relatos de apenados:

Têm muitos, por um poder de, de, vamos dizer assim, de, por exemplo, aquele cara enxovalhado de cadeia, enxovalhado, que digo é aquele que tem muita, quer dizer com cem anos de cadeia, **80 anos de cadeia**, vai dar um grito naquele cara que tem 5 anos de cadeia, 10 anos de cadeia, aquele cara que quer ir embora, aquele cara vai fazer o que ele manda. Hei fulano limpe aqui o chão aqui, fique aqui pastorando eu aqui, dê banho em mim, meu banho, o cara vai fazer porque tá com medo dele, o cara tem 100 anos 80 anos de cadeia, o cara mata ele, não vai não vai dar nada ele já tem 100 anos aí tanto faz botar um cadáver em cima. (apenado, art. 121, pena 21 anos e 8 meses). (grifos da autora).

Sabia existe *ditadura* dentro da cadeia? Pois, existe *Ditadura*, é totalmente um mundo diferente, as pessoas ditam regras, e se você for uma pessoa pacífica você vai deixar, é deixado. Às vezes você vê uma morte na cadeia é porque eles tão tirando um ditador ou acabando com uma ditadura que ta existindo no lugar. (apenado, art. 157, 155, reincidente, pena 12 anos e 10 meses).

A lei penal e as formas de sua aplicação devem atender às exigências da vida pessoal e social de cada recluso, ainda que mesmo daqueles detidos em regime provisório. Para isso, são necessários critérios para que se alcance o desenvolvimento social capaz de acabar, de uma vez por todas, com o estigma que sofre a população carcerária, concebido por um pensamento de exclusão absoluta desses indivíduos, negando-lhes toda e qualquer forma de dignidade, por hoje encontrarem-se isolados da sociedade.

Portanto, este quadro que o sistema penitenciário brasileiro vivencia está assim gravado por força de toda conjuntura social, econômica, educacional e cultural que o país enfrenta no mundo contemporâneo, que passa por uma crescente concentração de riquezas nas mãos da minoria, conseqüentemente expandindo as desigualdades em todas as esferas da vida humana, gerando um alto índice de desemprego, expansão das organizações criminais, um rápido crescimento no setor urbano, precariedade, informalidade, terceirização no mundo do trabalho e representando assim, a ampliação das desigualdades sociais já existentes no país. “[...] o crescimento da criminalidade urbana assume as funções, sob certos aspectos, de um movimento de protesto contra a exclusão social a que parte da população brasileira é condenada. É uma forma individual, arbitrária e violenta de demandar a inclusão” (NASCIMENTO, 2002, p.25).

Com efeito, no Brasil, a vida de pessoas pobres e/ou que cometem crimes tem menos valor e seus direitos são mitigados. Visto que a

Dignidade da pessoa humana assume simultaneamente a função de elemento e medida dos direitos fundamentais, de tal sorte que, em regra, uma violação de um direito fundamental estará vinculada com uma ofensa à dignidade da pessoa. (SALERT, 2008, p.107).

Durante muito tempo, o sistema penitenciário funcionou com o único intuito de punir e segregar o indivíduo infrator das normas sociais, de modo que as unidades penais se tornaram simplesmente *depósitos humanos*, superlotadas, sem infraestrutura básica e, assim, favorecendo cada vez mais a ascensão negativa do preso que vai crescendo na hierarquia criminal, através do contato com outros reclusos, passando da categoria de simples ladrão a mestre no mundo da criminalidade.

As condições desumanas das prisões brasileiras em si, já se constituem uma tortura, uma verdadeira violação aos direitos da população carcerária, constituindo-se assim em um espaço no qual os direitos humanos não são efetivados, ocorrendo assim, maus-tratos, extrema superlotação e ausência de assistência em todas as esferas da vida humana. Conforme o artigo 9º das Regras Mínimas para o Tratamento do preso no Brasil (Resolução nº14 de 11 de novembro de 1994) “os locais destinados aos presos deverão satisfazer as exigências de higiene, de acordo com o clima, particularmente no que se refere à superfície mínima, volume de ar, calefação e ventilação”.

Portanto, seus direitos não estão sendo efetivados. Diante disso, indaga-se: qual a finalidade da chapa (cela do isolamento)? cela do isolamento, escura, suja) esta cela de castigo vai contra os princípios dos direitos humanos e nega o que preconiza o supracitado artigo, bem como a LEP, a Constituição Federal e o Código Penal Brasileiro. Isso é reflexo da incúria do governo que não faz fiscalizações, pois a população carcerária não é considerada como sujeitos de direitos.

Essa realidade de estado de penúria em que se encontram os estabelecimentos prisionais brasileiros vem contribuindo para o agravamento das práticas violentas e desumanas contra a população carcerária do país. Relatos mostram que a violência no cotidiano prisional também é prática comum entre os apenados:

Agora, não sei se a senhora viu, um cara que pegou uma criança de seis anos estupro em Parnamirim, chamado Aragão, os caras chamam ele de fantasma, foi para lá foi *peia*, *botaram calcinha nele*, *botaram o dedo*, *o balde*, *foi cassete*. Não vou dizer a senhora que achei bom, nem achei ruim, porque ele procurou, mas não fui da uma tapa nele. (apenado, art. 157, 155, reincidente, pena 12 anos e 10 meses). (grifos da autora).

De acordo com a situação e com os moradores, particularmente na cela onde moro, [...], que a maioria do pessoal que eu moro é envolvido com o crime [...] mas é o seguinte se na cela onde moro tem onze e se tiver um estuprado no meio todo mundo vai querer botar pra fazer faxina, humilhar.” (apenado, art. 33 (tráfico de drogas), 157 (roubo), pena 11 anos).

Existem aqueles que se reúne uma quadrilha do mal, para espancar o outro, para tomar maconha do outro, para bater, cobrar pedágio, certo é o líder do pavilhão. (apenado, art. 33 (tráfico de drogas), 157 (roubo), pena 11 anos).

Observou-se, através do depoimento, a prática violenta que ocorre dentro do presídio e que se constitui como prática social e cultural, tornando-se elemento central de sociabilidade humana, nesse espaço, a exemplo do primeiro relato. Geralmente, eles vestem o apenado com roupa de mulher e se reúnem para a prática do ritual, ou seja, do abuso sexual, utilizando-se de objetos para contribuir com a dor, e, ainda, colocando um pano na boca para que o apenado não possa gritar e pedir ajuda. O cotidiano é um espaço social que pode definir a existência do mundo real. É nele que os sujeitos vivem e se relacionam comunicativamente, constituindo novos valores e novas condutas, conforme os laços de sociabilidade social que constituem cada cenário institucional.

#### **4 À guisa das considerações finais**

A realidade dos estabelecimentos prisionais do país é caracterizada por cadeias superlotadas e com péssimas condições de isolamento, o que alimenta a ociosidade dos internos, o abuso de poder, às relações de poder não institucional

que facilitando os contatos intra e extra muros, gerando privilégios, regalias e a corrupção por parte de alguns membros da equipe do presídio, bem como a participações em grupos organizados e ainda, o envolvimento de familiares que adentram as unidades com objetos não permitidos na prisão, como é o caso mais frequente das drogas, dos aparelhos de celulares e de dinheiro. Tudo isso, contribui para o fortalecimento e expansão das facções criminosas, que comandam o crime dentro e fora da prisão, e também o crescimento das práticas violentas, em todas as dimensões, seja física, sexual, psicológica e/ou simbólicas.

No ambiente social, a violência se expressa por meio da omissão e da indiferença em relação ao outro. Não recebe os mesmos limites, restrições e/ou sanções que os atos de natureza física. Porém, a violência produz repercussão no plano psicossocial além do efeito emocional que muitas vezes é maior do que o físico.

Dessa forma, a realidade vivenciada nas prisões tem mostrado a não efetivação da essência das Leis (LEP, CPB, CFB) em todas as esferas do cumprimento da pena de reclusão, bem como no tratamento digno à pessoa presa, aos seus familiares dentre outras dimensões. De fato o que vem ocorrendo na realidade do espaço prisional é o inverso dos direitos humanos, dos preceitos legais e sociais; contribuindo com isso, na produção da sua própria clientela, justamente por não exercer a sua função prisional de ressocialização, e que se agrava diante de toda estrutura social e econômica em que vive a sociedade, ampliando-se cada vez mais a marginalização e escassez de ações voltadas para o processo de reinserção da população carcerária, evidenciando-se a ineficácia da Política de Segurança Pública brasileira.

Cabe, portanto, compreender o cárcere como um espaço real composto por seres humanos que são sujeitos de direitos e de deveres, vivendo em situações precárias devido aos inúmeros fatores já evidenciados neste estudo, como a superlotação dos estabelecimentos prisionais do país, o descompromisso dos

governos, a morosidade da justiça, a própria inércia da sociedade perante às mazelas sociais e o cenário político e econômico que não contribui para a efetivação da dignidade da pessoa humana e, em particular, da população carcerária.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Tortura e maus-tratos no Brasil: desumanização e impunidade no sistema de justiça criminal. London: Anistia Internacional, 2001.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do. Promulgada em 5 de outubro de 1988. – ed. 16. –São Paulo: Rideel, 2011 (Coleção de leis Rideel).
- BRASIL. Código Penal. 5.ed. São Paulo: Rideel, 1999. (Col. de Leis Rideel. Série Compacta)
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm)>.
- Acesso em:10 dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Brasília, 2002. Disponível em:<[www.mj.gr.br/depend/funpen-legislação.htm](http://www.mj.gr.br/depend/funpen-legislação.htm)>.
- \_\_\_\_\_. Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984. São Paulo: Rideel, 1998 (Série Compacta).
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Censo Penitenciário. Brasília, 1995.
- BRASIL, Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994. Disponível em: [portal.mj.gov.br/rh/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?](http://portal.mj.gov.br/rh/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?)
- FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 26.ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: vozes, 1987.
- GALLINO, Luciano. Dicionário de sociologia. São Paulo: Paulus, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. Porto Alegre: Ed. UFMG, 1999.
- LEAL, César Barros. Prisão: crepúsculo de uma era. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- LESBAUPIN, Ivo. (Org). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. Dinâmica da violência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- MAPA DA VIOLÊNCIA, disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/2013>.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Violência e segurança pública no Brasil e na América Latina, violência urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Escola de Governo e Políticas Públicas, 2002.
- PAIXÃO, Luiz Antônio. Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. 2ed. – São Paulo: Cortez, 1991. (Col. Polêmicas do nossos tempo, 21).
- PEDRAZZINI, Yues. A violência das cidades. Giselle Lenti (trad). Petropolis, RJ: Vozes, 2006.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em Ciências Sociais. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2008.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, Sérgio Luis P. Razão instrumental e razão comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 18, p. 2-9, maio 2001.

SOUZA, Percival de. Sindicato do crime: PCC e outros grupos. São Paulo: Ediouro, 2006.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). Práticas discursivas e reprodução de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Anália C; GOMES, Maria do Carmo. Drogas e prisões: relações próximas. Revista Toxicodependências, v. 11, n. 2, p. 23-40, 2005.

VELHO, Gilberto. Mudanças, crises e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2002.

ZAFFARONI, E. R. A criminologia como instrumento de intervenção na realidade. *Revista da Escola de Servidores Penitenciários do Rio Grande do Sul*, v.1, n.4, p. 51-68, 1990.

## **Autora**

Hilderline Câmara de Oliveira.

Doutora em Ciências Sociais(UFCG)

Docente do MPA da Universidade Potiguar (UnP).

email: [hilderlinec@hotmail.com](mailto:hilderlinec@hotmail.com).

Recebido em 30 de setembro de 2014

Revisado em 30 de janeiro de 2015

Aprovado em 06 de fevereiro de 2015



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **DE DENTRO PRA FORA, DE FORA PRA DENTRO: A “VIOLÊNCIA” COMO MEDIADORA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NOS CENTROS EDUCACIONAIS**

---

### **INSIDE OUT, OUTSIDE IN: “VIOLENCE” AS MEDIATOR OF THE SOCIAL RELATIONS IN THE EDUCATIONAL CENTRES.**

Alessa Cristina P. de Souza  
Universidade Federal da Paraíba

#### **RESUMO**

Este artigo é fruto da tese de doutorado defendida em 2014, intitulada “Tessituras da Liberdade: A (re) construção das teias relacionais dos adolescentes privados de liberdade no Centro Educacional do Adolescente (CEA-PB)”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Ele tem como objetivo discutir os processos de construção de vínculos sociais dos distintos grupos de indivíduos, considerados violentos, que se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA -PB, localizado na cidade de João Pessoa, sendo este analisado como um espaço de relações, a partir das dinâmicas relacionais que os adolescentes estabelecem entre si e das relações estabelecidas com os demais atores que compõem esse cenário: os funcionários, a partir da perspectiva bourdieusiana de campo, onde as relações se constroem de forma desigual, como relações de poder. A pesquisa que embasa esse artigo foi realizada através de um trabalho de campo no CEA, no qual foram realizadas observações espontânea e participante, além de coleta de dados documentais e da realização de entrevistas semiestruturadas com adolescentes e funcionários. Conclui-se que no CEA a experiência da internação caracteriza-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivências, a partir das tramas relacionais instituídas,

muitas vezes mediadas pela violência física e/ou simbólica, que perpassa o tempo e o espaço da internação.

**Palavras-chave:** Relações sociais. Violência. Centros educacionais.

## **ABSTRACT**

This article is the result of the P.h.d. thesis defended in 2014, called "Textures of freedom: The (re)construction of the relational webs of the adolescents deprived from freedom in the Adolescent Educational Centre (AEC-PB)", for the graduate program in Social Science of the Federal University of Campina Grande (PPGCS/UFCG). It aims at discussing the process of bond construction of the distinct groups of individuals, considered violent, and are deprived from freedom due to a socio-educational measure in AEC-PB, in the city of João Pessoa. The AEC-PB is analysed as a space for relations, from the relational dynamics in which adolescents establish with each other and the relations established with the other agents that compose the scenery, i.e. the employees, those which are constructed unevenly as relations of power, according to Bourdieu's theory. This research study was carried out in a fieldwork in AEC, in which spontaneous and participant observations were conducted, in addition to the collection of documental data and semi-structured interviews with adolescents and employees. The study concludes that in the AEC the experience of being an intern is characterized as a phase which the survival strategies are built, from the relational plots established, and many times mediated through physical and/or symbolical violence, which surpasses the time and space of the intern experience.

**Keywords:** Social Relations. Violence. Educational Centres.

## **Introdução**

O CEA – Centro Educacional do Adolescente - direciona-se ao atendimento dos adolescentes, entre 13 e 17 anos, do sexo masculino que se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade devido ao cometimento de algum ato infracional considerado grave<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A discussão feita nesse artigo refere-se a uma pesquisa de campo concluída no ano de 2013. Esta pesquisa não foi submetida ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos, por isso, como autora, assumo total responsabilidade sobre as informações contidas no texto.

A quantidade de internos no CEA varia a cada semana, mas esse número gira em torno de 150 adolescentes. Porém, a instituição foi projetada para alocar 62 adolescentes. Assim, constantemente, a quantidade de internos supera a capacidade máxima desta instituição, havendo superlotação.

Essa instituição ocupa um espaço físico consideravelmente grande, com muros com altura de quatro metros, tendo sua segurança externa feita por policiais militares e a interna por funcionários terceirizados, de uma empresa de segurança, denominados "monitores", "agentes sociais", "agentes" ou "educadores sociais".

O CEA é formado por vários blocos e alas interligados por uma área comum, separados por portas e portões de ferro. Entre os espaços físicos, existem aqueles que são comuns a todos os adolescentes, como as salas de aula, o auditório, o campo de futebol e o refeitório, e aqueles que se destinam a adolescentes específicos, como os dormitórios ou "celas".

Os adolescentes que se encontram no CEA estão privados de liberdade, e isto é o mesmo que dizer que eles estão presos. Pois, no Brasil, não se pode dizer que existem diferenças significativas entre os espaços institucionais destinados a manter em regime fechado pessoas em idade adulta, "privadas de liberdade", daqueles que ainda estão em idade de formação (adolescentes) e que se encontram nos centros educacionais.

Considerando que a partir dos usos que os indivíduos fazem dos espaços, esses assumem características e significados distintos, o CEA é percebido aqui como palco de desigualdades, encontros e classificações, a partir das interações sociais construídas entre os diferentes atores que o compõem, estando sempre sujeito a (re) negociações.

Nesse sentido, busca-se trazer para discussão as tensões geradas na construção de vínculos sócio-emocionais entre os adolescentes tidos como infratores, considerados como uma categoria de atores violentos, estigmatizados e excluídos socialmente, que compartilham de um mesmo espaço físico, em um

cenário que é representado aparentemente como igual, mas que parece se compor como fragmentado, hierarquizado e complexo (SARTI, 1994). Ou seja, este artigo pretende captar os códigos de pertencimento e estranhamento, de aproximação e distanciamento que, por vezes, perpassam a perspectiva da violência, criados pelos adolescentes no espaço do internato.

Mas, quem são esses adolescentes?

Abordam-se, aqui, atores que se encontram no fim da linha da trajetória infracional, ou seja, adolescentes considerados violentos e perigosos, que foram empurrados para a infração por um conjunto de elementos característicos de uma sociedade capitalista, desigual e excludente, tais como: pobreza, desestrutura familiar, nível educacional e econômico baixos, etc. Esses adolescentes, ou por não terem encontrado estímulo social e políticas públicas destinadas a essa população, ou por terem feito essa escolha, enveredaram-se pelo chamado "mundo do crime" e acabaram coagidos juridicamente a um controle externo, pautado na institucionalização dos internatos.

Para uma apreensão das relações estabelecidas no cotidiano do CEA, foi realizado um trabalho etnográfico. Dentre as técnicas de pesquisa, foram realizadas observações espontânea e participante, além da realização de entrevistas semiestruturadas com adolescentes e funcionários<sup>2</sup>.

### **O CEA como espaço de relações**

Para Bourdieu, são as relações estabelecidas entre os agentes e as estruturas sociais que constroem a realidade social existente. Deste modo, o autor defende que as estruturas sociais são, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes das ações; enquanto os indivíduos se apresentam como agentes estruturados e estruturantes da sociedade (BOURDIEU, 1996).

---

<sup>2</sup> Para garantir o anonimato dos entrevistados todos os nomes utilizados nesse artigo são fictícios.

Bourdieu (1992) afirma também que o indivíduo é um ator simbólico e só adquire sentido dentro de um sistema de valores, símbolos e estruturas. Nesse sentido, o autor coloca que o indivíduo interioriza valores presentes na cultura que lhe é própria e exterioriza esses valores na ação. Esse processo leva à construção de rotinas, através da repetição de práticas sociais, constituindo o que Bourdieu chamou de *habitus*.

Na definição de Bourdieu (1983, p. 60 e 61) *habitus* seria:

(...) um sistema de disposição durável e transmissível, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.

O *habitus*, inerente à compreensão do mundo social pelo indivíduo, é condicionado pelas possibilidades oferecidas pela estrutura, tendo em vista as posições diferenciadas que o mesmo pode vir a ocupar em um interior específico (BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido, o social possibilitaria uma gama de ações previsíveis acerca dos comportamentos individuais instituídos socialmente, onde as normas sociais presentes conformariam a ação dos indivíduos que nele estão inseridos.

O *habitus* dos indivíduos estaria, pois, condicionado por um código estrutural que os permitiria administrarem comportamentos sociais. Na medida em que estes comportamentos se dão através da incorporação de uma disposição<sup>3</sup> pelo indivíduo em ação, eles criam rotinas que não são racionalizadas, e sim utilizadas automaticamente, cada vez que não há nenhum comando em contrário (BOURDIEU, 1997).

O conceito de *habitus* de Bourdieu permite, assim, explicar as relações de afinidade entre as práticas dos agentes e as estruturas objetivas. A existência de

---

<sup>3</sup> Entendo por disposição o processo de interiorização de normas objetivas.

regularidades observáveis na prática, evidencia o sistema de valores presentes em uma dada estrutura. O *habitus* se situa, desta forma, como um princípio organizador da vida social.

Bourdieu, no entanto, não retira da ação a possibilidade criativa e inventiva dos indivíduos. Na medida em que a realidade social não é apenas estruturante, mas é também estruturada, o indivíduo possui livre arbítrio, atuando na conformação da estrutura social (BOURDIEU, 1997).

Assim, ao mesmo tempo em que ocorre uma interiorização de elementos objetivos, ocorre também uma exteriorização dos elementos subjetivos, nas ações do indivíduos, reproduzindo as práticas, através da adaptação de situações (BOURDIEU, 1997).

É natural que os indivíduos sempre sigam as práticas já instituídas, repetindo-as mecanicamente, legitimando o *habitus* vigente. Mas, segundo Bourdieu, não se pode deixar de considerar que, de acordo com os seus interesses, os indivíduos podem traçar novas ações, desde que a estrutura na qual eles se inserem e a posição que eles ocupem possibilite a sua execução.

Nesse contexto, o *habitus* se submete aos interesses individuais dos seus atores, mas assegura que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura na qual elas estão introduzidas (BOURDIEU, 1983). O campo, nesta perspectiva, faz parte de uma configuração "dinâmica", proporcional ao movimento das ações instituídas em seu interior, de acordo com as possibilidades abertas por elas e pela posição ocupada pelos agentes que a conformam.

Para Bourdieu (1992), campo é um espaço estruturado, onde os indivíduos ocupam posições específicas e, a partir destas, constroem suas relações sociais. Segundo o autor, as ações dos indivíduos são limitadas às possibilidades que lhes são dadas, de acordo com as posições ocupadas por esses indivíduos nos campos dos quais ele participa.

O campo representa as várias possibilidades de ações dos indivíduos, dentro dos limites que ele comporta, ou seja, é o espaço no qual as posições dos agentes encontram-se fixadas.

No entanto, os indivíduos participam de vários campos, ocupando posições diferenciadas no interior de cada um deles. Assim, é a partir dos campos dos quais o indivíduo participa e da sua posição nesses campos, que certas práticas são naturalizadas em seu cotidiano, instituindo *habitus* diferentes, de acordo com a sua posição e participação nos campos.

Pode-se, então, dizer que o *habitus* legitima as ações dos indivíduos dentro do campo, e o campo realiza a interação entre os indivíduos.

Porém, Bourdieu acrescenta que, a partir das distinções existentes entre os indivíduos, devido às posições diferenciadas que estes ocupam no interior dos campos, são estabelecidos os status e os dispositivos relacionais. Ou seja, para Bourdieu, participar de um espaço de interação não significa ser dominado ou ser dominante, mas estar situado em uma relação de dominação, que o coloca, naquele contexto, enquanto dominado ou dominante, em função da hierarquia de valores que constitui determinado campo social.

Bourdieu (1992, 2001 e 2007) chama esses valores e elementos simbólicos, que estabelecem as hierarquias das práticas inerentes aos *habitus* no interior dos campos, de capital. Para este autor, o que define a posição dos indivíduos, nos campos dos quais ele participa, é a sua maior ou menor posse de capital.

Esse capital, por sua vez, pode ter base econômica, pautado na riqueza material dos indivíduos; social, pautado nas redes relacionais estabelecidos pelos indivíduos; cultural, pautado nas qualificações, conhecimentos e habilidades expressos a partir de titulações e certificações; ou simbólica, pautado em um conjunto de elementos que distinguem o reconhecimento social dos indivíduos.

O capital, para Bourdieu (1992, 2001 e 2007), situa-se como um instrumento de dominação simbólica dos indivíduos no campo. Nesse sentido, o campo

apresenta-se como um espaço onde ocorre a luta por poder simbólico, a partir do capital que determina posições sociais específicas.

Seguindo as ideias de Bourdieu, serão discutidas, nas linhas seguintes, as relações sociais construídas no CEA, analisando essa instituição como um “campo” que possui uma lógica organizacional específica, que deve ser apreendida pelos indivíduos a partir das posições que estes ocupam, considerando que o capital que assume maior importância para o estabelecimento das hierarquias internas é o capital social.

Geralmente, pensa-se, que o ingresso de um adolescente em um centro educacional resulta na desconstrução de muitos vínculos sociais estabelecidos fora da instituição. Mas, analisando os vínculos sociais que os adolescentes (re) constroem nesse espaço, percebe-se que muitos desses vínculos são resultantes das aproximações e distanciamentos estabelecidos no mundo exterior. No entanto, é importante destacar que, ao adentrarem ao CEA, os adolescentes precisam (re) construir, fortalecer e/ou desconstruir relações e vínculos sociais, necessários para a sua sobrevivência naquele contexto.

Deste modo, constata-se a importância do capital social nesse campo, a partir dos vínculos sociais (re) construídos pelos adolescentes ao adentrarem o CEA.

O conceito de capital social, porém, é bem mais amplo do que o utilizado nessa análise. Aqui, faz-se um recorte, para compreendê-lo em um campo específico. Nesse sentido, compreende-se esse conceito a partir dos vínculos sociais estabelecidos em um determinado campo, que conferem poder e distinção aos indivíduos.

### **Das relações estabelecidas entre os adolescentes**

Para os adolescentes internos no CEA, as relações estabelecidas com os demais internos, sejam de aproximação ou distanciamento, são fundamentais para o

estabelecimento de suas rotinas na instituição. Porém, é importante ressaltar que essas relações são, majoritariamente, circunstanciais, podendo ser reformatadas a qualquer momento, a partir da dinâmica do campo.

De modo geral, as relações dos adolescentes internos no CEA se dão a partir das redes das quais eles participavam fora da instituição. Assim, o lugar de moradia: bairro ou cidade onde o adolescente habita, a participação em alguma facção criminosa, as amizades, as inimizades e as relações de parentesco são informações importantes para o processo de (re) construção dos vínculos sociais no CEA, pois tais critérios direcionam o adolescente a uma ala e a um quarto específico, e é a partir do lugar físico que o adolescente ocupa no CEA, que ele passará a ter um significado e ocupará um lugar simbólico nessa instituição.

Deste modo, a maior parte dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA, durante a realização da pesquisa, (re) construiu suas teias relacionais na instituição, tendo por base as relações vivenciadas fora da mesma. Um adolescente, quando questionado sobre a origem do conflito existente entre as alas B e C, comenta:

É das antiga. Um quer ser mais do que o outro. Tem uns que é daqui de dentro, tem uns que é da rua; de mim é da rua, né? A minha treta é da rua, eu tenho inimigo da rua. Da C porque é facção, não se bate não (risos). É porque a Okaida é a gente, eu já era na rua, e não se bate com os Estados Unidos na rua, e nem aqui dentro, aí quer furar uns aos outro. Quando dá boqueira acontece (Leandro, 17 anos, nona internação)<sup>4</sup>.

Um dos primeiros elementos norteadores das aproximações e distanciamentos construídos entre os adolescentes internos no CEA é o pertencimento a uma das facções criminosas rivais do estado da Paraíba. Porém, ao

---

<sup>4</sup> Okaida e Estados Unidos são duas facções criminosas que comandam o tráfico de drogas em várias cidades da Paraíba; suspeita-se que elas estejam atreladas as duas facções criminosas mais conhecidas no Brasil, o PCC e o Comando Vermelho.

CEA também chegam adolescentes que não pertencem a nenhuma facção criminosa. Esses adolescentes são denominados de “neutros” e acolhidos por uma ala que tentará transformá-los em “amigos” ou “parceiros”. Quando questionado se os meninos da ala B são seus amigos, só porque eles já eram da Okaida, o adolescente responde:

Não, porque tem uns boy que é e uns boy que não é, tem uns boy que é neutro, não é de ninguém não. Aí é figura os boy, mas eles corre pelo certo. Os boy não tem frescura, ajuda o cara, não dá negado<sup>5</sup>. Divide cigarro, bolacha e tal, o que vem pra ele é do quarto. Aí se o que vem pra ele, ele não quer dá, é dá negado, entendeu? Porque a gente não é mais do que ninguém, né? A gente é tudo do mesmo jeito, do jeito que um merece ter as coisa a gente merece também. Do jeito que ele tem uma coisa, se ele der, ele tem também, aí pronto é isso (Leandro, 17 anos, nona internação).

Nesse sentido, percebe-se que algumas relações estabelecidas no CEA se constroem a partir de um mecanismo de troca material ou simbólica. No caso do relato anterior, o adolescente afirma que “os boy é neutro”, ou seja, não pertencem a nenhuma facção criminosa, mas acrescenta “que eles corre pelo certo”, ou seja, estão do lado de uma determinada facção, a qual ele pertence, apoiando e sendo apoiados por ela.

Essas relações entre pares, estabelecidas no CEA, oferecem não apenas um lugar (físico e simbólico) na instituição, mas também alguns recursos que ajudam na sobrevivência diária dos adolescentes, como por exemplo: compartilhamento de lanches, colchão, lençol, roupas, sandálias, cigarros, materiais para a produção de peças artesanais, além da segurança e proteção.

---

<sup>5</sup>“Dar negado” é uma expressão utilizada pelos adolescentes internos no CEA, que significa se negar a dividir algo com os colegas da cela ou da ala. Essa prática é muito mal vista entre os internos.

Porém, essas relações não são mediadas apenas pelas trocas, elas também se baseiam em processos de submissão. Por exemplo: os adolescentes que estão há mais tempo no CEA vão construindo e transformando as regras de convivência locais, de modo que os recém chegados devem convergir para o cumprimento dessas regras.

Elias e Scotson (2000) ao realizarem uma etnografia sobre as relações de poder entre dois grupos que residiam em uma comunidade inglesa industrial, descrevem e analisam como grupos com características tão parecidas estabelecem relações de poder tão diferenciadas, com base no tempo de moradia no local. Nesse contexto, os “estabelecidos” - grupo que residia há mais tempo no local -, consideravam-se superiores, estigmatizando e excluindo “os outsiders”.

No CEA, essa hierarquização entre os adolescentes mais antigos e os novatos é manifestada em muitas situações. Em cada quarto há um processo de distinção que se estabelece entre os adolescentes, que se reflete, de forma mais visível, na escolha do lugar para dormir. Um adolescente que diz ser o “segundo mais velho” do quarto (para explicar que é o segundo mais antigo), quando questionado se o menino mais velho “manda mais”, coloca:

Não, tem isso não. Manda não. Só que ele dorme no canto melhor. Aí se ele sair, fica eu, e vai passando. Ela dorme no canto melhor assim, aonde sai mais vento, mas eu durmo na outra cama, na outra cama tá os quadro. E os dois menino dorme no chão, no colchão. E o mais velho tem que dizer o que é certo; e o que é errado ele diz também, porque tem uns boy que chega, aí não sabe de nada, aí a pessoa vai lá pra dá a ideia a ele, pra dá mais ou menos como é que faz (Leandro, 17 anos, nona internação).

Esse relato reflete as relações de poder instituídas pelos adolescentes nessa instituição, a partir do critério de antiguidade, e apresenta os direitos e deveres dessas lideranças; pois, ao mesmo tempo em que elas dormem no melhor lugar do

quarto e (re) constroem as regras de convivência local, elas devem transmitir aos recém-chegados esse conhecimento, com o intuito de inseri-los no grupo.

Nas alas de internação, assim como nos quartos, é o adolescente mais antigo que exerce essa função de "liderança", estabelecendo regras, mediando conflitos, organizando, orientando e aconselhando aos demais adolescentes.

É importante considerar que "ser o mais velho", do quarto ou da ala, significa que o adolescente conhece melhor esse lugar e sabe se posicionar dentro dele, mas essa é uma referência que se alia a outras, tornando essas posições momentâneas e sequenciais.

Um dos fatores que levam os adolescentes a construírem relações sociais frágeis e efêmeras, no CEA, é a falta de confiança para com os demais. Essa falta de confiança se fundamenta na instabilidade, material e simbólica, que circunda esses adolescentes, que percebem e vivenciam o CEA, muitas vezes, como um espaço de passagem.

Nesse campo, porém, os adolescentes não estabelecem relações sociais apenas de aproximação com outros adolescentes, eles também (re) constroem relações de distanciamento. Estas, por sua vez, também parecem ser fundamentais para a formatação do capital social valorizado no CEA, e são exteriorizadas a partir da existência das inimizades.

No CEA, quase todos os adolescentes dizem ter inimigos na instituição. Boa parte dessas inimizades é proveniente das relações estabelecidas fora da instituição, principalmente das relações construídas no entorno da violência, do crime e do faccionismo. Um adolescente, quando questionado sobre suas inimizades coloca: "A ala C é tudo inimigo, só tem um boy lá que não é. É inimigo da rua mesmo" (Fábio, 14 anos, segunda internação).

No entanto, as inimizades também são (re) construídas no CEA por escolhas feitas na própria instituição. Nesse caso, um adolescente que se diz neutro, mas que resolve ajudar e ser ajudado por alguma facção, no CEA, será tido e terá,

imediatamente, os adolescentes pertencentes ou simpatizantes da facção rival como inimigos. Assim, no CEA, como em várias outras instituições de privação de liberdade, “habitar um lugar significa renunciar outros, renunciar certos níveis de solidariedade com outros grupos e indivíduos” (SILVA, 2008, p. 89).

Frota (2006), em uma pesquisa realizada com adolescentes internos em um centro educacional do Rio Grande do Norte, constatou que:

As relações de conflito<sup>6</sup> são um item obrigatório na construção da identidade<sup>7</sup> daqueles cujas relações aparecem marcadas pela cultura da violência, pois cria a convicção tácita de que o crime e a agressividade são inevitáveis e são mesmo fatores fundamentais para sobrevivência, tendo em vista permitir-lhes a inserção em grupos de iguais, além da conquista de um lugar privilegiado dentro do espaço em que os jovens se encontram confinados.

Essa realidade se coaduna com o que observei no CEA, pois os adolescentes, nesse contexto, buscam conquistar um lugar, participar de um grupo, para garantir a sua própria sobrevivência. Mas, na maior parte das vezes, esse pertencimento só se efetiva frente a um não pertencimento, ou seja, para que seja permitido que um adolescente se aproxime de um determinado grupo e faça parte dele, faz-se necessário que ele, mesmo que implicitamente, se distancie e declare inimizade para com os participantes do grupo rival.

Assim, o *habitus* vai sendo ‘re’produzido, no CEA, de modo a garantir que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura do campo

---

<sup>6</sup> Segundo Zaluar (1994), os conflitos entre os infratores são resolvidos pela violência. Os jovens e adolescentes são auto-empresários de si mesmos, sacrificando-se no altar do *comércio ilegal* e eu diria, da própria vida.

<sup>7</sup> A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais e isto é visível no conflito entre os meninos infratores, entre os grupos formados, nas brigas, turbulência e na desgraça social e econômica que esses conflitos trazem.

(BOURDIEU, 1983), a partir da tessitura de teias relacionais que coloca cada adolescente em uma posição específica e distinta dentro desse campo.

Dentre as posições existentes no CEA, algumas merecem destaque, quais sejam: a do “robô” e a do “líder”. Durante a pesquisa, pude observar a existência de indivíduos que ocupavam essas posições, mas por algum tempo não consegui conversar com os adolescentes sobre essa questão. Apenas depois de construir relações menos hierarquizadas com alguns dos adolescentes que eu acreditava ocupar a posição de liderança, consegui compreender melhor como determinados sujeitos passam a ocupar essas posições.

Segundo um adolescente, roborizar ou transformar alguém em robô

é eu mandar o boy fazer uma coisa a força e ele ir. Sábado mesmo deram um murro aí no agente, mas foi outro boy que mandou ele dá, ele não tinha nada a ver, aí foi pro isolado, e o outro tá de boa (risos) (Leandro, 17 anos, nona internação).

Com base no depoimento desse adolescente, percebe-se que o que se denomina robô, no CEA, aproxima-se do que Varella (1999, p.148) descreve como laranja no sistema carcerário brasileiro:

o laranja é o personagem patético que segura bronca alheia, pois a lei diz que as vezes é melhor pagar por crime alheio do que delatar o companheiro. Ao acusado é permitido protestar inocência, dar o nome do responsável jamais.

Assim, o robô é aquele que se apresenta como culpado quando acontece algo de errado na ala, ou quando se encontra algum objeto que lá não deveria estar, como espeto, faca, celular, etc.

Mas, quem são os adolescentes que ocupam essa posição, e por que eles a aceitam? Segundo relatos dos próprios adolescentes, os adolescentes são recrutados para ocuparem essa posição, principalmente se estiverem entrando no CEA pela primeira vez, se não fizerem parte de nenhuma facção criminosa e não tiverem nenhum parente e/ou amigo na instituição.

Quando questionados sobre que tipo de “pressão” é feita sobre esses adolescentes, para que eles aceitem ocupar essa posição de robô, um adolescente comenta que “chega os novato assim, aí os bicho começa a botar pressão, pra ir pra cima de outro” (Luiz, 16 anos, segunda internação). Outro adolescente esclarece:

Robozinho faz isso pra ficar de boa nos canto. O boy mandou ele fazer, se ele não fizesse o boy tinha rodado com ele. Faz pra ficar de boa com os cara, tirar a cadeia de boa. O outro boy tem contexto com bicho grande, que bota o negocio na mão do cara (Pedro, 16 anos, oitava internação).

Pelo relato, percebe-se que os adolescentes que têm mais contexto<sup>8</sup> fora do CEA, carregam consigo um elemento diferenciador, que não necessariamente os colocam em uma posição hierárquica, mas que os livram de posições menos privilegiadas, como a de robô, já que são eles quem têm esse poder de “roborizar” outros adolescentes. Segundo Silva (2008, p. 102):

Até certo ponto, a história de cada um e para os demais cria expectativas e propõe formas possíveis de relações a serem estabelecidas com cada interno que chega para cumprir sua sentença. O fato de ser mantido preso não faz de ninguém um ser sem relações ou referenciais externos; ao contrário, a manutenção dessas relações, mesmo que em número reduzido ou o seu rompimento, faz que cada preso possa continuar sua existência de modo

---

<sup>8</sup>“Contexto” é uma expressão utilizada pelos adolescentes para caracterizar aqueles que têm relações mais consistentes com o mundo do crime, com as facções e com criminosos tidos como mais temidos, poderosos e perigosos.

singular, tocando sua própria história, seja com os fios que próprio pôde escolher, seja com aqueles que se impuseram à sua trama existencial.

Conversar com os adolescentes no CEA sobre essas posições diferenciadas não foi uma tarefa fácil, pois quando se fala em liderança, naquele contexto, há uma grande reatividade no sentido de negação da existência de qualquer líder, seja no quarto, na ala ou na unidade como um todo; tendo em vista que a hierarquia ali existente não se expressa de forma explícita, nem declarada, pois essa exposição pode colocar em risco o próprio lugar ocupado pelos adolescentes, tanto diante dos demais internos, como diante da instituição. Assim, foi através da observação e de conversas informais que eu descobri como se estabelecem as lideranças naquela instituição.

Como já mencionado, o principal critério utilizado entre os adolescentes para serem líderes é o tempo em que o adolescente se encontra no CEA. Desta maneira, quase sempre o adolescente mais antigo do quarto e da ala é quem vai exercer a liderança.

Este fato chama atenção, pois no CEA critérios como coragem, força física, idade e repercussão do ato infracional cometido não influenciam, diretamente, na ocupação dos cargos de liderança, como ocorre em boa parte do sistema carcerário brasileiro. No entanto, há de se considerar que, mesmo não tendo os privilégios de um líder, os adolescentes que possuem algumas dessas características, tem “contexto” e acabam exercendo papéis de destaque, ocupando posições diferenciadas na hierarquia institucional e obtendo uma série de privilégios, tanto frente aos demais adolescentes, como frente à instituição.

Pelo explanado, percebe-se que as relações sociais (re) construídas pelos adolescentes internos no CEA, entre os seus pares, muitas vezes mediadas pela violência física e/ou simbólica, possibilitam que eles ocupem posições diferenciadas dentro do campo. Mas, no CEA, as relações sociais não se resumem às relações entre

os adolescentes. Elas se estendem às relações que se constroem entre esses e os diversos grupos de funcionários que trabalham na instituição.

### **Da relação dos adolescentes com os funcionários**

No CEA, os funcionários que passam mais tempo em contato com os adolescentes são os agentes sociais, os quais têm como função principal acompanhar os adolescentes em todos os seus deslocamentos, tanto internos, como externos. Há, porém, uma grande dificuldade no desempenho das tarefas desses profissionais, tendo em vista que eles agregam duas funções conflitantes: a função de vigilância e a função educativa; muito embora, a maior parte deles assuma apenas a função de vigilância, afirmando que o seu dever é “manter a ordem, o bom funcionamento da casa e a segurança” (José – agente social).

Na instituição, não há um consenso com relação a como esses profissionais devem ser chamados: monitores, educadores, agentes sociais ou simplesmente agentes<sup>9</sup>. Aqui, tem-se uma diferença não apenas de denominação, mas de percepção de si e do outro. Como agentes sociais, esses funcionários se veem e são vistos como mediadores. Já como monitores, eles percebem-se e são percebidos como vigias.

Os agentes sociais que trabalham no CEA são contratados por uma empresa terceirizada, que presta serviços de segurança para várias outras empresas e instituições da cidade de João Pessoa. Sendo assim, boa parte dos agentes que chegam ao CEA estava procurando emprego de segurança, e já executavam essa função em outros lugares<sup>10</sup>. Porém, segundo a direção da casa e os próprios agentes,

---

<sup>9</sup>Como autora, escolhi denominar os agentes sociais da maneira como eles dizem preferir ser chamados, mas uso o termo “monitor” sempre que os adolescentes o utilizam.

<sup>10</sup>Os agentes sociais queixam-se constantemente de não terem o salário equiparado ao demais vigilantes que exercem suas funções em empresas privadas e por não terem uma regulamentação que verse sobre o cargo ou função que eles desempenham no CEA.

eles passaram e passam, constantemente, por diversos “cursos de aperfeiçoamento para lidar com os jovens” (José – agente social).

Outro fato interessante é que boa parte dos agentes que participaram da pesquisa tinham cumprido serviço militar, e faz referência a esse fato como importante na sua formação como pessoa e, conseqüentemente, como profissional.

Por esses motivos, há uma significativa preocupação institucional com alguns agentes sociais, que além das funções de vigilância e educação, se enveredam por outros tipos de relações materiais e/ou afetivas com alguns adolescentes internos. Nestes casos, os agentes sociais trazem informações do mundo do crime para os adolescentes e/ou alguns objetos ou substâncias ilícitas, como celulares e drogas.

Assim, quando questionados sobre as relações que estabelecem com os agentes, os adolescentes dividem as suas opiniões. Alguns, dizem ter uma boa relação, nem próxima, nem distante, uma relação que se estabelece a partir do próprio cotidiano.

Porém, há opiniões que refletem outras formas de relações estabelecidas entre os adolescentes e os agentes sociais. Estas passam pela heterogeneidade de indivíduos e pela dinâmica existente no campo. Assim, alguns adolescentes relativizam essas relações, afirmando: “eu se dou, tem uns que eu se dou, tem uns que eu não se dou não. Não vou dizer que eu se dou com tudo, né?” (Raul, 13 anos, primeira internação); “com uns aí eu não me dou bem não, porque têm uns aí que dá uma de doido geral, o cara chama e eles passam direto. Mas, na tranquilidade” (Fábio, 14 anos, segunda internação).

Existem, também, aqueles adolescentes que, além de relativizarem e personificarem essas relações, criticam aqueles agentes que não se sensibilizam com a situação dos internos, como mostram as falas que seguem: “rapaz tem alguns que entende a situação, mas têm outros que, só porque a pessoa tá preso, ele quer humilhar, entende?” (Fábio, 14 anos, segunda internação); “tem alguns que não quer nem saber” (Raul, 13 anos, primeira internação); “é bacana, tem monitor que é

bacana, tem monitor que dá uma de doido. Porque quando a pessoa tá num conflito assim, aí ele quer separar e dá na pessoa. Ai nós vai pra cima também” (Leandro, 17 anos, nona internação).

Contudo, a maior parte dos adolescentes internos no CEA compreende as relações estabelecidas com os agentes sociais como relações de dependência ou troca, tendo em vista que os adolescentes necessitam, constantemente, da assistência e da ajuda dos agentes para realizar as suas atividades. Já os agentes precisam da compreensão e da participação dos adolescentes para que o seu trabalho possa ser realizado da melhor forma possível.

Essa dependência nem sempre se estabelece de forma equilibrada, uma vez que a dependência dos adolescentes parece ser bem mais visível do que a dos agentes. Porém, em alguns casos, essa relação pode ser invertida. Um adolescente, quando questionado sobre a sua relação com os agentes sociais, coloca:

Tem uns que é meio traquino, mas tem nada a ver não, é mais de noite, no plantão da noite. Teve um que deu uma peia em mim. Tocaram fogo lá, bagunçaram lá, ai ele meteu a mão dentro do meu olho, pia. Aí pronto. Eu vou matar ele por causa disso? Pai de família, né? Trabalha pra sustentar a família. Eu não tenho raiva de ninguém não, vou discutir não. Mas, o monitor que controla lá, é figura. Sabe tratar a gente direito, faz um favor pra gente (Leandro, 17 anos, nona internação).

O tom de voz, os termos utilizados e a tranquilidade com que esse adolescente relatou a violência sofrida, aguçou a minha curiosidade sobre essas relações. Assim, depois de muitas conversas com esse mesmo adolescente identificado como uma das lideranças no CEA, eu pude compreender que muitos desses agentes sociais estão atrelados às facções ou, ao menos, às lideranças internas existentes na casa. Certa vez, um desses líderes me contou que havia em seu quarto três celulares, levados para dentro da unidade por alguns agentes. Quando

questionado sobre qual era a forma de pagamento que esses agentes recebiam para fazer esses "favores"<sup>11</sup> para os adolescentes, o mesmo não me respondeu de forma direta, só disse que eles recebiam bem para isso.

Alguns agentes sociais confirmam que existem profissionais cooptados pelos adolescentes no CEA:

Eu tenho oito anos aqui, e tem várias pessoas que tem o mesmo tempo que eu. É, essas pessoas eu confio nelas, eu sei com quem eu trabalho e tenho um ciclo de amizade fora, até mesmo pra me proteger. Tem adolescente que ameaça você aqui e ameaça lá fora, a gente se protege tanto aqui quanto lá fora. A gente tem aquele grupo também, da gente, que se protege, mas tem muitas pessoas novatas que entra na casa, 3 meses, ninguém sabe de onde vem. A gente sabe, só não consegue pegar. Mas sempre tem alguém que como eles dizem é o mola-mola, que se enverga, se estica, dá pra todo serviço. Tem sempre, aqui e acolá tem um, mas geralmente quando o plantão é fixo, daqueles que passa dois, três anos sem sair, nesse plantão a gente não vê esse negócio; aí quando começa a mudar de empresa, começa a botar pessoas novas pra trabalhar, começa a aparecer (Carlos).

E assim vão se tecendo as relações sociais dos adolescentes com os agentes sociais, alinhavadas por uma série de elementos que variam do respeito a humilhação, da agressão verbal a agressão física, da dependência e das trocas, da pressão, tensão e chantagem, da rotina e do cotidiano de um campo dinâmico, heterogêneo e multifacetado.

Deste modo, o tipo de relação estabelecida entre os adolescentes e os agentes sociais revela diferenças no capital social dos internos, tendo em vista que aqueles adolescentes que estabelecem boas relações com os agentes tornam-se beneficiários de uma série de vantagens, que estão bem menos disponíveis àqueles

---

<sup>11</sup>Segundo informações dos diretores da instituição, bem como dos próprios agentes, alguns agentes sociais, por medo e pressão, ou mesmo por questões financeiras, aceitam trazer objetos ilícitos para os adolescentes internos.

adolescentes que estão mais distantes dos agentes sociais, o que gera uma distinção entre os internos.

No CEA, os adolescentes também interagem e constroem vínculos com outro grupo de funcionários, corriqueiramente, o chamado corpo técnico: assistentes sociais e psicólogos. Esses vínculos, por sua vez, possibilitam o acesso a alguns benefícios que não estão disponíveis aos adolescentes que não constroem tais relações.

Entre os benefícios adquiridos pelos adolescentes a partir do estabelecimento de vínculos sociais com os técnicos do CEA, pode-se destacar: acesso a material de higiene pessoal e itens de primeira necessidade, como colchão e lençol; encaminhamentos para atendimentos de saúde fora da unidade; participação em oficinas e cursos; comunicação facilitada com a diretoria da casa e com a defensoria pública; informação sobre o andamento do seu processo; informação sobre familiares e amigos; concessão para receber visitas fora do horário; concessão para realizar ligações telefônicas para familiares; boa avaliação no relatório semestral encaminhado ao juizado, etc.

Porém, essa relação é percebida de maneiras distintas pelos grupos de indivíduos que convivem no CEA.

Os agentes sociais afirmam que os adolescentes gostam de participar dos atendimentos técnicos, muitas vezes pedindo para serem atendidos, com o intuito de adquirir algum benefício a partir do vínculo estabelecido com o técnico. Um dos benefícios mais visados pelos adolescentes, na construção de suas relações sociais com os técnicos, é a avaliação feita por esses profissionais sobre o comportamento de cada adolescente, semestralmente. Essa avaliação é encaminhada ao juizado, para que o juiz analise a situação do adolescente com vistas a conceder-lhe uma progressão de medida, ou mesmo uma liberação. Por isso, segundo o diretor da unidade, os adolescentes

Veem o técnico como alguém que é a porta de saída. Então, é alguém que ele normalmente trata bem, que ele se relaciona bem, que ele se apresenta calmo, porque ele sabe a importância que esse profissional tem pra saída dele (Ronaldo).

Porém, os técnicos responsáveis por esses atendimentos, de modo geral, analisam a relação estabelecida entre eles e os adolescentes de uma maneira mais complexa. Eles enfatizam que os atendimentos ajudam os adolescentes, não apenas a encontrarem vantagens para a sua sobrevivência no CEA ou para a sua possível liberação, mas ajuda-os a refletirem sobre as suas vidas, as suas ações, possibilitando que eles tracem expectativas para o presente e para o futuro.

Os adolescentes, por sua vez, também constroem percepções diferentes sobre as relações que estabelecem com esse grupo de funcionários, mas, em sua maioria, eles percebem que a construção desses vínculos, além de possibilitar que eles obtenham algumas vantagens específicas, facilitam a obtenção dos recursos fundamentais para a sua sobrevivência no CEA.

Assim, a maioria dos adolescentes diz frequentar os atendimentos psicológicos e sociais e gostar dos mesmos. No entanto, as justificativas para esse "gostar" são variadas. Alguns adolescentes dizem que esses atendimentos ajudam a afastar os maus pensamentos, à medida que os profissionais vão orientando-os e aconselhando-os. Porém, muitos deles demonstram terem consciência da possibilidade de adquirirem ou perderem alguns benefícios, a partir da construção dessas relações de proximidade e/ou distanciamento.

As relações estabelecidas entre os adolescentes e a direção da instituição também podem ser consideradas como formadoras do capital social dos internos, pois elas possibilitam maior facilidade de acesso a alguns benefícios e vantagens que não estão disponíveis aos adolescentes que se mantêm distantes.

As vantagens adquiridas pelos adolescentes a partir do estabelecimento de uma relação social de aproximação com os diretores do CEA são, basicamente, as

mesmas vantagens que os adolescentes obtêm com os técnicos, porém, como a direção da unidade é, teoricamente, a autoridade máxima na instituição, ela tem sempre a última palavra, podendo, além de oferecer vantagens de uma maneira mais rápida e ágil, subtrair ordens e reverter contextos.

Mas, construir uma relação de proximidade com os diretores da casa, não é uma tarefa fácil para os adolescentes. Primeiro, porque os diretores não dispõem de muito tempo para atender, diretamente, os adolescentes. Segundo, porque essa proximidade pode não ser bem vista por outros adolescentes, que podem pensar que está havendo passagem de informação para a diretoria da casa, ou seja, “cabuetagem”.

Como a suspeita de “cabuetagem” pode cair sobre os adolescentes que se fazem mais próximos dos diretores da casa, muitos deles preferem manter certa distância, mesmo que isso os prive de algumas vantagens. Segundo alguns adolescentes, eles só procuram a diretoria da casa quando algo grave está acontecendo nas alas.

Nas páginas anteriores, analisou-se o CEA como um campo relacional onde se estabelecem lutas por poder simbólico, que direcionam os posicionamentos e distinções, a partir da valorização do capital social, classificado como capital mais importante para o campo em estudo (BOURDIEU, 1992, 2001 e 2007).

Assim, a maior ou menor posse desse capital determina posições e condiciona comportamentos e *habitus* essenciais à dinâmica institucional do CEA.

Deste modo, os adolescentes internos nessa instituição, constroem toda uma rede de apoio, a partir dos diversos tipos de relações sociais, muitas delas pautadas numa perspectiva de violência física/ou simbólica, que lhes oferece recursos que funcionam como um capital social fundamental para o estabelecimento dos mecanismos de diferenciação e distinção no campo.

## **Considerações finais**

No intuito de apreender o cotidiano dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, analisei o CEA como um campo, destacando alguns elementos bourdieusianos e compreendendo-o como um espaço dinâmico, sujeito a constantes remodelações. O artigo representa, portanto, um esforço para contribuir com uma melhor compreensão acerca da construção das sociabilidades dos adolescentes tidos como infratores e violentos, internos em centros educacionais.

Nesse sentido, buscou-se apreender como a posse de alguns elementos, materiais e/ou simbólicos, valorizados entre os adolescentes internos, condicionam as posições ocupadas e, conseqüentemente, as hierarquias e as formas de sociabilidades (re) construídas nesse cenário. Ou seja, buscou-se compreender como esses adolescentes (re) criam as suas formas de sociabilidade, fundando novos arranjos, para velhos valores e práticas, através dos processos de reconhecimento e identidade, da construção de semelhanças e dessemelhanças, dentro desse espaço delimitado que se (re) constrói cotidianamente.

Como base no explanado, pode-se dizer que estar cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA desperta as mais variadas emoções entre esses adolescentes, fazendo com que eles (re) inventem as suas existências cotidianamente, para conseguirem sobreviver, da melhor forma possível, nessa instituição, a partir da construção dos vínculos sociais, que apesar de parecem fracos e circunstanciais, envolvem relações de dependência, aliança e proteção.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no CEA, a experiência da internação, como cumprimento de medida socioeducativa, caracteriza-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivências, a partir das tramas relacionais instituídas, que perpassam o tempo e o espaço da internação, sendo estas, muitas vezes, mediadas pela violência física e/ou simbólica.

## Referências

- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: *Sociologia*. Org.: Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Editora Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FROTA, T. de L. L. *Entre o pavilhão e o inferno: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu*. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- SARTI, C. A. *Ambivalência entre iguais: uma discussão sobre a moral dos pobres*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 1994.
- SILVA, V. F. *Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro*. 1ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1994.

**Autora**

Alessa Cristina Pereira de Souza

Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba (DCS/CCAUE/UFCG).

Email: [alessacps@hotmail.com](mailto:alessacps@hotmail.com).

Recebido em 28 de setembro de 2014

Revisado em 30 de janeiro de 2015

Aprovado em 06 de fevereiro de 2015



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **A DESCONCENTRAÇÃO DOS EVENTOS DE VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA AMBIÊNCIA URBANA: O CASO DE CAMPINA GRANDE – PB**

### **THE DECONCENTRATION OF EVENTS OF URBAN VIOLENCE IN BRAZIL AND ITS EFFECTS ON URBAN AMBIENCE: THE CASE OF THE CITY OF CAMPINA GRANDE, PARAIBA, BRAZIL**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Martha Priscila Bezerra Pereira

Universidade Federal de Campina Grande

#### **Resumo**

Já há consenso, tanto pela comunidade científica como pelos planejadores e sociedade em geral, em considerar a difusão da violência urbana como um dos principais eventos que interferem na qualidade de vida das organizações sociais. O sentimento do medo e insegurança, decorrentes do aumento das práticas de violência, tem interferido diretamente nas condições de habitabilidade. Tal condição se agrava na medida em que se evidencia uma tendência de desconcentração dessas práticas ao se evidenciar com maior expressividade em cidades de porte médio. O trabalho ora apresentado decorre de resultados de pesquisa na qual identificamos a evidência dessa desconcentração observando seus efeitos na prática cotidiana da população de Campina Grande, Paraíba. Os resultados preliminares, obtidos a partir do aporte das técnicas da pesquisa qualitativa, apontam para a necessidade de se pensar estratégias para recuperar o interesse social pelo uso dos espaços urbanos, particularmente os ambientes públicos, de forma a proporcionar melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde

da população. Ao se observar a realidade de Campina Grande foi possível constatar uma nova geografização das práticas de violência, sendo estas mais evidentes nas cidades de porte médio interferindo nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais e, conseqüentemente, na própria qualidade de vida da sociedade que passa a reduzir suas práticas de ocupação espacial em decorrência do aumento da sensação de insegurança e do medo.

**Palavras-chave:** Violência urbana. Espaço. Geografização.

### **Abstract**

There is already consensus, both by the scientific community as the planners and society in general, in considering the spread of urban violence as a major event which affects the quality of life of social organizations. The feeling of fear and insecurity caused by the increased practice of violence has interfered directly in living conditions. This condition worsens to the extent that it shows a trend of devolution of these practices to be evident with greater expressiveness in medium-sized cities. This work originates from research results in which we identify the evidence that devolution observing their effects on the everyday practice of the population of Campina Grande, Paraíba. Preliminary results obtained from the contribution of the techniques of qualitative research, point to the need of thinking strategies to recover the social interest in the use of urban spaces, especially public environments, to provide improved quality of life and health conditions of the population. By observing the reality of Campina Grande it was possible to see a new geographization practice of violence, which was more evident in medium-sized cities interfering in the daily practices of social subjects and, consequently, the actual quality of life of the society that starts to reduce their practices of spatial occupation due to the heightened sense of insecurity and fear.

**Key-words:** Urban violence. Space. Geographization.

### **Introdução**

A violência corresponde a um tema controvertido e dialético, produto tanto de um sensacionalismo difundido em diferentes meios de comunicação em massa como de fatos reais registrados e mensurados por órgãos oficiais (WAISELFISZ, 2008) e dos relatos das experiências qualitativas pautadas em reproduções de imagens que os cidadãos passam a materializar acerca do seu espaço de vivência. A presença desta "sensação de risco constante" tem se constituído em uma realidade presente

não apenas nas grandes cidades, mas, de forma cada vez mais ampla, em cidades de porte médio ou cidades médias, além dos registros de aumento em cidades pequenas.

De fato, ao contrário do que se evidenciou em décadas anteriores, o aumento da violência nos espaços urbanos de média e baixa complexidade já se apresenta como um fato na realidade brasileira, embora o evento da violência nos espaços urbanos não se apresente como algo novo uma vez que já na idade média, por exemplo, a imagem da cidade se estruturava por uma conjuntura contraditória: se por um lado expressava sensação de segurança, por outro era um espaço constituído pela difusão da violência.

Emana no âmago da realidade urbana emergente a evidência de práticas prejudiciais ao indivíduo tanto no que se refere a sua integridade física quanto no que diz respeito ao seu patrimônio, influenciando na difusão de concepções que passam a adjetivar o espaço urbano a exemplo das noções de segregação e exclusão social e territorial. Nas cidades do passado assim como nas de hoje, a violência se torna um elemento que condiciona as práticas urbanas de uso e ocupação do solo, embora com níveis de complexidade diferentes entre as duas realidades observadas neste exemplo: a cidade da idade média e as cidades de hoje.

Para Le Goff (1998), na idade média/na antiguidade, por exemplo, as práticas do roubo correspondiam a um crime cuja punição era bem mais severa das realizadas nas cidades de hoje, cuja violência tornou-se expressão da agressão ao psicológico da coletividade. Conforme mencionado por Le Goff (*idem*, p.73), "hoje, estaríamos quase mais preocupados com as incivildades, os desentendimentos quotidianos aparentemente sem gravidade, as pequenas agressões".

A geografização deste fenômeno no espaço urbano é pautada não apenas nos eventos reais, expressos em números e devidamente mensurados por setores do Estado responsáveis pelo processamento das ocorrências, mas nos aspectos virtuais materializados em discursos que interferem de forma mais agressiva na dinâmica

urbana uma vez que se infiltra no imaginário social, condicionando o uso dos espaços através da sensação de insegurança. Tem-se, assim, a produção de uma imagem catastrófica para o futuro da cidade.

O texto ora apresentado corresponde a uma síntese de trabalhos desenvolvidos por estudantes e pesquisadores do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) em parceria com pesquisadores e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisas em Geografia para Promoção da Saúde (PROSAUDE-Geo) através dos quais, a partir da análise da realidade de Campina Grande (PB), se identificou um progressivo processo de desconcentração dos eventos de violência nos espaços urbanos do Brasil, especialmente em cidades de porte médio.

### **Fatores da desconcentração da violência nos espaços urbanos do Brasil**

Durante os anos de 2010 e 2012 o Grupo GIDs desenvolveu várias pesquisas relacionadas a análise dos efeitos da violência na produção dos espaços, os quais foram completados com pesquisas desenvolvidas por pesquisadores dos Prosaúde\_Geo entre 2013-2014. Os resultados da pesquisa evidenciaram que nestas últimas três décadas, apesar das diversas medidas de combate a violência, especialmente as que resultam em óbito, o Brasil continuou registrando um aumento significativo de ocorrências, especialmente em áreas urbanas, embora a variação tenha, a partir de 2003, passado por momentos de oscilações anuais tendo em vista as políticas do Governo Federal em parceria com outros segmentos sociais destinadas a promoção do desarmamento e ações específicas de promoção à segurança, especialmente nos grandes centros urbanos (WASELFSZ, 2011).

Para Waiselfisz (2005) a média anual de homicídios no País supera o número de vítimas decorrentes de grandes confrontos armados evidenciados no mundo entre os anos de 2004 e 2007, observando que o número de mortos no Brasil superou os

de mortos nos 12 maiores conflitos mundiais ocorridos no período mencionado. De acordo com os dados do Ministério da Justiça (2006), entre janeiro de 2004 a Dezembro de 2005, quase 50% dos crimes violentos letais e intencionais (com óbitos) ocorreram na região sudeste e apenas 30% no nordeste.

Contudo, os dados do Ministério da Saúde desta última década, publicado pelo Sistema de Informação da sobre a Mortalidade (SIM) evidenciam uma mudança na Geografia da violência urbana no Brasil: a desconcentração por Unidade da Federação (Tabela 1) segundo a qual se evidencia registro de criminalidades nos 10 Estados considerados tradicionalmente como mais violentos, entre os quais se destacam os da região sudeste, assim como uma mudança segundo a própria complexidade urbana na qual as cidades de porte intermediário passam a liderar as principais ocorrências, especialmente no que se refere aos crimes letais.

**Tabela 1 – Ordenamento das UF por taxa de homicídios em 100 mil – Brasil 2000-2010**

UF	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	25,6	11º	66,8	1º
Espírito Santo	46,8	3º	50,1	2º
Pará	13,0	21º	45,9	3º
Pernambuco	54,0	1º	38,8	4º
Amapá	32,5	9º	38,7	5º
Paraíba	15,1	20º	38,6	6º
Bahia	9,4	23º	37,7	7º
Rondonia	33,8	8º	34,6	8º
Paraná	18,5	16º	34,4	9º
Distrito Federal	37,5	7º	34,2	10º
Sergipe	23,3	12º	33,3	11º
Mato Grosso	39,8	5º	31,7	12º
Amazonas	19,8	14º	30,6	13º
Ceará	16,5	17º	29,7	14º

UF	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Goias	20,2	13°	29,4	15°
Roraima	39,5	6°	27,3	16°
Rio de Janeiro	51,0	2°	26,2	17°
Mato Grosso do Sul	31,0	10°	25,8	18°
Rio Grande do Norte	9,0	24°	22,9	19°
Tocantins	15,5	19°	22,5	20°
Maranhão	6,1	27°	22,5	21°
Acre	19,4	15°	19,6	22°
Rio Grande do Sul	16,3	18°	19,3	23°
Minas Gerais	11,5	22°	18,1	24°
São Paulo	42,2	4°	13,9	25°
Piauí	8,2	25°	13,7	26°
Santa Catarina	7,9	26°	12,9	27°
	Região Nordeste			
	Região Centro Oeste			
	Região Sudeste			
	Região Sul			
	Região Norte			
	Ranking dos 10 Estados mais violentos			

Fonte: Adaptado de WAISELFSZ, 2011

Os dados transcritos na tabela permite observar que nestas últimas duas décadas vêm sendo materializada a desconcentração geográfica do ranking de estados com maiores indicadores de violência assim como da própria região. No contexto regional dos anos 2000, dos dez estados com maiores taxas de violência, o sudeste e o centro oeste lideravam os indicadores ao tempo em que em 2010 a situação sofre uma inversão significativa com o predomínio dos estados da região norte e nordeste com registros de maiores taxas de violência.

Esta nova Geografia da violência e do medo é estruturada devido a uma intervenção mais representativa do poder público na escala federal e estadual, especialmente nos estados que lideravam os registros (Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). Com exceção do Espírito Santo que subiu um patamar no ranking, as políticas de intervenção surtiram um efeito significativo nos estados com maiores registros: Pernambuco desce três posições no ranking e Rio de Janeiro e São Paulo, estados em que a intervenção foi mais significativa, descem 15 e 21 posições, respectivamente.

Por outro lado, os estados de Alagoas, Paraíba e Bahia que em 2000 estavam, respectivamente, na 11<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup> e 23<sup>a</sup> posições, assim como os estados do Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná cujo registro expressa a ocorrência de casos de violência.

Observando-se atentamente a tabela, dos cinco estados menos violentos em 2000, o nordeste possuía a representação de três (BA, RN e MA), os quais, seguindo a tendência dos demais estados da região, excetuando-se Pernambuco e Piauí cujos indicadores foram reduzidos na década de análise, apresentaram um aumento no registro de violência sendo a situação mais representativa a do Estado da Bahia que saiu da posição 23 para a de número 7 configurando-se no rol dos 10 estados mais violentos no início da década de 2010.

Tal desconcentração é sustentada na hipótese de que os estados mais violentos passaram, especialmente a partir da metade da década de 2000, por fortes intervenções do Estado e de outras representações da sociedade civil organizada, a exemplo das políticas de desarmamento e de revisões na legislação em vigor implementadas nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os Estados do Norte e Nordeste tornam-se, assim, áreas geográficas cujas práticas de violência tornaram-se um elemento comum nos territórios, sendo a principal preocupação o Estado de Alagoas ao tempo em que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo reduziram as taxas de violência distanciando-se do rol de estados mais violentos.

No âmbito estadual tem-se evidenciado algo semelhante. Até os anos 2000 a violência esteve centrada nas capitais e nos grandes centros urbanos. Com o desenvolvimento urbano das cidades de pequeno e médio porte, com população entre 100.000 e 500.000 habitantes, conforme estudos de WAISELFSZ (2011), tais cidades passaram a ser mais atraentes para os criminosos que passaram a emigrar dos estados mais violentos em decorrência da participação mais ativa do Estado e representações da sociedade civil organizada.

Entre as cidades concebidas como de porte médio ou Cidades Médias, se considerarmos a classificação da rede de estudos sobre cidades médias (RECIME), no âmbito da região Nordeste, Campina Grande expressa bem o crescimento da violência, especialmente se comparadas a outras cidades com importância regional, a exemplo de Petrolina (Tabela 2).

**Tabela 2: Desconcentração da violência para municípios economicamente emergentes. Registros do Ministério da Justiça – janeiro de 2004 a dezembro de 2005.**

Ocorrências registradas pelas polícias civis relativas a crimes violentos letais intencionais nos municípios com população superior a 100 mil habitantes 2004 e 2005

Município	Estado	População	Número de	Tx/mil	Número de	Tx/mil
			ocorrências	habit.	ocorrências	habit.
			2004		2005	
Tefé	AM	61.399	-	-	-	-
Paritins	AM	102.066	-	-	-	-
Marabá	PA	233.462	82	44,1	52	26.56
<b>Petrolina</b>	<b>PE</b>	<b>294.081</b>	<b>68</b>	<b>28,2</b>	<b>56</b>	<b>22.07</b>
<b>Campina Grande</b>	<b>PB</b>	<b>385.276</b>	<b>74</b>	<b>20,1</b>	<b>120</b>	<b>31.90</b>
<b>Mossoró</b>	<b>RN</b>	<b>259.886</b>	<b>35</b>	<b>15,7</b>	<b>49</b>	<b>21.55</b>
Teófilo Otoni	MG	134.733	80	62,3	61	47.73
Anápolis	GO	335.032	141	46,6	169	53.92
Uberlândia	MG	600.285	138	24,8	214	36.56
Resende	RJ	119.801	70	62,0	108	91.98

Município	Estado	População	Número de	Tx/mil	Número de	Tx/mil
			ocorrências	habit.	ocorrências	habit.
			2004		2005	
São J. Rio Preto	SP	408.435	140	35,9	105	25.81
Marília	SP	216.684	70	33,0	55	25.00
Presidente Prudente	SP	207.625	94	47,3	60	29.41
Londrina	PR	506.645				
Dourados	MS	196.068	131	74,1	144	78.65
Itajaí	SC	183.388	87	54,8	91	55.17
Chapecó	SC	183.561	64	39,7	64	37.81
Passo Fundo	RS	184.869	141	78,6		

Fonte: \* Ministério da Justiça – MJ (2006) / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

\* <http://www.ibge.gov.br> acesso em 27 de abril de 2011.

De acordo com os dados do ministério da Justiça, Campina Grande, entre os municípios com população superior a 100 mil habitantes, também se destaca quanto a outros indicadores: a) crimes violentos letais e não letais; b) delitos envolvendo drogas; c) homicídios dolosos; d) lesões corporais, e) estupro; f) roubos e g) furtos (Ministério da Justiça, 2012).

No caso da cidade de Campina Grande, a análise geográfica sobre os efeitos do medo decorrente das expressões de violência, assume uma posição de grande relevância tendo em vista a natureza da cidade: se por um lado caracteriza-se como provinciana, com fortes limitações em seu espaço urbano, por outro, exerce um papel estratégico ao desenvolvimento regional. Isto ficou evidenciado através dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada em 2010 (mapeamento da violência urbana em Campina Grande) cujos resultados

possibilitaram identificar que a violência se expressa territorialmente em setores bem delimitados da cidade (SANTOS, 2011), sendo, contudo, mais expressivos nos locais de uso público.

O fato é que a complexidade das práticas territoriais que caracterizam as atuais sociedades urbanas tem levado os indivíduos a deixarem de lado o sentimento de pertencimento, afastando-se do interesse pelo uso e contemplação do lugar em que vivem especialmente em locais de uso público. Tais locais, conforme resultados anteriormente obtidos (SANTOS, 2011) passam a ser caracterizados como os locais em que as práticas de violência exercem maiores transtornos, tornando-se ambientes insalubre a vivência.

Caracterizada como um dos principais problemas urbanos das sociedades de hoje, as práticas socioespaciais de violência correspondem a uma realidade evidenciada na maioria das cidades configurando-se como um problema de saúde pública. De fato, por afetar diretamente a coletividade, a violência tem interferido diretamente na qualidade de vida da sociedade ao conduzir o indivíduo, habitante de determinada área urbana, a limitação de utilização de seus espaços, distanciando-o do seu cotidiano, especialmente aqueles de público.

Como ressalta Tangerino (2007), isto não significa que a cidade seja um fator determinante sobre o indivíduo, mas, por não fornecer as condições de infraestrutura e acesso aos equipamentos, esta influencia na reprodução de práticas criminosas. Assim, por terem que viver segregadas com indivíduos que realizam práticas violentas, as pessoas passam a ter que obedecer as regras impostas por tais indivíduos, a exemplo do uso das ruas em horários predeterminados e obediência a lei do silêncio, faz com que a coletividade reproduza o sentimento do medo e insegurança. São, portanto, obrigados a sobreviver em condições de grande instabilidade.

## **Um olhar geográfico para o crescimento da violência nos espaços urbanos**

O sentido da violência nas cidades de hoje é, obviamente, diferente do seu significado em outros momentos da história uma vez que a complexidade social coloca em xeque não apenas a integridade física ou propriedade pessoal ou coletiva, mas a própria integridade psicológica do indivíduo-cidadão e da coletividade social no que diz respeito ao amor à cidade através da formação de uma identidade com a mesma decorrente de práticas cotidianas. Os espaços nas cidades se tornaram o espaço das diferenças; do desconhecido; do estranhamento e da submissão ao medo da agressão física e simbólica. (CARLOS, 2001)

A violência urbana, enquanto materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), corresponde a uma questão de interesse geográfico na medida em que condiciona as práticas urbanas dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo os sujeitos responsáveis por seu planejamento e ordenamento territorial. De acordo com Rodrigues (2002), a violência é expressa no ambiente urbano a partir de alguns indicadores concebidos como fundamentais ao processo de ordenamento desse espaço, sendo um desses indicadores a falta de urbanidade.

Diante disso, evidencia-se uma relação direta da violência com a saúde coletiva ao interferir nas relações cotidianas de apropriação, produção e consumo do espaço. Nesse campo de ação, percebemos diariamente que a violência se propaga rapidamente em diversas escalas, sendo identificada em inúmeros tipos de expressão, tais como individual, sexual, contra o patrimônio, psicológica, entre outros. Os aspectos comuns entre estas expressões estão relacionados ao fato de passarem a ter significado urbano quando entendidas em sua geografização.

Devido as diferentes maneiras de se praticar a violência, pode-se destacar que esta se evidencia de maneira mais intensa em espaços segregados tanto pelas relações de produção quanto pelas intencionalidades que condicionam o seu uso ou não uso. O discurso da "geografia da violência" materializa-se, portanto, na própria

concepção de espaço e suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no mesmo e nas concepções de violência e insegurança.

Santos (1997) concebe o espaço como um metaconceito para a Geografia na indissociabilidade entre os objetos e ações (SANTOS, 1997, p.51). Na relação com a violência, esta concepção é apropriada ao estudo do medo urbano uma vez que é no ambiente urbano o local em que encontramos uma maior complexidade de objetos e ações representados pelas relações de trocas entre todos que o compõem.

O aumento da violência em espaços de uso coletivo associado ao consequente sentimento de insegurança se constitui, nas sociedades de hoje, como sequelas das transformações radicais observadas nos espaços urbanos decorrentes de uma série de eventos conflitantes e cada vez mais complexos que envolvem os diversos sujeitos sociais. O entendimento das consequências espaciais de sua geografização torna-se, assim, um desafio para os setores administrativos responsáveis pelo ordenamento urbano.

Enquanto realidade socioespacial, a violência materializa-se nas práticas de agressão (moral, psicológica ou física), contra o patrimônio e contra as pessoas, sendo "as péssimas condições sociais e de qualidade de vida e as injustas estruturas em que vive a maioria da população (...) as bases e os germes da violência" (GOMES, 1993, p.11). Contudo, o debate sobre esta questão ainda gera incertezas devido à dificuldade de se identificar os aspectos que caracterizam a violência em espaços urbanos.

Para compreendermos melhor a complexidade da relação entre violência e espaço, na qual se materializa pelos discursos, recorreremos a dois importantes dicionários filosóficos. Segundo Abbagnano (2012), a palavra violência origina-se do latim *Violentia* e corresponde a "ação contrária à ordem [moral, jurídica ou política] ou à disposição da natureza" (p.1198), tendo como causa primária a vontade de poder. Já Audi (2006, p. 983) vai um pouco mais além ao associar a violência como expressão do uso da força para causar dano físico, mas também emocional ou

psicológico. Ao se expressar no espaço, a violência materializa-se no âmbito físico, ao influenciar nas estruturas e formas, e no âmbito psicológico ou emocional, ao materializar-se nas funções e processos.

No contexto físico, a violência é expressa contra o indivíduo e seu patrimônio sendo geograficamente delimitada enquanto evento socioespacial. Já no contexto moral, interfere nas condições de acessibilidade do sujeito-indivíduo ao se infiltrar em sua mente, interferindo na imagem de cidade reproduzida pelo mesmo e, portanto, em seu discurso. No primeiro caso, pode-se falar da Geografia da violência e no segundo na Geografia do medo ou da insegurança.

Tais relações são favorecidas nas práticas do homem com o espaço onde vive, a qual nem sempre ocorre de forma harmoniosa uma vez que envolve uma disputa constante por territórios, sendo materializada pelas competições, rixas, disputas etc., segundo as intencionalidades dos sujeitos sociais que as praticam. De fato, conforme salienta Eufrásio (2009), a violência remonta às ocupações primitivas, organizadas em grupo, no qual o convívio estava condicionado às formas de ocupação (relações de poder no espaço). O aumento desses desvios foram aos poucos se tornando uma das principais preocupações dos indivíduos que vivenciavam este meio.

A preocupação com a violência configura-se, portanto, como um tema presente em diversos debates sobre o uso funcional e coletivo de espaços tendo em vista a natureza destes para o contexto social a partir das intencionalidades e das relações de poder, sendo, portanto, um mecanismo de produção e reprodução de territórios.

A origem do termo *território* encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço onde vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre ligadas às relações de poder entre os sujeitos sociais. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema

passa a ser a necessidade de se identificar suas diversas origens e assim definir as tendências ou imagens produzidas enquanto mecanismo de apropriação do espaço.

O questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda da necessidade de se identificar não apenas os sujeitos ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de uma determinada forma e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço ignorando outras igualmente relevantes.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade, a qual se materializa no aumento dos casos de violência e pela própria difusão do discurso do medo. Tal crise, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada por diversas indefinições conceituais, mas como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocuparem com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isto propicia a construção de mitos e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios enquanto expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano (HAESBAERT, 2004).

Os sujeitos sociais são, assim, concebidos como mentores das divergências na produção do espaço segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente, o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem um determinado tipo de formação socioespacial; outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção social do espaço.

Enquanto essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade, uma vez que a população, de uma forma geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis,

especialmente quando estes produzem e reproduzem um discurso de massificação da sensação de insegurança imbuído na sociedade, incertezas quanto à relação entre a ausência de usos dos espaços e a reprodução do sentimento de insegurança. De fato, dependendo da intencionalidade do discurso, a geografização da violência decorre do sentimento do medo originado pela redução do uso dos espaços, em uma perspectiva, e, por outra, da redução do uso dos espaços enquanto consequências da difusão do discurso do medo.

Nesse contexto, a Geografia do medo se apresenta como “mito” uma vez que sustenta o seu alicerce na intencionalidade dos discursos, se concebermos intencionalidade como “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos” (SEARLE, 2002, p. 01). Assim, expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades, uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam uma determinada coisa ou objeto (AUDI, 2006), sendo, portanto, o resultado da mente de forma a obter uma satisfação.

Exemplos disso estão pautados nos estereótipos reproduzidos pela mídia ao associar as condições sociais como expressão da geografia do medo, assim como as que condicionam a imagem de segurança pautada na materialização de relações de poder das práticas territoriais de alguns sujeitos sociais. Cria-se, assim, um discurso “virtual do medo urbano”, segundo o qual a sensação de insegurança passa a ser independente nas condições sociais dos indivíduos.

## **O método qualitativo aplicado à análise da violência**

A violência urbana apresenta-se como uma das principais preocupações das gestões públicas (em suas três escalas de atuação), empreendedores urbanos e segmentos da sociedade civil organizada. Esta preocupação foi consequente de debates realizados por membros Grupo de Pesquisas Integradas em

Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) e do Grupo de Pesquisas em Geografia para promoção da saúde (ProsaudeGeo) inseridos, respectivamente, nas linhas de pesquisa produção do espaço e desenvolvimento regional e questões metodológicas e monitoramento e sustentabilidade ambiental. O resultado de tais debates tornou-se, então, materializado na elaboração de um projeto de pesquisa pautado na geografização da violência urbana da cidade de Campina Grande e no seu reflexo na reprodução da identidade urbana, levando a indagação sobre a reprodução deste processo em outras cidades de porte médio.

A pesquisa fundamentou-se em procedimentos quali-quantitativos identificando a influência do aumento da sensação do medo no uso dos espaços públicos, recorte selecionado em resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica desenvolvida por estudantes do GIDs entre os anos de 2010 e 2012 através da qual esses espaços foram apontados como ambientes em que a materialização das práticas de violência produzem transtornos quanto ao uso.

De acordo com Minayo o Método Qualitativo (MQ) possibilita ao pesquisador a “compreensão interpretativa da ação social” (MINAYO, 2005, p. 81). Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação tem-se assim que o MQ possibilitaria uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido. Assim, a observação da intencionalidade do sujeito, expressa especialmente nos discursos, apresenta-se como um dos objetivos desse método (MINAYO, 1998).

Nessa perspectiva seria mais apropriado o uso do termo “sujeito social” ao invés de “ator social” uma vez que este não se limita as representações ou aparências do contexto espacial, mas da essência dessa conjuntura ao produzir discursos e materializar intencionalidades, elementos estes que correspondem a um dos objetivos da pesquisa qualitativa (MINAYO, 1998).

Através do uso da análise do discurso tem-se uma base instrumental para o estudo qualitativo das práticas socioespaciais de produção do espaço tendo como

referencial técnico a obtenção das ideias centrais e produção do discurso do sujeito social (SOUZA JUNIOR, 2008; 2009).

A aplicabilidade tanto do método como dos procedimentos técnicos inerentes ao mesmo foram desenvolvidos a partir da elaboração de uma hemeroteca por estudantes do GIDs da Unidade Acadêmica de Geografia, seguidos da análise de questionamentos realizados junto à população de Campina Grande.

A hemeroteca foi organizada a partir da análise dos casos de violência publicados em dois jornais de circulação estadual – o **Correio da Paraíba** (CP) e o **Diário da Borborema** –, tendo a cidade de Campina Grande como recorte territorial analítico. Através da hemeroteca buscou-se identificar os diferentes discursos que expressam a sensação de medo decorrente da relação entre os eventos de violência e o espaço. Para isto, levou-se em consideração o *corpus* das matérias que seguiram para a elaboração das mesmas. As reportagens foram selecionadas a partir da observação de palavras que expressavam algum tipo de violência ou faziam uma alusão a esses tipos de violência. Após a seleção e análise das palavras foi organizada uma tabela observando a posição, proporção e tamanho da matéria na reportagem, sendo as principais palavras devidamente destacadas para fundamentar a análise.

Em síntese, a atividade foi organizada a partir dos seguintes procedimentos:

- a) Seleção das reportagens;
- b) Síntese da relação entre os eventos por bairros de ocorrência e a quantidade de palavras destacadas;
- c) Análise de discurso entre os eventos.

Diante da utilização do Método Quali quantitativo, baseado na elaboração da hemeroteca e das informações oficiais, foi possível elaborar um perfil da materialização da violência na cidade de Campina Grande, a qual, conforme relatado anteriormente, apesar de ser uma cidade de porte médio, as suas expressões de violência estão a cada mês aumentando e variando inclusive em períodos, de uns bairros para outros, conforme pode ser observado em Santos (2011). Com o uso

desse procedimentos percebeu-se uma proximidade entre os resultados da análise das reportagens com as práticas cotidianas dos sujeitos entrevistados, sendo um dos aspectos mais importantes a evidência de uma concentração da violência em bairros mais centrais da cidade, ao contrário das relações históricas que associavam as práticas de violência a localidades periféricas, especialmente no que se referem aos assaltos, homicídios e tráfico de drogas.

A violência urbana, enquanto evento presente na realidade dos espaços urbanos, não está, portanto, atrelado à questão social, mas às condições de uso dos espaços. Contudo, a imagem criada pelo discurso do medo está inserida em diferentes contextos da sociedade ao gerar um discurso do medo e da insegurança.

Em uma pesquisa sobre a violência urbana, caracterizada na perspectiva das mudanças de territorialidades provocadas pelas relações sociais de poder entre grupos que disputam o domínio de um mesmo espaço, a identificação dos diferentes discursos sobre a expressão geográfica constitui-se como um elemento fundamental. A cidade do medo, expressão da organização territorial da insegurança urbana, é contextualizada de forma diferenciada entre os diversos sujeitos sociais. A superposição dessas impressões sobre o urbano produto da violência é possível a partir da montagem de uma matriz discursiva, na qual são evidenciados os diferentes discursos sobre as expressões da violência no espaço urbano.

Dessa forma, a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) emerge como um importante procedimento técnico-científico na investigação qualitativa da produção do espaço. O uso dessa técnica consiste na identificação das ideias centrais retiradas do discurso, a exemplo de poesias, expressões, pensamentos, cartazes e reportagens que retratem a ação sujeito social em suas práticas cotidianas, além dos depoimentos dos próprios usuários dos espaços, fato este que possibilita ao pesquisador evidenciar o posicionamento de um determinado grupo social acerca de um objeto. O objetivo da análise do discurso é encontrar a fala social a partir do discurso proferido pelo sujeito coletivo: um depoimento expresso por um ator social

constituído “de *um* eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade” (LEFÈVRE ; LEFÈVRE, 2003, p. 16) (grifo dos autores).

Contudo, o fato de se ter como meta a elaboração de uma matriz sobre as informações de relação entre os indicadores geográficos e as práticas de violência urbana torna necessário o uso do aporte dos métodos quantitativos de abordagem. Formação do rol de ocorrências relacionados às suas geograficidades serão, portanto, utilizados enquanto estratégia amostral da situação evidenciada na atual estrutura socioespacial em cidades do médio porte, especialmente na região nordestina.

### **Considerações finais**

Embora ainda em sua primeira fase de execução, a pesquisa, desenvolvida com a colaboração de estudantes e pesquisadores do Grupo de Pesquisas Integradas e Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs), do Curso de Geografia da UFCG, aponta para a constatação, segundo os registros oficiais, da existência de um processo significativo de desconcentração dos casos de violência no Brasil levando a consideração de que o país vivencia uma nova etapa de reconfiguração do seu quadro socioterritorial no que se refere ao indicador mencionado.

Tanto no âmbito nacional como nas escalas estaduais, a violência urbana tem passado por uma nova geografização. No âmbito nacional sendo direcionada para os estados considerados tradicionalmente mais pacatos devido à influência mais ativa da gestão pública e representações sociais em estados que ao longo dos anos foram considerados como de maior risco. Já na escala estadual a nova geografia da violência aponta para uma redução dos eventos em cidades grandes e metrópoles em detrimento das cidades de porte médio devido à participação destas como novos polos de crescimento econômico e social, ao se destacarem no âmbito da saúde,

ensino e serviços, a exemplo do que ocorre com a cidade de Campina Grande, conforme estudo realizado por Santos (2011).

A violência nos espaços urbanos tem sua materialidade expressa em eventos reais, porém pontuais. Tal fato remete ao questionamento se a violência ocorre como evento no urbano ou do urbano. Tal reflexão ganha uma conotação mais polêmica se consideradas as consequências desses eventos para a materialização da Geografia do medo ou da insegurança urbana pautada na difusão dos discursos, especialmente aqueles gerados oficialmente pela mídia caracterizada pelo sensacionalismo exagerado, ou através da própria imagem coletiva que passa a ser criada na cidade.

O fato é que a violência urbana, no contexto real, tem passado por um processo de desconcentração territorial, mas, no campo das imagens, fomenta o sentimento geral de medo do uso dos espaços. A compreensão dos desdobramentos da influência das práticas de violência na produção de uma imagem negativa da cidade, representada pelo desincentivo da troca de relações sociais nos espaços, assim como no próprio uso dos espaços se apresenta como um importante desafio aos estudiosos do urbano.

Nesse contexto, a violência nos espaços urbanos influencia diretamente na constatação de que a cidade passa por uma nova "crise" reproduzida pela redução do uso dos seus espaços, fomentando a difusão da Geografia do medo e da insegurança no âmbito das dinâmicas socioterritoriais segundo as intencionalidades específicas dos sujeitos responsáveis não apenas por sua produção, mas também por sua apropriação.

É com esse entendimento que encerramos a presente análise na esperança de que as provocações expressas ao longo desse texto sirvam como ponto de partida para novas reflexões geográficas acerca da análise da influência das intencionalidades de difusão do discurso do medo e da insegurança a partir dos registros da violência nos espaços urbanos, assim como as consequências da desconcentração da violência para cidades de porte intermediário, uma vez que o

Estado encontra-se desprovido de condições para absorver esta nova tendência geográfica.

As consequências dessas mudanças estão expressas no aumento das consultas populares por especialidades na área da qualidade de vida.

A pesquisa possibilita identificar que entre os problemas sociais vividos pela sociedade o aumento da violência, especialmente em ambientes públicos, tem afetado diretamente a qualidade de vida dos moradores, especialmente nos espaços urbanos de porte intermediário que vem sendo influenciados pelo processo de desconcentração das práticas de violência.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª. Edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2012.
- AUDI, Robert. *Dicionário de Filosofia de Cambridge*. Tradução de João Peixoto Netto e Edwino A. Royer et AL. São Paulo: Paulus, 2006. (coleção de dicionários)
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. v.4. São Paulo: Saraiva, 1998.
- EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. *História do direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar*. Campina Grande: EDUEPB, 2009.176 p.
- GOMES, Enoque (Org.). *A crise social e os riscos a estabilidade: alternativas de desenvolvimento com cidadania e qualidade de vida – o outro lado da modernidade*. Recife: UFPE, 1993. 104 p.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana M. C. *O discurso do sujeito coletivo* – Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Educs, 2003. 256 p.
- MINAYO, Maria C. de S. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MINAYO, Maria C. de S.. (Org.). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 270 p.
- Ministério da Justiça*. Análise das Ocorrências Registradas pelas polícias civis. Secretaria Nacional de Segurança Pública – departamento de pesquisa. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>. Acesso: janeiro de 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e violência urbana. In. PONTUSCHKA, N. N. & OLIVEIRA, A. U.(org.) *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. p.77-86.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS, Sâmara Iris. *Relatório PIBIC 2010-2011: o mapeamento da violência urbana na cidade de Campina Grande: tendências e desafios*. Campina Grande: UFCG, 2011.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 391 p (Coleção Tópicos)
- SOUZA JÚNIOR. Xisto Serafim de Santana. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa-PB. In. RAMIRES, J. C.; PESSOA, V.L.S. (org.). *Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação*. Ubelândia: Assis, 2009. 544p.(p. 25-48).
- SOUZA JÚNIOR. Xisto Serafim de Santana.. *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB*. 2008.341f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdades de Ciências e Tecnologia, UNESP / Presidente Prudente, 2008.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e Cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 174 p. p.29.

WASELFISZ, Júlio Jacob . *Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil. 1979-2003*. Brasília: UNESCO, 2005.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa de violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa de violência dos municípios brasileiros*. Brasília: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2008.

### **Autores**

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Doutor em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente – SP

Prof. Adjunto 2 da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[xtojunio@yahoo.com.br](mailto:xtojunio@yahoo.com.br)

Martha Priscila Bezerra Pereira

Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente – SP

Profa. Adjunto 2 da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[mpbcila@yahoo.com.br](mailto:mpbcila@yahoo.com.br)

Recebido em 14 de outubro de 2014

Aprovado em 14 de novembro de 2014



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **CENÁRIOS E PERSONAGENS DOS ENTREVEROS HOMICIDAS NO BRASIL DO SÉCULO XXI. ANÁLISE DO CASO DE CAMPINA GRANDE-PB.**

---

### **SCENARIOS AND CHARACTERS OF HOMICIDES IN CENTURY XX IN BRAZIL. ANALYSIS CASE OF CAMPINA GRANDE-PB**

Vanderlan Silva

Universidade Federal de Campina Grande

#### **Resumo**

Este texto apresenta e discute os principais resultados de pesquisa realizada durante os anos de 2010 e 2011 na cidade de Campina Grande sobre exclusão social e violência homicida. A pesquisa foi motivada pela crescente percepção da população campinense e dos relatos cotidianos da imprensa local sobre a vertiginosa incidência da violência homicida na cidade durante os primeiros anos da década inicial do presente século. Diante da singularidade objeto de estudo eleito, cujo evento ceifa a vida de um dos principais atores da cena social e coloca percentual considerável dos acusados de crime em situação de invisibilidade e emudecimento conscientemente produzidos, a pesquisa realizou coleta de dados sobre homicídios praticados na cidade durante os anos de 2009 e 2010 junto a quatro fontes secundárias, a saber: Instituto de Medicina Legal da Paraíba, Polícia Civil do estado, Jornal Diário da Borborema e Jornal da Paraíba. A análise documental empreendida na pesquisa mostrou que os homicídios praticados na cidade durante o recorte temporal feito na pesquisa indicam que Campina Grande tem vivido quadro alarmante de violência homicida, situação que a coloca entre as 200 (duzentas) cidades mais violentas do país. Outrossim, evidencia-se que os homicídios campinenses atingem de maneira desigual e antidemocrática a população da cidade, pois como

revelam os dados, as principais vítimas são atores sociais oriundos dos bairros pobres e periféricos da cidade; jovens, negros; com baixo grau de escolaridade, desempregados ou exercendo funções de baixa ou sem nenhuma formação profissional.

**Palavras-chave:** Violência. Homicídios. Análise documental. Campina Grande.

## **ABSTRACT**

This paper presents and discusses the main findings of a research concerning social exclusion and homicidal violence carried out between 2010 and 2011 in Campina Grande city. The research was motivated by the growing perception of the aforementioned city population and daily reports from the local press about the vertiginous incidence of deadly violence in the city during the early years of the present century initial decade. Due to the uniqueness of the study object whose event reaps the lives of the main actors of the social scene and put considerable percentage of the criminals charged in situations of invisibility and muteness, the research conducted data collection on homicides committed in the city during the years 2009 and 2010, together with four secondary sources, namely: Institute of Forensic Medicine of Paraíba, State Civil Police, Borborema Daily Newspaper and Journal of Paraíba. The document analysis has showed that the murders in the research study period indicate that Campina Grande has lived alarming picture of homicidal violence, a situation that places it among the two hundred (200) most violent cities. Furthermore, as the data show the homicides reach in an unequal and undemocratic way the city's population - the main victims are social actors coming from the poor and peripheral areas of the city; young people, black people; with low level of education, unemployed or low jobs workers or people without professional training.

**Keywords:** Violence. Homicide. Document analysis. Campina Grande.

## **Introdução**

Este trabalho<sup>1</sup> apresenta e discute os resultados de pesquisa realizada na cidade de Campina Grande sobre exclusão social e violência homicida durante os anos de 2009 e 2010. Segunda cidade do Estado da Paraíba em importância

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada durante o XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na cidade de Salvador-BA, em setembro de 2013, cujo título foi Exclusão e violência letal: O caso de Campina Grande.

econômica e número de habitantes, Campina Grande conta com 402,109<sup>2</sup> (quatrocentos e dois mil) habitantes e se destaca no cenário estadual e regional por sua forte presença na área de serviços, da indústria de transformação e na produção de grandes eventos culturais.

A motivação para a realização da pesquisa pode ser atribuída a duas razões: Primeiro, à percepção crescente dos casos de violência entre muitos segmentos sociais em Campina Grande e à divulgação alarmante<sup>3</sup> por parte da imprensa local (tv's, rádios e jornais impressos). Esses fatores chamaram nossa atenção para o fenômeno e despertaram a necessidade de entender os enredos de tais eventos criminosos. Segundo, a divulgação do Mapa da Violência 2010, trazendo dados dos homicídios produzidos no Brasil até o ano de 2007, mostrava que estava em curso um forte processo de interiorização da violência, que atingia cidades de porte médio, tal como Campina Grande, de maneira nunca antes vista. Nesse processo, os índices nas principais metrópoles do país e na Região Sudeste começavam a perder força, ao passo que nas regiões Norte e Nordeste e mais particularmente nas cidades do interior dos estados dessas regiões, os casos de violência letal começaram a mostrar uma curva ascendente contínua nos últimos anos.

Na pesquisa, estabelecemos como objetivo compreender como esse processo de interiorização da violência no país se apresentava no cenário campinense<sup>4</sup>, para isso, procuramos identificar e interpretar em que medida os casos crescentes de violência letal atingiam os vários segmentos da população de Campina Grande.

Esse recente processo de interiorização da violência no Brasil no início de século XXI tem sido objeto de boas análises científicas, algumas das quais destacam

---

<sup>2</sup> A última estimativa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) foi feita em 2014. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campina-grande>. Acessado em fevereiro de 2015.

<sup>3</sup> Em muitos casos, a percepção do crescimento da sensação de insegurança é reforçada pelos programas policiais estaduais e municipais, que fazem dos relatos sensacionalistas dos eventos violentos e crimes chamarizes para os ouvintes e/ou espectadores.

<sup>4</sup> Gentílico de quem nasce em Campina Grande.

as várias transformações ocorridas no país nas últimas décadas. Entre tais variáveis, vale ressaltar a forte repressão dos órgãos policiais na região Sudeste contra o crime organizado e a conseqüente migração de organizações criminosas para regiões nas quais os aparatos policiais não têm o mesmo poder de combate. Agrega-se a isso a variável da dinâmica do mercado de bens lícitos e ilícitos, que encontra na região Nordeste a possibilidade de expansão de seus mercados, em decorrência dessa região ter tido crescimento<sup>5</sup> econômico acima da média nacional na última década.

Vivendo em meio ao processo de "interiorização da violência", certamente ainda é cedo para que consigamos dimensionar com competência suficiente as múltiplas dimensões que tal processo tem produzido e produzirá nos anos vindouros no Brasil. Contudo, alguns estudos merecem destaque, entre eles o Mapa da Violência 2008, publicado pelo Instituto Sangari<sup>6</sup>, cujo período de análise cobre os homicídios entre 2002 e 2006, em cuja publicação a cidade foco de nossa pesquisa aparecia situada na 340<sup>a</sup><sup>7</sup> posição entre os municípios brasileiros, com uma taxa<sup>8</sup> de 36,2 mortes por grupos de cem mil habitantes. Embora a posição até então ocupada pela cidade no quadro dos municípios mais violentos do país não trouxesse razões para comemoração por parte de nenhum administrador da segurança pública, já que a taxa da cidade era superior à nacional. Todavia, o que se produziria nos anos seguintes revelaria que o processo de aumento da violência homicida no interior e particularmente na cidade se intensificaria. De acordo com nova publicação<sup>9</sup> que veio à luz em 2011, Campina Grande chegou à taxa de 48,4 homicídios por grupos de cem mil habitantes em 2010. No prazo de quatro anos a cidade "saltou" 160 (cento e

<sup>5</sup> Particularmente a região Nordeste. A respeito ver importantes análise do IPEA.

<sup>6</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2008, São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, Ministério da Saúde; RITLA. 2008.

<sup>7</sup> Idem. Os números apresentados mostram que Campina Grande ostentava em 2006: 139 homicídios; em 2005: 136; em 2004: 124; em 2003: 126 e em 2002: 108. P. 21

<sup>8</sup> A taxa para grupos de cem mil mortes foi convencionalizada internacionalmente e é largamente utilizada em estudos e políticas públicas em todo o mundo para dimensionar o impacto dos homicídios. Vale lembrar que a ONU considera taxas acima de 10 casos por grupos de referência como endêmicas.

<sup>9</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil, São Paulo: Instituto Sangari, 2011. p. 41

sessenta) posições no quadro das cidades mais violentas do país, passando a ocupar a 180ª posição.

Na busca de entender a relação entre exclusão social e crimes letais em Campina Grande, procuramos identificar os cenários e atores envolvidos nos entreveros que produziram “mortes matadas”. Para isso, procuramos conhecer os seus lugares sociais, a partir de variáveis como: idade, gênero, grau de escolaridade, local de moradia, profissão/ocupação, raça, estado civil etc.

A pesquisa foi realizada durante os anos de 2010 e 2011 e elegeu como recorte temporal o biênio 2009 e 2010. Até o final da pesquisa, concluída em meados de 2011, O Mapa da Violência 2012 até então não havia sido publicado. Após sua publicação no final de 2011, pudemos ter acesso aos dados sobre os homicídios no Brasil entre os anos de 2008 a 2010. Vale lembrar que esta “ausência” de dados até então também tinha servido como motivações para a realização da pesquisa, muito embora, como esperamos deixar claro ao longo deste trabalho, a publicação do Instituto Sangari não se propõe a fazer uma análise de profundidade dos dados, ao contrário de nossa pesquisa.

### **Construindo o campo metodológico em meio a arquivos**

A pesquisa foi realizada a partir de dados secundários colhidos junto a quatro fontes, sendo duas oficiais (e estatais) e duas jornalísticas, respectivamente Polícia Civil da Paraíba, onde colhemos os Boletins de Ocorrência (BO's) sobre homicídios referentes aos anos pesquisados; Instituto de Medicina Legal da Paraíba, doravante IML, no qual pesquisamos os laudos cadavéricos dos mortos por ação violenta provocada por outrem e Jornal da Paraíba e Diário da Borborema<sup>10</sup>. Esses dois últimos são jornais vespertinos de circulação estadual nos quais colhemos dados nas

---

<sup>10</sup> Fechou as portas em fevereiro de 2012. A nossa pesquisa foi uma das últimas a ter acesso aos arquivos do jornal em pleno funcionamento.

reportagens sobre crimes de homicídio cometidos em Campina Grande durante o período “coberto” pela pesquisa.

É importante esclarecer que a escolha de múltiplas fontes com informações sobre os eventos homicidas na cidade durante o período analisado foi enriquecedor, na medida em que nos permitiu fazer o cotejamento dos dados colhidos nas várias fontes, isso possibilitou o preenchimento de lacunas que por vezes se apresentava nos dados produzidos por uma ou outra instituição.

A escolha de trabalhar com dados secundários em arquivos de jornais e em instituições ligadas à Secretaria de Segurança Pública da Paraíba está diretamente vinculada à natureza de nosso objeto de estudo. Ao escolher trabalhar com homicídios, por razões óbvias nos foi impossível entrevistar as vítimas. Restava-nos ainda a possibilidade de se trabalhar com suspeitos e réus dos crimes. Todavia, o grande número de casos de homicídios cujos autores permanecem “desconhecidos” se revelou um obstáculo de difícil superação. Especula-se que no Brasil apenas 8% (oito por cento) dos casos de homicídios tem autoria esclarecida pela polícia. O acesso aos familiares das vítimas por sua vez também se mostrou difícil por causa do tempo exíguo que tínhamos para realizar um processo de aproximação, negociação e sensibilização com pessoas que passavam por processos psicológicos traumáticos após a perda de seus entes.

Por sua vez, o processo de negociação com os responsáveis pelas instituições responsáveis pelos dados foram realizados inicialmente através de contatos telefônicos e posteriormente oficializados mediante ofícios da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Um dos jornais cobrou a taxa de R\$ 30,00 para acesso aos dados e limitou<sup>11</sup> a quantidade de dias de acesso aos arquivos.

---

<sup>11</sup> Posteriormente, no decorrer da pesquisa in loco, a limitação de dias foi abolida, restando apenas a exigência de controle sobre horário e quantidade de pessoas que acessavam os arquivos dos jornais.

De início, foram colhidos os dados produzidos pelos dois jornais indicados. As dificuldades de acessar informações a respeito de crimes de homicídios se mostraram abundantes. Em primeiro lugar, nenhum dos jornais possuía “cadernos” ou páginas específicas, destinados aos acontecimentos comumente classificados como policiais, o que dificultou sobremaneira a “identificação” de reportagens a respeito dos homicídios, praticamente exigindo a leitura de todo o jornal. Segundo, a esporadicidade das reportagens sobre a temática tornou nossa pesquisa nessas fontes árdua e por vezes produzia a sensação de ‘tempo perdido’. A partir desse relato, talvez se possa pensar que esse foi um périplo de pesquisa pouco produtivo. Porém, se considerarmos a problematização<sup>12</sup> da produção dos dados por jornalistas, particularmente na atribuição de categorias às vítimas e aos agressores de casos de homicídios, certamente esse percurso de pesquisa se mostrará bem mais instigante.

Na coleta dos dados nas várias fontes nos utilizamos de questionário com 23 perguntas versando sobre as características das vítimas de homicídios, tais como data do crime, local, motivação, idades de vítima e suspeito, arma utilizada, cor da pele, escolaridade, profissão, estado civil, entre outras. O formulário foi adaptado<sup>13</sup> de acordo com a fonte acessada.

A pesquisa junto ao IML e à Polícia Civil se mostrou bem mais profícua em termos de coleta de dados do que nas fontes anteriormente citadas, pois essas fontes tinham muitas informações a respeito dos homicídios, seus contextos e personagens.

---

<sup>12</sup> Esta discussão será desenvolvida um pouco mais a frente, mesmo que não constitua o objetivo principal do texto em tela.

<sup>13</sup> Informações sobre a data da reportagem, que no caso dos jornais se mostrava imprescindível, era desnecessária para o BO’s e para os Laudos cadavéricos.

## **A construção dos dados**

Ao se trabalhar com dados produzidos por terceiros nós pesquisadores nos vemos “obrigados” a fazer uso de termos e classificações sobre os quais não exercemos nenhuma influência no seu processo de construção. Isso, todavia, não diminui nossa responsabilidade no uso de tais categorias. Assim, ao trabalharmos com as categorizações propostas por jornalistas, policiais e peritos, procuramos não tomá-las como valores em si mesmos, mas como objetivações de múltiplos processos e expressões de distintas visões dos atores sociais que as produziram e veicularam.

Entre as muitas categorizações utilizadas, vemos atribuições tais como marginal, usuário de drogas, noiado, analfabeto, desocupado, negro, pobre, queima de arquivo, baderneiro, marginal etc. Essas foram registradas e tomadas como classificações que expressam as leituras de mundo que jornalistas, policiais e peritos fazem do mundo e particularmente dos envolvidos em casos de homicídios em Campina Grande. Embora não tenhamos entrevistado diretamente esses personagens, entendemos que tais categorizações expressam amostras de suas visões através dos dados que produziram. E essas foram tomadas ao longo da pesquisa como pontos de vistas que precisam ser compreendidos a partir do lugar social de quem fala, muitas vezes expressando visões estigmatizadoras, outras vezes enunciando óticas paternalistas. Seja como for, são classificações que são tomadas como dados cristalizados, frutos de enunciados polissêmicos que resultam e enunciam os lugares e valores sociais de seus produtores. E como tal, precisam ser questionadas, relativizadas, colocadas em suspeição.

## **Discutindo a violência homicida**

Os eventos homicidas ocorridos em Campina Grande durante os anos de 2009 e 2010 com os quais trabalhamos em nossa pesquisa preenche bem algumas das principais definições do conceito de violência. Partindo-se da perspectiva de (MICHAUD, 2001), (FREUND, 1983), MAFFESOLI (2001) pode-se afirmar que a violência se configura como conjunto de ações e estratégias utilizadas contra alguém, seja esse indivíduo ou grupo, levando-o a agir (e a sentir) contra a sua vontade. A compreensão do fenômeno da violência não pode ser reduzida às suas manifestações mais visíveis e diretas, nas quais o uso da força física se evidencia. Todavia, é inegável que sua manifestação direta parece ser tomada como clássica, sobre a qual parece não restar qualquer dúvida de sua existência.

A percepção sobre os homicídios e os consequentes impactos gerados por sua incidência variam em consonância com os contextos histórico e social. Em uma sociedade cristã e capitalista como a nossa, na qual, teoricamente, o “bem da vida” é colocado como único e supremo, a manifestação de práticas homicidas parece afrontar e destruir aquilo que alguém pode possuir de mais relevante. De fato, o homicídio anuncia o fim de uma trajetória; ele acaba com a existência de indivíduos e na maioria dos casos prenuncia sofrimento para amigos e familiares. Essas são algumas das razões que tornam o evento do homicídio tão relevante socialmente nos dias atuais.

Contudo, mesmo sem se mostrar insensível às dores e aos sofrimentos produzidos em decorrência dos homicídios, ficamos atentos às palavras de (MICHAUD, 2001, p. 93), ao afirmar que

A tarefa da teoria social é compreender a violência como fenômeno social, entre outros. Ainda que pareça uma aberração, uma catástrofe ou uma disfunção

grave, o sociólogo não pode se deixar levar pela aparência ou ceder a julgamentos morais, e deve situá-la na unidade do funcionamento social.

Nessa direção, é razoável supormos que os sentidos atribuídos às práticas homicidas atualmente são diferentes de outras configuradas em momentos históricos distintos do nosso, mas certamente também se diferenciam entre os distintos grupos sociais que convivem no interior da sociedade brasileira atual.

Diante de certas óticas tradicionais, o homicídio parece se apresentar como uma das mais abomináveis práticas de violência, por causa das razões acima referidas, pois como mostrou (ELIAS, 1994), na modernidade as demonstrações de violência física foram sendo desestimuladas, desvalorizadas e relegadas aos lugares secundários quando comparados aqueles ocupados, por exemplo, durante a Idade Média. Na modernidade o uso das forças físicas passou a ser visto como expressão da incapacidade dos indivíduos de se autoconterem, demonstrando um menor domínio de si mesmo, o que equivaleria a um menor (ou precário) uso da racionalidade moderna.

No curso desse processo, o uso da violência simbólica passou a ser vista como conquista dos segmentos que tiveram acesso aos “bons níveis” de escolaridade e de “refinamento” social. Por conseguinte, aqueles que restaram à margem das aquisições dessas conquistas continuariam fazendo uso de “formas arcaicas” de violência para resolver seus conflitos<sup>14</sup>. É nessa perspectiva que muitos veem os homicídios em nossos dias. Não por acaso, os crimes ocorridos entre as classes médias brasileiras geram tanto clamor social, como se esses atestassem a presença da “barbaridade” que se acreditava sob controle e, portanto, distante de seus

---

<sup>14</sup> Conflito é aqui tomado como o conjunto de disposições latentes e/ou manifestos construídos e utilizados por indivíduos e grupos para expressarem suas discordâncias frente aos adversários. Os conflitos ajudam a compor a tessitura da vida social (SIMMEL, 1995) e, diferentemente da violência, que implica na tentativa de fazer imposições a sua vontade do adversário, o conflito enuncia posições distintas frente ao um mesmo objeto de desejo (GIRARD, 2008), sem necessariamente implicar em violência. A violência prescinde do conflito, mas não o contrário.

membros. Inversamente, quando os homicídios atingem os segmentos menos favorecidos, eles são vistos e relatados por muitos segmentos sociais conservadores e elitistas, notadamente também pelas forças policiais e por parte dos órgãos de imprensa, como “acontecimentos normais” para contextos fortemente marcados por carências das mais variadas ordens.

Ao analisar esse processo de “sensibilização” moderna, (ELIAS, Idem: 1994) aponta para uma novas configurações da violência nas sociedades ocidentais contemporâneas. Seguindo a mesma seara, (MARTUCELLI, 1999, p. 162) ao refletir sobre as condições da violência na condição moderna observa que

a violência... é representada sob a forma de um déficit de informação e um excesso de ação física ou de energia. Na violência a ação impõe-se sobre a informação; ela é uma desmedida energética num mundo de fluxos imateriais de informação.

Portanto, o uso da força física revelaria ausência de acesso ou de domínio de formas “mais racionais e suaves” de ser resolver conflitos. Como consequência, os que fazem uso deste tipo de violência nos dias atuais seriam vistos de maneira estigmatizada, tidos como grupos e indivíduos com acesso restrito aos bens simbólicos e materiais das sociedades burguesas contemporâneas. Tal como pudemos ler nos “discursos” durante nossa pesquisa, as vítimas dos entevos letais são apontados como “pobres”, “analfabetos”, “negros”, “favelados”, “sertanejos”, “desocupado”, “maconheiro”, “noiado”, “meliante”, para não citar mais do que algumas classificações largamente empregadas por jornalistas e policiais para situar socialmente vítimas e suspeitos de homicídios em Campina Grande.

Ao contrário daqueles que nos querem fazer crer em visões proféticas e utópicas, a violência, tal como os conflitos, não pode ser extirpada da vida social, pois ela constitui um elemento importante na configuração da vida em sociedade. Todavia, em nível de senso comum e mesmo para algumas abordagens científicas,

seus praticantes contemporâneos<sup>15</sup> parecem ser tomados como indivíduos que romperam com certo contrato social. Mesmo que, como bem observa (HERITIER, 2004), *“nenhuma sociedade permite ao indivíduo matar livremente outros, mas nenhuma sociedade o interdita completamente”*.

Assim, embora o uso da violência física permaneça como uma possibilidade ao alcance de todos, a autorização para o seu uso de forma legal somente seria conferida ao Estado (através de seu corpo de funcionários especializados: os policiais), enquanto detentor do monopólio do uso legal da força física (WEBER, 1982). Por conseguinte, os que não se enquadram neste perfil e praticam crimes de homicídio, entre outros, são considerados, por princípio jurídico, como criminosos.

O Estado, portanto, se constituiria como instituição mediadora e reguladora de conflitos entre indivíduos e grupos sociais, fazendo com que as manifestações de violência sejam minoradas, senão evitadas.

Nesse sentido, a perspectiva que analisa o controle do uso da violência física no mundo contemporâneo, também pode ser tomada como “denúncia” do crescente processo de intolerância contra as manifestações da violência física, em especial conta àquelas que não têm o aval de legitimidade.

Com efeito, é importante não se perder de vista que a estética (estéticas?) da violência contemporânea se produz em meio a interesses e conflitos das mais distintas ordens. Por sua vez, a maneira como esses são sentidos e julgados guardam entrelaçamentos com as visões e práticas de mundo de indivíduos e grupos que as enunciam, não só pelas ações de suas mãos, mas também pela força dos dados que produzem.

---

<sup>15</sup> Ao utilizar a expressão “praticantes contemporâneos”, gostaríamos de sublinhar que qualquer um pode ser autor ou vítima de tal evento, contudo, aqui trabalhamos como casos empíricos, a partir dos quais os discursos utilizados são acionados para classificar os atores sociais envolvidos.

## **Resultados: Cenários e personagens da violência homicida em Campina Grande**

Os dados colhidos junto aos arquivos dos jornais da Paraíba, Diário da Borborema, IML e Polícia Civil são “retratos” de uma realidade social, captados e revelados/produzidos a partir do registro de dado fenômeno social - a incidência das práticas de homicídio no município paraibano de Campina Grande. Ao mesmo tempo, como já delineamos anteriormente, os dados são visões, leituras de mundo que estão situadas nas redes de relações sociais na cidade foco de nosso estudo.

De acordo com os dados colhidos junto a essas fontes, no período analisado em nossa pesquisa, foram registrados 327 crimes de homicídios<sup>16</sup> no município. Desses, 140 ocorreram no ano de 2009 e 187 em 2010. Dentre as vítimas, nada menos do que 304 (trezentos e quatro) eram do gênero masculino<sup>17</sup>, sendo 129 em 2009 e 175 no ano seguinte, o que perfaz 93% dos eventos letais durante o período analisado. Talvez esse percentual pudesse ser explicado como resultado de uma maior exposição e circulação dos homens nos espaços públicos. Porém, é importante mencionar que não se trata apenas de maior circulação e exposição, pois caso contrário, como relacionaríamos as conquistas femininas na ocupação de espaços públicos à “baixa” incidência de violência homicida que atinge o gênero feminino em Campina Grande no biênio 2009-2010? Certamente, a explicação para a relação entre gênero masculino e violência homicida passa pela compreensão dos modelos de masculinidade e expressões de violência utilizadas em eventos conflituosos, bem

---

<sup>16</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*, São Paulo: Instituto Sangari, 2011, publicado no final de 2011 traz números diferentes e ligeiramente superiores aos coletados na presente pesquisa. Segundo o Mapa... teriam sido 155 homicídios em 2009 e 218 em 2010. Em parte essa diferença pode ser explicada pelo tratamento metodológico dedicado aos dados. A nossa pesquisa cobriu os dados brutos, sem revisão e sem possíveis alterações. No caso da publicação citada, o autor se refere aos dados de 2010 como “preliminares” (p. 19), mostrando assim que os mesmos poderiam ser alterados. Apesar da diferença numérica, isso não representa um problema para a presente pesquisa, haja vista o propósito estabelecido na presente pesquisa.

<sup>17</sup> Idem (2011, p. 67), mostra que no Brasil, no ano de 2010, 91,4% das vítimas de homicídios eram do gênero masculino, o que demonstra uma “sintonia” entre os dados de Campina Grande e os nacionais.

como pelas precárias investigações policiais e as consequentes taxas elevadas de impunidade que prevalecem na realidade do país.

Igualmente revelador é o fato que 200 (duzentas) vítimas de violência letal na cidade de Campina Grande durante o período analisada eram jovens, com idades entre 14 e 29<sup>18</sup> anos, o que equivale a mais de 61% do universo investigado.

Dentre os dados disponíveis referentes ao estado civil, 164 (cento e sessenta e quatro) das vítimas foram descritas como solteiras, representando 50% do total. Na mesma esteira de informações referente ao grau de escolaridade, havia referências à escolaridade de 91 (noventa e um) pessoas para o ano de 2009, das quais 68 não tinham completado o Ensino Fundamental, 7 (sete) o tinham completado; 8 (oito) haviam completado o Ensino Médio e 2 dois tinham esse nível incompleto; 1 (um) tinha curso superior e 5 (cinco) foram descritos como alfabetizados. No ano de 2010 o quadro se apresenta com os seguintes números: Havia dados disponíveis referentes à escolaridade para 112 (cento e doze) vítimas. Entre essas, 74 (setenta e quatro) tinham o Ensino Fundamental incompleto, 21 (vinte e uma) o haviam completado; 8 (oito) tinham cursado o Ensino Médio e 2 (duas) não tinham completado tal nível de ensino; 6 (seis) apareciam como alfabetizada e 1 (uma) tinha curso superior.

Se considerarmos a junção dos números na categoria Ensino Fundamental incompleto nos dois anos, veremos que 142 (cento e quarenta e duas) vítimas forma incluídas nessa categoria, perfazendo 70% das vítimas. Inversamente, quando computados os números de vítimas com curso superior, obtemos o percentual de 1%. Uma primeira observação salta aos olhos, aos constatarmos que os homicídios atingem predominantemente as pessoas com graus mais baixos de escolaridade. Todavia, essa é uma relação que precisa ser mais bem estudada e compreendida. Se entendermos a violência como um instrumento, tal como (ARENDR, 2001), veremos

---

<sup>18</sup> Aqui trabalhamos com a indicação da Secretaria Nacional de Juventude que pensa as pessoas até 29 anos como jovens adultos. Na presente análise, quando se considera jovem até 24 anos, passamos a ter o percentual de 40%.

que os segmentos mais pobres da população campinense têm menos ou, em muitos casos, nenhum acesso a outros instrumentos de resolução de conflitos, a exemplo da justiça e polícia (a não ser na condição de suspeito), entre outros.

Outra variável que merece ser destacada nesta pesquisa é a da raça. Mesmo considerando a possível fragilidade com que tal variável foi construída pelos autores dos dados com os quais trabalhamos, é preciso lembrar que tal “fragilidade” é resultado das “medidas largas” a partir das quais se define raça no Brasil. Seja como for, dentre os dados consultados, havia referência para 223 (duzentas e vinte e três) vítimas. Dessas, 218 (duzentas e dezoito) foram apontadas como negras<sup>19</sup> e 5 (cinco) como brancas. Curiosamente, ou não, o percentual de negros vitimados representa 97% das vítimas para às quais havia referências à cor da pele. Os números não parecem apenas alarmantes, no fundo eles revelam os resultados mais visíveis de um processo cruel de discriminação e dizimação da população negra paraibana. De modo semelhante, encontramos em outra publicação<sup>20</sup> quadro semelhante de incidência de violência homicida sobre a população negra do Estado da Paraíba.

Os tipos de armas utilizadas nos eventos letais e os locais de moradias das vítimas foram duas outras categorias consideradas em nossa pesquisa. Dentre os meios utilizados para levar a cabo a morte de outrem, em 260 (duzentos e sessenta eventos) foram utilizados armas de fogo; em 30 (trinta) foram empregados armas brancas e nos demais foram empregados paus, pedras, espancamento, esganadura etc. O total de eventos letais nos quais armas de fogo foram empregadas com o intuito de matar equivalem a 80% dos casos de homicídios em Campina Grande durante os anos de 2009 e 2010.

---

<sup>19</sup> Aqui trabalhamos com a definição proposta pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que inclui pardos e pretos na categoria negro.

<sup>20</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. (Op. Cit.2011, p. 62) revela que no ano de 2010, das 1378 (mil trezentas e setenta e oito) pessoas assassinadas no Estado da Paraíba, 1329 (mil trezentas e vinte e nove) eram negras e 49 (quarenta e nove) eram brancas. O percentual de negros neste quadro equivale a 96,4%. Portanto, semelhante àquilo que se produz em Campina Grande.

A grande circulação de armas nas mãos da população brasileira pode ser vista como um potencializador de homicídios. Todavia, por mais obvio que pareça, não é a simples presença<sup>21</sup> de arma que determina o seu uso para fins letais, mas sim a decisão do indivíduo de usá-la. Basta lembrar que o Brasil possui atualmente cerca de 15 milhões de armas em mãos privadas, das quais mais da metade não é registrada. Nos Estados Unidos existem 270 milhões de armas nas mãos da população. Haveremos de supor, portanto, que nos Estados Unidos se mata muito mais por armas de fogo do que no Brasil. Todavia, não é o que acontece, pois no Brasil se mata três vezes e meia mais com armas de fogo do que nos Estados Unidos.

Com relação ao local de moradia<sup>22</sup> das vítimas, 210 (duzentas e dez) residiam em bairros com condições precárias de infraestrutura, marcados pela ausência de equipamentos públicos de uso coletivo, como praças, postos de saúde, rede de esgoto, escolas, espaços de lazer etc. Coincidentemente, há uma forte correlação entre lugar de moradia e de ocorrência dos eventos criminosos, mostrando que a espacialidade geográfica nos casos dos crimes de homicídios ocorridos em Campina Grande assume uma relevância singular na configuração social dos crimes de homicídios. Não se trata, portanto, da vítima estar no lugar "errado" na hora "errada", pois em boa parte dos casos, as vítimas se encontravam em lugares próximos às suas casas, que se espera, seja um ambiente de acolhimento, repouso, respeito e proteção à sua integridade física.

Com base no quadro de ocorrência homicidas em Campina Grande, certamente é possível falarmos em bairros nos quais as práticas de violência homicida são mais suscetíveis de ocorrer, com destaque para localidades periféricas como Pedregal, Glória, Bodocongó, Distrito de São José da Mata, Araxá, Jeremias,

---

<sup>21</sup> Sobre informações a respeito das quantidades de armas no Brasil e nos EUA ver [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121218\\_armas\\_brasil\\_eua\\_violencia\\_mm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121218_armas_brasil_eua_violencia_mm.shtml). Acesso em 10 de agosto de 2013.

<sup>22</sup> Nesta pesquisa, os bairros da cidade foram considerados a partir de cinco categorizações: nobre, periférico, centro, distrito e zona rural. As condições econômicas das populações dessas localidades e a infraestrutura dos bairros tiveram relevância na classificação.

Morro do Urubú. Todavia, essa maior suscetibilidade é resultado da relação de variáveis que incluem ausência de infraestrutura, pouca<sup>23</sup> presença estatal no campo da segurança e na regulação de conflitos, práticas comerciais ilícitas em algumas localidades, forte ingestão de bebidas alcoólicas em outras etc. Nesse cenário, vale lembrar, a presença de armas de fogo e armas brancas em dadas situações de conflitos também deve ser considerada como “potencializadora” de homicídios.

Muitas das reportagens e BO’s aos quais tivemos acesso durante a pesquisa indicavam que os suspeitos residiam nas mesmas localidades das vítimas, o que fortalece a hipótese de ver esses espaços de exclusão social, marcados pela precariedade das mais variadas ordens, como espaços de forte letalidade homicida na cidade. Essa “coincidência” resulta de uma configuração social que ao mesmo tempo em que produz, exclui os segmentos pobres da população, forçando-os a residirem nas periferias e os “entregando” à própria sorte, deixando-os “ao léu”. Como se não bastasse, esses grupos e indivíduos ainda são responsabilizados (por conservadores) como os únicos responsáveis por tudo o que ocorre em seus cotidianos. Não por acaso, algumas explicações dos segmentos tradicionais das classes médias, da imprensa ou mesmo da polícia, atribuem aos crimes ocorridos nessas localidades o caráter de “queima de arquivo”, “resistência à polícia”, “envolvimento com coisas erradas”, usuário de drogas etc.

No fundo, essas explicações partem da ideia generalizante de que a violência homicida seria uma “normalidade” no espaço da periferia pobre da cidade. O mesmo, certamente não se produz quando os crimes de homicídio ocorrem nos bairros considerados nobres e/ou quando atingem algum dos seus membros. Assim, o que se constata nas periferias da cidade no tocante á violência homicida é utilizado como justificativas. E, nesse cenário, as regularidades de categorias sociais de vítimas e agressores são vistas como confirmação/reforço das explicações conservadoras.

---

<sup>23</sup> Por vezes, a presença policial em determinadas localidades se resume “a caçar suspeitos” de terem cometido algum crime.

## Conclusão

Certamente a análise da dinâmica dos homicídios em Campina Grande requer um esforço para uma “compreensão profunda” do conjunto de variáveis que contribuem em maior ou menor grau para tal quadro de violência no município paraibano. E, nessa tentativa de explicação, as transformações ocorridas nas últimas décadas no país, com seus impactos positivos e negativos, e sua conseqüente influência no campo das disputas entre grupos e indivíduos na cidade em tela precisam ser consideradas. É nessa direção que hoje se fala em um processo de interiorização da violência no Brasil. Esse tema por si só renderia muitos trabalhos acadêmicos.

O aquecimento da economia na região Nordeste acima da média nacional nesses últimos anos trouxe um forte investimento e transformações urbanas na cidade de Campina Grande, onde o processo de verticalização imobiliária ganhou novo impulso e o comércio tem vivido bons momentos. Evidentemente, esse cenário de oportunidades traz consigo a expansão de novas circunstâncias, inclusive o aumento da circulação e consumo de bens lícitos e ilícitos, tais como cd's, carros, motos, casas, apartamentos, bebidas, roupas, sapatos, tênis, relógios, viagens, drogas, arma etc. E, paralelamente, gera-se o aumento das disputas em torno dos possíveis benefícios dessa expansão de oportunidades. Disputas essas que se dão das mais variadas formas, a partir de configurações sociais já presentes, e que passam a ser potencializadas de novos conflitos e de novas formas e alternativas para a resolução desses. Juntem-se a isso as difíceis condições e a sempre lenta atitude do Estado paraibano, incluindo-se aí os seus policiamentos, militar e civil, em dar conta das demandas que aparecem, particularmente quando envolvem indivíduos e grupos com reduzido poder de influência e mobilização política.

No cenário social da cidade desta urbe, a ocorrência de homicídios não se constitui como obras do acaso, frutos de eventualidades nas quais indivíduos e

grupos entram em conflito, resultando em morte. Em muitos dos casos analisados na pesquisa percebemos elementos que indicavam o homicídio como uma das etapas de processos conflituosos entre indivíduos e/ou grupos. Assim, o homicídio não se colocava como um “estranho no ninho”, como uma eventualidade ou um pavoroso acidente. Antes, ele se anunciava como uma possibilidade real em meio a processos conflituosos que se estendiam por meses. Como se diz no “mundo do crime”: a chapa esquentou por muito tempo.

Com efeito, no caso analisado nesta pesquisa, é possível se falar em um padrão de produção de homicídios, a partir das regularidades de tipos e características das vítimas e, possivelmente, de seus autores.

Apontar tais regularidades não implica negar a existência de crimes ocasionais e em circunstância adversas àquelas aqui indicadas. Todavia, como vimos nos dados acima elencados, essa “regularidade” nas práticas homicidas é produzida a partir da vitimização de indivíduos que pertencem em sua grande maioria a grupos sociais pobres e marginalizados. Eles são negros, moradores da periferia, com baixo nível de escolaridade e formação profissional incipiente ou exercendo funções de trabalho que não exigem nenhuma formação profissional. São homens, jovens, solteiros e foram atingidos por arma de fogo na grande maioria dos casos.

A face das vítimas de homicídios na cidade de Campina Grande durante os anos de 2009 e 2010 têm características comuns a tantos outros indivíduos que se encontram na margem da exclusão social na cidade. Em outras palavras, “vivos e mortos” pertencem (iam) ao mesmo cenário e vivem (iam) em meio a desafios comuns. É desnecessário afirmar que as evidências atuais mostram que o perfil das vítimas de homicídio não sofreu modificações nos anos que sucederam a realização da pesquisa cujo presente texto procurar detalhar.

Nesse cenário, os homicídios parecem atualizar, a seu modo, um processo contínuo de exclusão social de indivíduos e grupos socialmente relegados à margem. Muitos são enxotados horizontalmente, conduzidos aos bairros periféricos, distantes

dos centros de poder e de “benefícios”. Entre esses, “alguns” são conduzidos à marginalidade verticalizada, para baixo da terra, atingidos pela face mais cruel e final da exclusão, a letalidade.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. *Conflitualidade e violência*. Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade, *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(1): 19-47, maio de 1998.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BAUMAM, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence en occident de 1800 à nos jours*. Paris : Hachette, 1981.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o estado*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Vol. I, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FREUND, Julien. *Sociologie du Conflit*. Paris: PUF, 1983.
- GIRARD, René. *A violência e o Sagrado*. 3ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HERITIER, Françoise. Les fondements de la violence. Analyse anthropologique. In: TOUATI, Armand (Org.) *Violences*. De la Réflexion à l'Intervention. Paris : Cultures em Mouvements, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *A violência Totalitária*. Ensaio de antropologia política. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11 (1), 157- 175, maio de 1999.
- MICHAUD, Yves. *A Violência*. São Paulo, Editora Atica, 2001.

NÓBREGA Jr. José Maria Pereira de. *Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco : dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas* Recife: UFPE, 2010. 271 folhas (Tese de Doutorado em Ciência Política)

SIMMEL, George. *Le Conflit*. Préface de Julien Freud. Traduit de l'allemand par Sibylle Muller. Saulxures: Editions Circé, 1995.

WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*, São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência 2013*. Mortes matadas por arma de fogo. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos latinoamericanos/Flacso Brasil, 2013.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência 2010*. Anatomia dos homicídios no Brasil, São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência 2011*. Os jovens do Brasil, Brasília: Ministério da Justiça; São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*. Brasília/São Paulo: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA/ Ministério da Saúde/Ministério da Justiça/Instituto Sangari. 2009.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

#### **Autor**

Vanderlan Silva

Dr. em Ciências Sociais

Professor da UFCG

Email: [vanderlansilva@uol.com.br](mailto:vanderlansilva@uol.com.br)



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## O PEQUENO COMÉRCIO EM CONTEXTOS DE COMPETITIVIDADE E CRIMINALIDADE: SOCIABILIDADES RECONFIGURADAS?<sup>1</sup>

### THE SMALL TRADE IN CONTEXTS OF COMPETITIVENESS AND CRIMINALITY: RECONFIGURED SOCIABILITIES?

Lincoln da Silva Diniz

Universidade Federal de Campina Grande

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Universidade Federal de Pernambuco

#### Resumo

Neste artigo, pretende-se levantar discussões acerca dos novos comportamentos e tendências adotados por atividades ligadas ao pequeno comércio em Campina Grande-PB, a exemplo do que vem ocorrendo em bairros daquela cidade, a qual constitui importante centro urbano, comercial (atacado e varejo) e de serviços no interior do Nordeste brasileiro; sob contextos de competitividade e de criminalidade urbana, crescentes em cidades brasileiras de diferentes formas e dimensões espaciais na atualidade, reconfigurando, deste modo, sociabilidades historicamente construídas nos lugares.

**Palavras-chave:** pequeno comércio, competitividade, criminalidade, sociabilidade, Campina Grande.

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi apresentado no III Seminário Internacional Cidade, Comércio e Consumo – Mutações nos Espaços Comerciais e de Serviços e o Consumo na Sociedade Contemporânea, São Paulo, 28 a 31 de maio de 2012. Trata-se ainda de parte de uma pesquisa desenvolvida pelos autores no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 2008 a 2012.

**Abstract**

In this article, we intend to raise discussions about the new behaviors and trends adopted by activities related to small trade in Campina Grande-PB, similar to what is happening in neighborhoods of the city, which is an important urban center, commercial (wholesale and retail) and services in inner Northeast Brazil; under contexts of competitiveness and urban criminality that currently are growing in different cities of Brazil in different shapes and spatial dimensions, reconfiguring thus sociabilities which were constructed historically in places.

**Keywords:** small trade, competitiveness, criminality, sociability, Campina Grande.

**Competitividade e criminalidade: violência e medo ameaçando a sociabilidade**

As dimensões espaciais da violência no espaço urbano e comercial, na atualidade, enquadram-se, neste estudo, em duas formas: uma representada pelas ações do crime/medo (nível local) e outra, pela lógica da competitividade econômica (nível global). Ambas as formas de violência afetam diretamente a dinâmica socioespacial das numerosas atividades comerciais fixadas em espaços residenciais da cidade, ameaçando ainda sociabilidades historicamente produzidas.

Ao apontar a competitividade como regra absoluta, perversidade sistêmica, despótica e força maior no mundo globalizado, Santos (2000) destaca que esta competitividade tornou-se a nova regra de convivência entre as pessoas sob os imperativos da produção e do consumo.

A sobrevivência de pequenas atividades econômicas periféricas – pequenos comércios locais –, neste novo contexto, está, por conseguinte, ameaçada e destinada a adaptar-se aos ditames de um mercado cada vez mais competitivo que, muitas vezes, não considera as particularidades dos lugares com suas práticas socioespaciais preexistentes. É aí onde reside o problema da sociabilidade enquanto principal elo de integração e dispersão entre as clientelas e centrais de abastecimento (grandes e pequenos mercados).

De acordo ainda com Santos (2000), a violência, sobretudo, estrutural constitui a forma mais perversa e real do nosso tempo. Esta resulta da presença e das manifestações conjuntas, na era de “globalização perversa”, do dinheiro em estado puro e da brutal competitividade social e econômica. Nesse sentido, para Moraes (1998, p.80), com base em estatísticas mundiais, “a maior parte dos crimes (e até mesmo das doenças mentais) resulta da opressão das injustiças sociais, da miséria financeira ou afetiva”.

Costa e Pimenta (2006, p.9) entendem a violência, sobretudo, como resultado da dinâmica social, pois “vai além das justificativas instintivas ou vinculadas ao biológico, [...]”, bem como “das dimensões da criminalidade, do revólver, do sangue, da faca, do corpo e da morte”. Quanto à complexidade da dinâmica social, Souza (2008, p.182), ao observar a realidade das cidades indianas – onde a pobreza absoluta é maior –, destaca que os índices de criminalidade violenta naquele país são menores do que das cidades brasileiras. Deste modo, percebe-se que os aspectos culturais exercem também influência no modo de vida das populações em variados contextos.

Caldeira (2008), ao analisar a dimensão e os efeitos da criminalidade na cidade de São Paulo, embora tenha apontado a desigualdade social materializada através do uso generalizado de grades de proteção como elemento segregador, acredita que não se pode explicar a violência apenas pelas variáveis socioeconômicas e de urbanização; mas deve-se, também, levar em consideração uma combinação de fatores socioculturais.

A criminalidade presente em diferentes espaços da cidade engendrada pela desigual e excludente estrutura social e econômica dominante torna-se, deste modo, mais evidente a partir dos novos comportamentos dos grupos sociais menos favorecidos, especialmente entre os pequenos comerciantes, para os quais a questão da sobrevivência ainda representa uma condição essencial.

A dinâmica socioespacial deste setor comercial urbano – pequeno comércio –, em suas diversas especialidades, suscita, no período atual, novas discussões teóricas e conceituais, quanto a sua função social e econômica (sociabilidade e consumo), especialmente, em cidades povoadas por sociedades e economias densamente desiguais, como a brasileira. Segundo Souza (2008, p.33), testemunha-se, especialmente, nas grandes e médias cidades brasileiras, o transbordamento do tema da (in) segurança pública, acarretando inúmeros problemas socioeconômicos, como grandes despesas econômicas para os governos, famílias e empresas. Destaca ainda o mesmo autor que a questão do crime no Brasil<sup>2</sup> “rende boas manchetes”, com ampla audiência dos meios de comunicação, como também “rende bons negócios”, a exemplo dos carros de passeio blindados, do uso de armas, dos condomínios exclusivos, dos serviços de firmas de segurança particular etc. (SOUZA, 2008, p.30).

O fenômeno da violência nas cidades atuais e o crescente sentimento de medo entre os seus habitantes são indicados como fatores significativos de uma transformação radical do espaço urbano. Ao enfraquecimento das defesas tradicionais do sistema, como os valores de solidariedade e os laços comunitários, já relativizados pelas sociabilidades individualistas contemporâneas, correspondem mudanças bruscas que acompanham as novas tendências de um mercado cada vez mais individualizado e seletivo (PEDRAZZINI, 2006, p.99-100).

Conforme Bauman (2001, p.36), o que mais distingue a sociedade moderna atual em relação a todas as outras formas históricas de convívio humano, é o fato de aquela apresentar uma intensa e compulsiva tendência de desfazer, destruir tudo em nome da maior capacidade de fazer um novo futuro, em função da produtividade e da competitividade. Para o autor (2009, p.21), “quando a solidariedade é substituída

---

<sup>2</sup> Segundo Caldeira (2008, p.196), “a história da segurança privada no Brasil começa de uma forma peculiar: como produto do Estado Militar. Um mês depois da promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1969, o Decreto Federal 1.034 (21 de outubro de 1969)”, estabelecendo que os serviços de segurança privada fossem obrigatórios para instituições financeiras, especialmente os bancos. Mas, atualmente percebe-se um grande crescimento deste serviço, tornando-o, portanto, o seu uso obrigatório em praticamente todas as esferas e setores da sociedade e da economia.

pela competição<sup>3</sup>, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entre os seus próprios recursos". Tal quadro de corrosão e de dissolução dos laços comunitários, das relações de vizinhanças, acompanha a sociedade moderna atual, gerando inseguranças e alterando as rotinas urbanas.

Na esfera da sociabilidade, envolvendo as mais diversas formas de socialização humana, interação e convívio social<sup>4</sup>, levantam-se novos "utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, dos imediatismos, do egoísmo, do abandono da solidariedade", com a implantação de uma ética pragmática individualista (SANTOS, 2000, p.54). Dessa forma, a sociedade e os indivíduos abandonam as relações solidárias, típicas de cada lugar, com a entronização do reino do cálculo econômico, da competitividade e da violência exacerbada (criminalidade), fato constatado de forma mais concentrada, especialmente, nos espaços urbanos.

A violência, em suas diversas formas – social, política e econômica desigual –, constitui outro fator que induz constantes mudanças estruturais nas atividades comerciais, implicando, ao mesmo tempo, em adaptações e exclusões. Isto ocorre em função dos crescentes custos adicionais com sistemas de segurança, embora muitos pequenos estabelecimentos comerciais não consigam implantar tais mecanismos. A realidade cotidiana destes estabelecimentos, portanto, encontra-se tolhida entre pressões sociais e econômicas de grupos que se utilizam do crime para atenderem às suas intencionalidades. Nesse contexto conflituoso e desfavorável à sociabilidade, torna-se pertinente e imprescindível analisar os efeitos e as formas comerciais resultantes das ações que se tornaram frequentes em inúmeros espaços da cidade.

---

<sup>3</sup> Percebe-se que, para o autor, o sentido do termo "competição" é o mesmo que M. Santos dá ao de "competitividade". O fato é que aquele autor não os distinguiu como o fez o segundo.

<sup>4</sup> Explica Frúgoli Júnior (2007, p.23) que, "ao longo do século XX, o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas, como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros etc."

A instalação de grades de ferro dentre outros equipamentos de segurança, como uma forma de autoproteção dos pequenos estabelecimentos comerciais; a restrição nas vendas; o pouco contato personalizado com a clientela, entre outras ações verificadas *in loco*, revela uma problemática que se tornou constante no âmbito da realidade dos pequenos comerciantes dos bairros residenciais das cidades brasileiras<sup>5</sup>. Frisa Souza (2008) que a situação atual de constrangimentos gerados pelos aparatos de segurança nas cidades, em função do aumento constante da violência (assaltos, homicídios, delitos diversos), constitui, sobretudo, em uma “ameaça à liberdade e à espontaneidade, ao exercício da autonomia” (SOUZA, 2008, p.86).

Diante desta situação imposta pela lógica capitalista atual, as atividades comerciais menores enfrentam novos desafios para poder desenvolver as suas atividades. Mas, para continuar exercendo esta condição no circuito comercial atual, faz-se necessário agregar tendências específicas do consumo moderno, adequando-se aos moldes de um mercado cada vez mais expansivo e competitivo. Sobre esse fato, completa Pintaudi (2008, p.124-125) que: “Uma forma comercial, para durar, tem de ter capacidade de resistência, precisa ter um sentido, criar raízes, mas para isso ela tem de ser atualizada para dialogar com as formas emergentes”.

Para Mayol (2008, p.118), as grandes reformas do consumo moderno “varreram”, em muitos bairros, diversos tipos de pequenos comércios, “[...] que não souberam adaptar-se às novas exigências” mercadológicas da atualidade. Embora os tradicionais mercados de bairro tenham sofrido com as novas ordens econômicas do capital competitivo, segundo ainda Mayol (2008, p.158), este setor representa, sobretudo, “[...] um importante ponto de referência sociológica para a compreensão

---

<sup>5</sup> Segundo os dados de uma pesquisa, intitulada: “Percepção sobre pobreza: causas e soluções”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –, com 3.796 pessoas, no período de 8 a 29 de agosto de 2011, em vários municípios brasileiros, de diferentes regiões, o principal problema social apontado, na percepção dos entrevistados, foi a violência/insegurança, compreendendo 23%, seguido pela saúde (22,3%), corrupção (13,7%) e desemprego (12,4%). A educação ficou com apenas 8% e a pobreza/fome foi mencionada por 6,1% dos entrevistados (IPEA, 2011).

das relações humanas no interior da prática do bairro”. Continua o mesmo autor, dizendo que: “Nenhuma cidade, nenhum povoado pode prescindir dele” – do pequeno comércio –, pois “[...] ao mesmo tempo que é um lugar de comércio, é um lugar de festa” (MAYOL, 2008, p.158), de convívios diversos, sendo a figura do pequeno comerciante, nestes lugares, ainda valorizada por muitos grupos sociais, mesmo em contextos mais violentos, competitivos.

Contudo, as sociabilidades ficam susceptíveis às alterações geradas, em função das instabilidades do seu próprio meio social, político e econômico que reproduz, em diversos níveis, as tendências/realidades violentas de um mercado que se adéqua às formas seletivas de contatos cada vez mais impessoais. É o que ocorre, também, com a organização do pequeno comércio e dos pequenos prestadores de serviços na cidade.

### **Os pequenos comércios dos bairros da cidade de Campina Grande: violência, insegurança e sociabilidade**

O pequeno comércio constitui um objeto comercial que sempre contribuiu, significativamente, na (re) produção socioespacial dos lugares. Embora se apresente como um comércio de dimensões, humildemente reduzidas, sem grande expressão no quadro das atividades, amplamente desenvolvidas, atualmente em muitos centros regionais, como Campina Grande<sup>6</sup> no estado da Paraíba, reconhece-se, contudo, o grandioso papel exercido por este setor da economia urbana no espaço regional. Constituem, também, objetos co-definidores de diversas localidades deste espaço, que ao longo dos séculos agregou profundas transformações.

Ao observar as paisagens urbanas, especialmente nas áreas mais residenciais das cidades brasileiras na atualidade, percebe-se uma cultura cada vez mais impregnada de violência e medo. Os símbolos do medo – grades numerosas, cercas

---

<sup>6</sup> Campina Grande possui uma população de 385.276 habitantes (IBGE, 2010).

elétricas, automóveis com vidros escuros, etc. – “enfeitam” a cidade. Nas áreas residenciais e em qualquer parte do espaço urbano, estes acessórios tornaram-se indispensáveis à manutenção de um novo estilo de vida moldado pela insegurança.

A insegurança espacializada, ao mesmo tempo em formas visíveis e invisíveis de adaptação e sociabilização (gradeamentos, câmeras e sensores), é cada vez mais comum entre os pequenos comerciantes localizados em bairros da cidade de Campina Grande; muito embora a presença dessas formas não atenuem as ações rotineiras da criminalidade, mas acentuam-nas, sinalizando os espaços mais inseguros na cidade<sup>7</sup>.

Nesse sentido, aponta Bauman (2009, p.63) que “[...] a arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, transformando-a sem cessar – embora furtivamente – em áreas extremamente vigiadas, dia e noite”. A iniciativa de manter atividades econômicas em espaços cada vez mais violentos representa, na atualidade, mais uma forma de sobrevivência que define, também, as atividades dos pequenos comerciantes localizados nas zonas urbanas.

Nas áreas residenciais da cidade de Campina Grande, onde a incidência e a diversidade de pequenas atividades comerciais são numerosas, a adoção de instrumentos de segurança, como as grades de ferro, perfaz uma nova necessidade entre os pequenos comerciantes que tentam sobreviver num espaço repleto de insegurança e incertezas<sup>8</sup>. O que ocorre uma vez que os pequenos e constantes

---

<sup>7</sup> De acordo com os dados do mapa da violência dos municípios brasileiros (WAISELFISZ, 2008; 2011), o município paraibano Campina Grande, vem apresentando, um crescimento contínuo de incidências criminosas, sobretudo, homicídios. Entre 2002 a 2010, esta cidade cresceu no ranking dos municípios mais violentos do país, saindo da posição 340ª para 180ª. Até 2006, esse município apresentava uma taxa de 36.2 de homicídio por 100 mil habitantes, mas em 2010 esses números sobem para 48.4. O estado da Paraíba, que em seu histórico criminalístico sempre apareceu, até 2000, entre os estados brasileiros com menores índices, entre 10 a 15 homicídios para um grupo de 100 mil habitantes, ocupando a posição de 20ª lugar, ingressou, nesta última década, num novo patamar de violência que o levou, em 2010, a figurar entre os seis estados mais violentos do país, com um índice de 38.6 de homicídios para um grupo de 100 mil habitantes, sendo, ainda superior à média nacional em 2010, que foi de 26.2. (WAISELFISZ, 2011).

<sup>8</sup> A cultura do medo nas cidades brasileiras, gerada pelo intenso crescimento da violência nestes espaços, é constatada e noticiada frequentemente pelos diversos meios de comunicação. Os bairros

movimentos registrados nos estabelecimentos comerciais do lugar onde atuam são também visados por agentes criminosos na cidade, pois reconhecem que estes “micro-investimentos” correspondem a um dos setores mais dinâmicos e expressivos da economia urbana das cidades brasileiras.

O pequeno comércio fixo nos bairros da cidade de Campina Grande<sup>9</sup>, representado em variadas formas de estabelecimentos (mercearias, mercadinhos, padarias, açougues, farmácias, lojas de material de construção, lojas de artigos variados etc.), compreende uma atividade corriqueira e sociável entre as populações urbanas, sobretudo, entre as populações de baixo nível de renda. Este setor, definido como uma das esferas da “economia popular” no meio urbano visa, sobretudo, nas palavras de Monte-Mór (2008, p.132), “[...] enfatizar o caráter solidário de uma economia comprometida para além da competição e acumulação [...]”.

A “necessidade de segurança” imposta aos pequenos comércios, fixados em muitos bairros da cidade, tem apenas progredido com o aumento contínuo de ações criminosas no lugar, como assaltos, furtos e, em alguns casos, seguidos por homicídios. De maneira forçosa, estas ações têm re-configurado tanto os aspectos físicos dos estabelecimentos, com a aplicação de grades de ferro entre outras formas de proteção, como também as relações com as suas clientelas. Acredita-se que esta situação agrava-se com a ausência de ações/políticas eficazes dos órgãos públicos. A inexistência destas ações, portanto, fragiliza as suas atividades econômicas, comprometendo a sua permanência funcional.

A violência, a insegurança e os constrangimentos fazem parte, portanto, do novo cotidiano destes pequenos comerciantes, os quais perderam a confiabilidade e tranquilidade no que concerne ao trabalhar e morar nestes espaços. O profundo sentimento de insegurança é refletido de forma direta nas grades e portões de ferro

---

da cidade de Campina Grande, por sua vez, em função da intensidade destas ocorrências, são cada vez mais, amplamente noticiados pela imprensa local.

<sup>9</sup>De acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande, este possui atualmente 50 bairros.

expostos nas partes externas e/ou internas dos estabelecimentos comerciais locais, sendo, portanto, estas formas, facilmente apreendidas na paisagem por qualquer indivíduo, conforme revelam as imagens.



**FIGURA 1:** Grades de ferro instaladas na parte interna e externa de pequenos comércios fixados em bairros da cidade de Campina Grande. Fonte: DINIZ, 2012.

Os pequenos comerciantes e os seus clientes, também, na condição de moradores destes espaços menos favorecidos da cidade, sofrem diretamente com os efeitos das ações rotineiras do crime. E, ao mesmo tempo, da ação competitiva das grandes redes de comércio varejista, que se instalam nestes espaços residenciais da cidade, habitados, predominantemente, por populações de baixa renda, sobressaltando os tradicionais comércios locais – mercearias, quitandas, pequenos açougues, padarias, farmácias etc.

Quanto ainda ao aspecto do consumo e da sociabilidade, especialmente, entre a clientela e os pequenos comerciantes fixados nos espaços comerciais dos bairros da cidade de Campina Grande, percebe-se uma nova dinâmica produzida em função da violência (criminalidade) e da competitividade, presente em todos os recantos deste espaço. As estratégias mercadológicas dos grandes espaços comerciais, que tentam se utilizar de diversos artifícios, aplicando sistemas caros e sofisticados para inibir a prática do roubo e controlar os passos dos transeuntes que circulam,

cotidianamente, nestes espaços monitorados por sentinelas eletrônicos, revela uma nova tendência que é reproduzida por diversas casas comerciais pequenas, que também selecionam o tipo de "clientela ideal" para os seus estabelecimentos, tratando de forma diferenciada aqueles clientes "desconhecidos", geralmente não moradores do lugar.

O controle espacial é assim realizado sob formas cada vez mais racionais, também, entre os pequenos comércios, situados nos espaços urbanos em que a preferência excessiva por um público, com capacidade creditícia, vem condicionando e transformando as relações sociáveis em meras transações mercadológicas. O que vem inibindo, por outro lado, parcelas significativas da população.

Desse modo, as sociabilidades, em todos os lugares da cidade, são reconfiguradas na medida em que a intensa utilização de sistemas e formas de segurança em espaços comerciais, especialmente, em pequenos comércios fixados em bairros da cidade de Campina Grande, gera novos comportamentos entre a clientela, notadamente, a clientela de baixas rendas que, sobretudo, em função de suas próprias condições econômicas e culturais, sentem-se, em muitos casos, constrangidas e impedidas de usufruírem dos ambientes de consumo moderno.

Daí, portanto, a relevância da conservação das diversas formas de sociabilidades historicamente criadas pelos próprios moradores dos bairros populares da cidade, na medida em que estas formas garantem relações sociais e comerciais mais próximas e acessíveis às realidades socioculturais e econômicas dos habitantes do lugar, seus fregueses.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA, Maria Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto. *A violência: natural ou sociocultural?* São Paulo: Paulus, 2006.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DINIZ, Lincoln da Silva. *O pequeno comércio em contexto de violência na cidade de Campina Grande-PB*. 2012, Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco – PPGeo/CFCH/UFPE, Recife.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

IPEA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/>

[portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12736&Itemid=75](http://portal.index.php?option=com_content&view=article&id=12736&Itemid=75) Acesso em: 22 de dezembro de 2011.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. 8ªed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.35-185.

MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. 13ªed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ANPEGE, 2008. p.128-140.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. O consumo do espaço de consumo. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ ANPEGE, 2008. p.121-127.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2008. Disponível em: [http://www.sangari.com/view.cfm?cod=42&cod\\_pub=8&t=2&ext=.pdf&pag=publicacoessangari](http://www.sangari.com/view.cfm?cod=42&cod_pub=8&t=2&ext=.pdf&pag=publicacoessangari) Acesso em 17 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: [http://www.sangari.com/mapadaviolencia/\\_pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.sangari.com/mapadaviolencia/_pdf2012/mapa2012_web.pdf) Acesso em 17 de dezembro de 2011.

#### **Autores**

Lincoln da Silva Diniz

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Professor da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

lincoln.ufcg@gmail.com

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Doutor em Geografia Ordenamento Territorial Urbanismo pela Université de Paris III (Sorbonne-

Nouvelle) e Pós-Doutor pela Università Ca' Foscari di Venezia.

Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: cjmc@ufpe.br

Recebido em 05 de novembro de 2014

Aprovado em 12 de dezembro de 2014

# Outros Temas

---



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **REALIDADES FOTOGRÁFICAS: UMA ABORDAGEM DO PROCESSO FOTOGRÁFICO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E RECEPÇÃO**

---

## **PHOTOGRAPHIC REALITIES: AN APPROACH OF THE PHOTOGRAPHIC PROCESS AND ITS CONDITIONS OF PRODUCTION AND RECEPTION**

Suelaine Lima Lucena Agra  
Universidade Federal da Paraíba  
Paulo Matias de Figueiredo Júnior  
Universidade Federal de Campina Grande

### **Resumo**

Observando as formas de exploração do fazer fotográfico pode-se ter um melhor entendimento acerca das possíveis ligações que a fotografia mantém com a realidade, como também das suas repercussões no campo da arte. As mudanças das percepções sobre a fotografia, relacionadas ao que era considerado um processo automático, possibilitaram o reconhecimento do seu estatuto artístico, favorecendo novos caminhos para o seu processo criativo.

**Palavras-chave:** Fotografia. Artes visuais. Processo fotográfico. Realidades fotográficas.

### **Abstract**

By observing the ways of exploring photographic process one can have a better understanding of the possible links that photography has with reality, as well as its impact on the field of art. Changes in

perceptions about photography, related to what was considered an automatic process, enabled the recognition of its artistic status, encouraging new paths for its creative process.

**Keywords:** Photography. Visual arts. Photographic process. Photographic realities.

## 1. Uma realidade fotográfica

O advento da fotografia, além de trazer novas possibilidades técnicas e científicas para a sociedade do século XIX, ascendeu novas percepções artísticas, que levaram a muitos debates e críticas a respeito dessa prática. A principal discussão dizia respeito ao seu caráter de testemunho devido à relação direta existente entre imagem e referente; esses discursos questionavam a concepção de arte, uma vez que a imagem revelada no papel, através de princípios ópticos e químicos, era tida como o resultado de um procedimento genuinamente mecânico, livre de um esforço criativo, e logo, artístico.

A fotografia era vista como uma prática capaz de reproduzir fielmente o mundo real através de um procedimento técnico. Basicamente, ela era tida como um instrumento documental, um forte contribuidor científico e uma forma de auxílio à memória. Contraposta ao fazer fotográfico, numa concepção elitista de arte, estava a pintura, entendida como um resultado com valor criativo, fruto do imaginário.

Essa bipartição recobre claramente uma oposição entre a técnica, por um lado, e a atividade humana, por outro. Nessa perspectiva, a fotografia seria o resultado objetivo da neutralidade de um aparelho, enquanto a pintura seria o produto subjetivo da sensibilidade de um artista e de sua habilidade. [...]. Disso se deduziu que a foto não interpreta, não seleciona, não hierarquiza. Como máquina regida apenas pelas leis da ótica e da química, só pode retransmitir com precisão e exatidão o espetáculo da natureza. Eis pelo menos o que fundamenta o ponto de vista comum, a *doxa*, o saber trivial sobre a foto. (DUBOIS, 1999, p. 32)

Fica claro que à fotografia estava designada a função de testemunho. Por conseguinte, o papel de instrumento de reprodução do real, até então exercido pela pintura, passa a ser feito com muito mais precisão pela fotografia. Isto fez com que a maioria das produções realizadas com o surgimento da técnica fotográfica seguisse uma linha naturalista, que buscava registrar o mundo de forma que houvesse uma extensão do que era visto pelo olho humano.

Indo contra as posições que defendiam a mimese fotográfica, no final do século XIX, alguns fotógrafos passaram a apresentar esforços para que a fotografia fosse reconhecida enquanto arte. Assim, dava-se início às primeiras manifestações do *pictorialismo*, que propunha intervenções nas imagens para que estas se distanciassem da realidade, através de um procedimento mais pessoal e menos mecanizado. Isso proporcionou uma aproximação entre fotografia e arte pictórica, dado que muitas dessas manipulações eram feitas através de desenhos e pinturas.

Via-se, dessa forma, a possibilidade de produzir uma interpretação do real, uma vez que o artista podia transmitir seus pensamentos através da composição de uma imagem; como no caso do trabalho desenvolvido pelo pintor e fotógrafo Oscar Gustave Reijlander, que oferecia um sentido artístico às fotografias que produzia.

O método de trabalho utilizado confirma a preocupação com a superioridade da idéia: ele desenha suas composições antes de as colocar em cena e fotografá-las. Deste modo, domina não só o produto final, como o próprio real e suas partes mais íntimas.

Esse domínio interpretativo expressa-se em um *quadro fotográfico* tanto pela decupagem como pela *mise em scène* de um determinado número de objetos e figuras. A reunião posterior desses elementos criará uma nova unidade de sentido. Ora, à medida que a fotografia é reconhecida como um retrato fiel do mundo, prepará-la, retocá-la e fragmentá-la, reconstituindo-a numa ordem artificial e subjetiva, significa manipular o próprio real. (MELLO, 1998, p.26)

Intervenções realizadas pelo fotógrafo proporcionam um misto entre realidade e ficção, pois apesar da existência de elementos reais, a manipulação da imagem permite a propagação de intenções ideais. Com uma maior liberdade no uso dos materiais fotográficos, pode-se perceber a sensibilidade do artista, daquele que busca fazer uso da técnica disponível para que, de maneira criativa, possa se expressar. Conceber uma imagem pensando na melhor forma de dispor seus elementos formais é, acima de tudo, valorizar uma ideia.

A deformação intencional dos assuntos através das possibilidades de efeitos ópticos e químicos, assim como a abstração, montagem e alteração visual da ordem natural das coisas, a criação enfim de novas realidades tem sido exploradas constantemente pelos fotógrafos. Neste sentido, o assunto teatralmente construído segundo uma proposta dramática, psicológica, surrealista, romântica, política, caricaturesca etc., embora fruto do imaginário do autor, não deixa de ser um visível fotográfico captado de uma realidade imaginada. Seu respectivo registro visual documenta a atividade criativa do autor, além de ser, em si mesmo, uma manifestação de arte. (KOSSOY, 2001, p. 49)

Ainda com o objetivo de comprovar que a fotografia não se restringia à reprodução mecânica do real, os artistas também buscavam evidenciar as limitações fotográficas no que diz respeito às diferenças entre a realidade e o que era captado pela câmera, como, por exemplo, em relação a sua inabilidade de exibir com exatidão as cores, visto que na foto a paleta de cores era reduzida à escala de cinza. De acordo com Dubois, "No século XX, toda essa argumentação será retomada com vigor, sistematizada e amplificada em vários sentidos" (1999, p.38). O autor acrescenta ainda que esse tipo de discurso pode ser percebido nos estudos de Rudolf Arnheim, que

[...] propõe uma enumeração sintética das diferenças aparentes que a imagem apresenta com relação ao real: em primeiro lugar, a fotografia oferece ao mundo uma imagem determinada ao mesmo tempo pelo ângulo de visão escolhido, por sua distância do objeto e pelo enquadramento; em seguida, reduz, por um lado, a tridimensionalidade do objeto a uma imagem bidimensional e, por outro, todo o campo de variações cromáticas a um contraste branco e preto; finalmente, isola um ponto preciso do espaço-tempo e é puramente visual (às vezes sonora no caso do cinema falado), excluindo qualquer outra sensação olfativa ou tátil. (1999, p.38)

Nota-se, desse modo, que os discursos que contestavam o automatismo fotográfico e sua condição de cópia do real se estenderam pelo século XX. Práticas como o pictorialismo se manifestaram na tentativa de provocar um afastamento das utilidades sociais estabelecidas à fotografia desde o seu surgimento, e intervenções estéticas, como as mencionadas, contribuíram de forma significativa nas modificações das condições de produção da imagem fotográfica.

As opiniões que defendiam os discursos realistas foram aos poucos sendo deslocadas, tanto por percepções teóricas, como pelos trabalhos produzidos, que cada vez mais apresentavam preocupações plásticas, tendo assim um forte teor artístico. Com uma intervenção mais evidente por parte do fotógrafo, a neutralidade (que muitos acreditavam ser própria do meio fotográfico) passa a ser controvertida. “[...] A fotografia deixa de aparecer como transparente, inocente e realista por essência. Não é mais o veículo incontestável de uma *verdade empírica*”. (DUBOIS, 1993, p.42)

O que é percebido através do olhar humano não pode ser visto da mesma maneira através de uma foto. A fotografia não reproduz o real, isso pode ser verificado até mesmo nas suas condições de produção; ao produzir uma imagem, o fotógrafo materializa aquilo que percebe visualmente ao seu redor, ele oferece ao observador uma representação de um objeto e não o próprio objeto, ou seja, uma

representação não designa semelhança. Antonio Aguilera, citado por Soulages, afirma que

A foto [...] não torna mais próxima a realidade [...]. É até o contrário: com essa aparente realidade que ela parece fornecer, dissimula-nos os mecanismos através dos quais ela seria compreensível... Acreditar que os meios mecânicos são realistas, que eles transmitem facilmente a realidade, supõe que se ignore que o realismo, como qualquer invenção humana, é relativo, historicamente determinado e sujeito à ideia que os homens fazem do mundo e de si mesmos. (2010, p.88)

Com as concepções que defendiam uma relação de verossimilhança entre fotografia e realidade sendo superadas, acontece uma mudança importante relacionada ao foco das teorias fotográficas, que deixa de ser restrito ao resultado e passa a evidenciar o modo de produção da fotografia. Ou seja, a preocupação não se concentra apenas nas modalidades técnicas, mas sim em todo o processo fotográfico e suas relações com o referencial, tanto durante a produção como na sua recepção.

## **2. O processo fotográfico: fotógrafo, fotografado e observador**

A fotografia não se limita a uma imagem ampliada no papel, ao resultado de um procedimento mecânico; a ela está ligado todo o processo fotográfico, que traz consigo o registro de um momento, a percepção do fotografado pelo fotógrafo. É através da recepção dessa imagem, do ato de contemplação, que se pode gerar uma memória relacionada às suas condições de surgimento, e, logo, do seu referente.

Considerando, assim, não só o resultado final do ato fotográfico, mas o processo de produção como um todo, pode-se perceber uma das particularidades da fotografia: sua ligação com o referente. De acordo com Barthes: "[...] a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade

amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro [...]”. (1984, p. 15)

A qualidade de inseparável é adquirida no momento do “clique”, durante o próprio ato fotográfico. O momento em que se captura determinada imagem não é passível de modificações e vai registrar o que não se repete novamente; mas ele também, através da fotografia, pode deixar um vestígio de sua presença, um testemunho de certas realidades. Logo, o referente atua como comunicador da presença de um dado objeto, situação, pessoa ou lugar, em dado momento. Isto é, a imagem indica a existência do que foi fotografado, mas não determina um sentido para o que é exposto. A apreensão do(s) sentido(s) de uma foto vai além do seu momento de criação, a ela estão relacionadas as condições de recepção, sejam estas cognitivas ou emocionais.

De acordo com os conceitos semióticos de Charles S. Peirce, quando signo e referente apresentam uma relação de proximidade física, na qual o signo aponta a existência do referente (como é o caso da fotografia), admite-se a noção de *índice*. Peirce, citado por Dubois, menciona ainda que índices são signos

[...] que não têm todo seu sentido neles mesmos, mas cujo significado completo depende da situação de enunciação na qual eles são utilizados, cada uso desses signos atribuindo-lhes um referente a cada vez específico, portanto variável em cada caso: sua semântica depende de sua pragmática. (1999, p.76)

A significação de uma imagem, portanto, depende das circunstâncias em que esta é encontrada. Reconhecendo que uma foto por si só não significa, mas sim, indica sentidos, tem-se uma compreensão mais ampla do interesse particular provocado por uma imagem em cada observador. Este interesse pode ser ocasionado tanto por uma instância mais racional, por fins estéticos, como também por curiosidades subjetivas.

Analisando a fotografia enquanto produto artístico, os conceitos sobre as possíveis significações da imagem são considerados fundamentais para que se compreenda até que ponto o artista pode ter domínio sobre o sentido da sua obra, de forma que possa tanto expressar suas ideias e/ou sentimentos, como também trabalhar o imaginário do observador, uma vez que é durante a recepção da foto que sentidos variados podem ser gerados. Compreendendo uma imagem através de seus atos perceptivos e psíquicos, o observador participa, de certa forma, de sua criação.

Para descrever os modos de envolvimento do observador com uma foto, Barthes utiliza como exemplo sua própria experiência fotográfica e nomeia dois elementos que surgem como estimulantes de interesse: *studium* e *punctum*. Aquilo que é visto com facilidade e de uma forma consciente, por meio de uma leitura (da foto) de caráter mais objetivo e abordagem definida, é designado como *studium*, que de acordo com o autor

[...] é o campo muito vasto do desejo indolente, do interesse diversificado, do gosto inconseqüente: *gosto / não gosto, I like / I don't*. O *studium* é da ordem do *tolike*, e não do *tolove*; mobiliza um meio-desejo, um meio-querer; é a mesma espécie de interesse vago, uniforme, irresponsável, que temos por pessoas, espetáculos, roupas, livros que consideramos "distintos". (1984, p.47- 48)

É na observação do *studium* que se pode reconhecer as intenções mais abrangentes do fotógrafo, percebendo, assim, o propósito da produção de uma foto, que pode ser informar, provocar, representar etc. Já o *punctum* diz respeito a algo que não é comunicado nem compartilhado com facilidade, visto que é percebido de maneira mais subjetiva. É aquilo que deriva da própria imagem e atinge o observador independentemente do que o seu olhar procura obter, é um "ponto sensível" da foto e que, como afirma Barthes, "[...] dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo (como

invisto com minha consciência soberana o campo do *studium*), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar". (1984, p.46)

Uma foto que causa interesse é geralmente a que surpreende o observador. Se o fotógrafo revela algo inesperado, além de expor seu ponto de vista sobre determinado tema, ele provoca reflexão. Se a composição da imagem é feita de acordo com uma lógica criativa, pode-se revelar o óbvio, que muitas vezes não é percebido. Isso causa uma impressão no observador, fazendo-o pensar sobre o que a foto comunica.

O fotógrafo pode então surpreender através do tema abordado, ou ainda provocar sentidos através da sutileza e pela qualidade estética, fazendo, conscientemente ou não, que sua imagem dialogue diretamente com o observador. Mas, vale salientar que as condições de recepção de uma foto nunca são as mesmas, elas dependem fundamentalmente dos sujeitos que a recebem, dos seus conhecimentos, sua cultura e até mesmo do seu interesse pelo que é mostrado na imagem.

A escolha do que será fotografado, o aparelho utilizado (tipo de câmera e de lentes), o ângulo de tomada da imagem, iluminação, revelação, o uso que será atribuído à foto etc., são escolhas feitas pelo fotógrafo antes e depois do momento de captura, que podem valorizar o instante que é eternizado pela fotografia. Saber reconhecer visualmente o que se quer expressar e estruturar a essência disso em uma foto é fundamental para que o fotógrafo comunique o que deseja, e gere novos sentidos através da imagem.

Como a foto, em sua própria essência, é esvaziada do sentido que a realidade poderia ter, o receptor, uma vez passado o tempo da confusão, pode investi-la de novos sentidos ligados a sua subjetividade e a seu imaginário: uma foto de alguma coisa permite sempre imaginar outra coisa. A fotografia é a arte do imaginário por excelência [...] talvez porque seja muda, sem movimento e sem futuro, puro fragmento de *nonsense* que pede

uma construção de sentido imaginária por parte do receptor. (SOULAGES, 2010, p.78)

Fica claro, assim, que o referente por si só não comunica; aquilo que é fotografado pode sugerir uma série de interpretações, e as potencialidades narrativas de uma imagem podem ser exploradas ainda mais durante sua recepção, pelo observador. O fotógrafo, enquanto produtor, tem a possibilidade de se expressar de diferentes maneiras, mas é através da valorização da ideia, muito mais do que do suporte, que se substancializam as apropriações do ato fotográfico.

### **3. A arte fotográfica encenada**

Como mencionado anteriormente, ao longo da história da fotografia, muitos foram os discursos sobre sua relação com o real. É importante perceber que nessa ligação entre imagem e realidade existem níveis diferenciados de envolvimento. Em alguns casos, o fotógrafo explora a realidade da forma que lhe é apresentada (por exemplo, em fotos de paisagem ou ainda na obra de Cartier-Bresson, que procura captar a essência do objeto-realidade em seu *instante decisivo*). Por outro lado, existem fotografias que mostram uma situação encenada, uma realidade que é criada com o intuito de contar algo.

Neste caso, as noções de como o fotógrafo cria o seu trabalho ganham novas perspectivas e as suas formas de recepção também se alteram consideravelmente. A fotografia encenada, ou montada, resulta de estratégias exploradas pelo artista com a finalidade de direcionar uma situação para que se gere uma foto. Desta forma, o fotógrafo tem a liberdade de dispor os elementos significativos da imagem, tendo controle sobre cenário, figurino e todos os outros elementos visuais. Ele também conduz as atitudes e posturas de quem é fotografado, que, nesse caso, passa a assumir a identidade de uma personagem.

A produção artística tem início antes mesmo do ato fotográfico, assim, a construção da obra fotográfica se mostra tão significativa quanto o resultado final. Nota-se, portanto, que a fotografia se torna uma criação dirigida, um processo que permite a introdução de novas realidades no meio em que atua. O fotógrafo controla o que é produzido, podendo prever os possíveis resultados do seu trabalho, atendendo de forma mais precisa à suas vontades enquanto artista.

A encenação fotográfica não implica necessariamente a construção de um mundo totalmente fantasioso. Ela pode simplesmente ser produzida com o intuito de questionar a realidade, através, por exemplo, da criação de fotos que parecem advir de uma situação real, mas que na verdade não são. Diante disso, pode-se considerar que a fotografia é tida como um meio capaz de recriar, e não reproduzir, o real, e é nessa perspectiva que o fotógrafo é criador, utilizando a seu favor as possibilidades estéticas e imaginativas da fotografia.

Com essa autonomia proporcionada pela foto encenada, o artista pode experimentar usos diversos da técnica fotográfica, como também oferecer um campo aberto a ser interpretado. Esse tipo de exploração do fazer fotográfico dá à obra uma abertura indefinida, uma vez que, através da ficção, o que é observado na foto não tem um fim na própria imagem, a interpretação permite a extensão do olhar, dotando a foto de densidade subjetiva.

[...] A fotografia contemporânea é hoje um suporte para várias manifestações imagéticas que exigem do espectador uma capacidade de leitura diferenciada. Cada vez mais o que temos é a apresentação de uma idéia, de um conceito orquestrando o trabalho do artista, que propõe uma lógica processual para tentar despertar o espectador diante de milhares de imagens que somos expostos diariamente. (FERNANDES JUNIOR, 2006, p.15 – 16)

Como apresentado até então, o fazer fotográfico vem ganhando maior liberdade diante das várias possibilidades estéticas e técnicas que podem ser exploradas pelos artistas. Porém, não é devido a essas considerações que se pode adotar uma postura que admita toda e qualquer foto como sendo uma produção artística. É importante que se observe as intenções de quem cria; se a criação foi articulada de forma a valorizar características estéticas, e, principalmente, se a foto é capaz de comover seu receptor de alguma forma, seja através do imaginário, da memória ou da sensibilidade.

É por meio do *continuum* do visível que a fotografia trabalha com o imaginário, e é por isso que se pode compreendê-la como um meio expressivo que trata visualmente questões subjetivas. Através das suas formas de manifestação, a fotografia cria realidades que levam o observador a uma atividade mental (por meio da *abertura* fotográfica), o que possibilita entendimentos diversos, mas, sempre levando em conta as particularidades de cada obra. Uma mesma foto apresentada em contextos diferentes alcança novas dimensões, podendo ser recriada cada vez que é observada. Esse aspecto reafirma o valor essencial de qualquer tipo de arte que é o efeito de fazer refletir, questionar, sensibilizar e/ou criticar.

A obra fotográfica deve ser aberta nas suas condições de contemplação, sem entregar, portanto, um sentido restrito que impossibilite a reflexão. Tendo consciência das especificidades fotográficas é que o artista pode desenvolver as potencialidades dessa prática enquanto arte. Compreendendo e explorando suas dimensões não só técnicas, mas, principalmente, estéticas, o processo de criação que acontece antes e depois da foto se torna o centro do ato fotográfico.

#### **4. Considerações finais**

A fotografia pode assumir funções diferenciadas na sociedade: do ponto de vista do seu caráter simbólico, ela pode dar margem a associações, convencendo

valores; numa perspectiva epistemológica, ela pode transmitir conhecimentos, tendo um cunho informativo; em relação ao campo estético, a imagem oferece possibilidades de experiências sensoriais, além, é claro, de apresentar outras aplicabilidades. Sendo assim, durante o seu processo de produção e de recepção é fundamental que essas intenções estejam bem definidas para que haja um nível comunicacional efetivo entre criador e receptor.

As condições de produção e de recepção da imagem passam a ser o ponto de convergência da criação artística. Nesse ponto de vista, o fazer fotográfico como um todo passa a ser considerado, e não apenas o produto final, a fotografia em si. Ela se torna índice de uma série de elementos que estão ligados ao ato fotográfico: o objeto fotografado, o fotógrafo e o receptor. O que aponta uma valorização do que precede e o que sucede a foto, como forma de reafirmar a expressão criativa fotográfica.

## Referências

BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 3. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1999.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. *Processos de Criação na Fotografia: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica*. FACOM, n. 16, p. 10-19, 2006. [On-Line]. Disponível em: <[http://www.faap.br/revista\\_faap/revista\\_facom/facom\\_16/rubens.pdf](http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_16/rubens.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

SOULAGES, François. *Estética da fotografia: perda e permanência*. Trans. Iraci D. Poleti e Regina Salgado Campos. São Paulo: SENAC São Paulo, 2010.

#### **Autores**

Suelaine Lima Lucena Agra

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: [suelainelima@gmail.com](mailto:suelainelima@gmail.com).

Paulo Matias de Figueiredo Júnior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP.

Professor Adjunto do Curso de Arte e Mídia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - PB.

E-mail: [paulomfjr@hotmail.com](mailto:paulomfjr@hotmail.com).

Recebido em 24 de julho de 2014

Aprovado em 30 de outubro de 2014



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **O QUE EXATAMENTE TORNA OS LARES DE HOJE TÃO DIFERENTES, TÃO ATRAENTES? UMA RELEITURA DE RICHARD HAMILTON APÓS CINCO DÉCADAS**

---

### **WHAT EXACTLY MAKES TODAY'S HOMES SO DIFFERENT, SO APPEALING? A REREADING OF RICHARD HAMILTON AFTER FIVE DECADES**

Maria Stella Galvão Santos

Universidade Potiguar

#### **Resumo**

O presente artigo propõe-se a analisar a obra chave de um dos artistas representativos da Pop Art, Richard Hamilton, entre sua concepção na segunda metade da década de 1950, portanto no Pós-Guerra imediato e nascente ênfase na produção e consumo de um número crescentemente maior de produtos, ao cenário marcadamente consumista das primeiras décadas do século XXI. As interfaces existentes, a colagem de Hamilton e sua apreensão do universo da Publicidade e Consumo tornam-na especialmente contemporânea, sinalizando como que o nascedouro de uma sociedade caracterizada pela ampla oferta de itens consumíveis, oferecidos por meio de uma incessante cadeia de estímulos disponíveis nos meios de comunicação de massa. Paradoxalmente ou não, a Arte Pop terminou por apontar os excessos que se encontravam, eles próprios, no interior de uma cultura marcada pelo consumo desenfreado, um dos símbolos mais fortes oferecidos pelos artistas que abraçaram esta estética.

**Palavras-chave:** Arte Pop, Publicidade, Consumo.

**Abstract**

This article aims at analyzing the main work of one of the representative artists of Pop Art, Richard Hamilton, from his conception in the second half of the 1950s, so in the immediate post-War, beginning the expansion of the production of a number progressively larger product would result in hyper consumerist scenario of the first decades of the twenty-first century. The interfaces between the bonding of Hamilton and his perception of the world of Advertising and Consumption make it distinctly contemporary, signaling the beginning of a society characterized by a wide range of consumer items, offered through a ceaseless chain of stimuli available in the media mass communication. Paradoxically or not, Pop Art ended by pointing out the excesses that were in a culture marked by conspicuous consumption, one of the strongest symbols offered by the artists who embraced this aesthetic.

**Key words:** Pop Art, Advertising, Consumption.

A colagem de Richard Hamilton, "*O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?*", finalizada em 1956 (Imagem 1), é uma das primeiras imagens relacionadas ao que o crítico britânico Lawrence Alloway denominou de *Pop Art*. Concebido como pôster e ilustração para o catálogo da exposição *This is tomorrow* [Este é o amanhã] do *Independent Group* de Londres, o trabalho é impregnado de temas e técnicas dominantes na então nova expressão artística.

O pôster, como a colagem passou a ser comumente identificada,<sup>1</sup> apresenta uma cena doméstica construída com o auxílio de anúncios deslocados de revistas de grande circulação. Nesta cena doméstica, um casal é igualado a alguns objetos da vida moderna exibida – TV, aspirador de pó, enlatados, produtos em embalagens vistosas etc. Os anúncios são descolados de seus contextos originais e transpostos para a obra de arte, ainda que guardem resíduos de seus *locus* originais. Os signos presentes na obra são procedentes dos *mass media* de uma sociedade industrial, como apresentado por David McCarthy (2002).

---

<sup>1</sup> A reprodução da colagem de Richard Hamilton foi retirada do seguinte endereço online. <<http://www.apollo-magazine.com/pop/>> Acesso em 30/08/2014.



3/25

R. Hon. Hon

IMAGEM 1: "O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?" (HAMILTON, 1956).

No período compreendido entre 1962 e 1968, o norte-americano Andy Warhol (1928-1987) personificou de forma icônica o recém-nascido pop. Afinado com a banalidade e a uniformidade, a publicidade e a sociedade de consumo, explorou nesta as séries de produtos fabricados em massa. Daí a exploração de conjuntos de objetos idênticos: latas de sopa, garrafas de coca-cola, notas de dólar, Monalisas, a mesma foto de Marilyn Monroe repetida incessantemente em *silkscreen* – arte para ser olhada de relance, como um espetáculo repetitivo, inspirando, finalmente, para alguns, indiferença e tédio. Na visão de Danto (2006), a obra de Warhol no futuro integrará, não a história, mas a sociologia, da arte.

Na década de 1960, Hamilton e Warhol não foram os únicos a serem contagiados pelo bombardeio de imagens da sociedade de consumo. Ao lado de características marcantes em suas proposições estéticas, outros artistas seguiram a corrente avassaladora do pop. Robert Rauschenberg continuou a encontrar na TV uma fonte inesgotável, enquanto Roy *Lichtenstein*, considerado o mais formalista do movimento, explorou publicações populares, jornais, revistas, histórias em quadrinhos. E nos outdoors de James Rosenquist, montagens de gigantescos fragmentos de imagens das ruas norte-americanas, em justaposições inusitadas. Em comum, o estridente signo visual atrelado ao hábito de comprar, mas não sem o embrulho adequado.

Hamilton, por exemplo, ao aproximar arte e design comercial (anúncios facilmente encontráveis em centros comerciais populares, nas décadas de 1950 e 60), também estabelece alguma vizinhança, propositadamente, entre as fronteiras da arte erudita e arte popular, ou entre arte elevada e cultura de massa. Sugere, ainda, desconfiar dos princípios centrais da nova sensibilidade artística *pop* que basicamente trata de uma arte popular, transitória, consumível, de baixo custo, produzida em massa, atraente, sedutora.

McCarthy traduz as discussões sobre a sensibilidade estética presente na *Pop Art* e faz um recorte das intenções do artista plástico, citando Lawrence ALLOWAY:

[...] o pôster era composto basicamente de anúncios recortados de revistas populares. Ao reconhecer a existência desse material e usa-lo numa colagem, Hamilton sugere não só que o reino dos meios de comunicação de massa era digno de inclusão nas categorias mais elevadas da cultura ocidental, mas também que as distinções culturais tradicionais – entre elevado e inferior, elitista e democrático, único e múltiplo – poderiam ser um resquício de uma sensibilidade estética antiga e agora absoleta. [...]

O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes? O quê? Aquilo que Hamilton, à época, considerava vital e determinante no mundo Pós-Guerra, isto é, a felicidade acessível a todos pela via da produção industrial, do consumo de massa, da informação através das redes de comunicação e do hedonismo como filosofia de vida. O pôster, como já ressaltado, mostra um casal jovem, o homem de tanga a exhibir o físico atlético bem cultivado, a mulher esguia e seminua em pose sensual, os dois numa sala atulhada de objetos, desde eletrodomésticos a presunto enlatado. O que celebrava esse cartaz? A cultura de consumo, a sociedade de mercado e a nova “concepção das fontes de prazer” (BARBOSA, 2004, p. 50).

De acordo com McCarthy (2002, p.6):

A pergunta feita por Hamilton era bastante fácil de responder. (...) Em resumo, um mundo de fantasia consumista, disponível por um bom preço, prometia uma fuga do enfadonho trabalho na vida do pós-guerra na Grã-Bretanha. O que poderia ser mais diferente ou mais atraente?

Por isso, esse novo movimento artístico deveria ser popular, transitória, consumível, de baixo custo, produzida em massa, jovem, espirituosa, sexy, chamativa, glamourosa e um grande negócio.

Propomos a pergunta feita provocativamente por Hamilton na segunda metade da década de 1950 a três profissionais que consomem arte regularmente,

ainda que sob a forma contemplativa: um jornalista e uma designer potiguares, e uma advogada paulista.

Basicamente, a possibilidade do preenchimento. É no lar que manifestamos o tamanho dos nossos vazios e o consumo nos permite abarrotar as lacunas de nossa existência. O padrão de consumo, ou do que é consumido, pode até ter mudado – timidamente. Mas, a fonte do consumo sempre será a mesma. Os lares, nas minúcias de seus sentidos, não são diferentes, mas são indubitavelmente atraentes, já que sempre manifestam o nosso pensamento íntimo sobre a grande tríade: amor, tempo e morte. (H. A., jornalista)

Uma incipiente cultura do corpo, da beleza e do 'narcisismo' aparece de forma quase premonitória no trabalho de Hamilton, desvelando uma hipervalorização do universo do consumo voltado para si. "Embora exista um casal, eles não demonstram qualquer conectividade amorosa: isso fica para a tela que conta sobre o amor; e, como conexão com o passado, o quadro do 'avô' perdido e destoando da decoração". (E. M., advogada). Com sua gênese no pós-guerra, o consumo começa a ser cada vez pautado pelo corpo e sensualidade. Corpo, sexo, tecnologia para serem consumidos rapidamente e em quantidade superlativa, como aponta a designer gráfica E. P. Alguns símbolos da época permanecem de uma forma exacerbada, como o culto ao corpo, "mas o que chama a atenção é a decoração *kitsch*, tanto na disposição de objetos triviais como nos equipamentos eletrônicos, que se fundem em uma estética de pura ostentação."

A Arte Pop emergiu entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. O termo foi usado pela primeira vez pelo crítico britânico Lawrence Alloway, em 1954, como um rótulo conveniente para a "arte popular" que estava sendo criada pela Indústria Cultural. Este crítico acabou ampliando o termo em 1962, incluindo a atividade de artistas que estavam utilizando imagens populares em um contexto artístico.

O conceito de *Indústria Cultural* surge também no Pós Guerra com Adorno (2009). Em 1940, despontou a Escola de Frankfurt, composta por intelectuais que elaboraram teorias críticas aos meios de comunicação, alegando que estes causavam alienação. Entre os integrantes dessa Escola estavam Theodor Adorno e Max Horkheimer, os criadores do termo "indústria cultural". Com base em Adorno, esse conceito implica na produção de arte e cultura nos padrões comerciais, com fabricação em série de revistas, músicas, filmes e serialização e padronização da cultura. Essa padronização anularia, segundo os teóricos da Escola de Frankfurt, toda a individualidade e qualquer resistência por parte do consumidor e se relacionaria à ideia de reprodutibilidade.

Dessa forma, as obras de arte deixam de ser objeto de contemplação e passam a meros produtos. Perdem sua autenticidade, seu *hic et nunc* - expressão que significa, no latim, "aqui e agora", a qual foi atribuída ao universo da arte por Walter Benjamin, também filósofo da Escola de Frankfurt - e sua *aura* (característica que também se apoia nas teorias de Benjamin (1985, p. 116): "essa espécie de transcendência que assinala a presença única e singular das obras de arte."

Mas, a despeito dos questionamentos acadêmicos lançados no interior dos movimentos artísticos que exploravam os objetos e o gosto das massas, a *Pop Art* representava uma possibilidade de contornar os pressupostos da arte moderna, baseada na separação entre arte e vida, e pregava que os meios de comunicação de massa deveriam ser incluídos nas categorias mais elevadas da cultura ocidental, fonte e inspiração da euforia consumista, especialmente em função do rápido processo de mudança no mundo do Pós-Guerra (McCarthy, 2002, p. 35).

A primeira obra considerada como Arte Pop e aceita como tal foi justamente a colagem realizada por Hamilton. Ela se compunha basicamente de anúncios recortados de revistas populares, tendo contribuído decisivamente para os diversos temas que viriam dominar a Arte Pop na década de 1960. É, aliás, a partir dos anos 1950, que a arte transborda do espaço especializado dos museus, galerias e

exposições, para o cotidiano. Essa perda da aura clássica da arte será promovida deliberadamente pela estética Pop, que traz o cotidiano do consumo e do universo da comunicação de massa para o território da arte, elementos que até então lhe eram estranhos. A obra-marco desse movimento mostra justamente um exemplo máximo do cotidiano da classe média: um lar moderno de um casal moderno.

Para Strickland (2004), o retorno aos temas figurativos, como realizado pela Arte Pop, estava longe de significar um retorno à tradição, pois o que esta arte fez foi elevar os mais grosseiros objetos de consumo a verdadeiros ícones. Em 1962, os artistas *pop* surgiam no estrelato e o gosto pelo *pop* se dava de maneira fácil. "As cores brilhantes, os desenhos dinâmicos (...) e a qualidade mecânica lhe davam uma lustrosa familiaridade. Da noite para o dia, o *pop* se tornou um fenômeno de marketing tanto quanto um novo movimento artístico" (Strickland, 2004, p. 174).

Esta tendência em recuperar imagens disponíveis e retrabalhá-las, iniciada no início das vanguardas do século XX e substancialmente desenvolvida no período da Arte Pop, culminou com a apropriação e citação de símbolos caros à cultura do período, e sua representação de forma fragmentada e frequentemente irônica. Em linhas gerais, portanto, a *Pop Art* foi um movimento diretamente ligado ao universo da publicidade e do consumo. Em seu contexto histórico e cronológico vemos isso: os anos 1950 e o começo dos anos 1960 deram o pontapé inicial no *boom* celebrado em torno do consumo.

De acordo com McCarthy (2002, p. 28), "economistas, políticos, críticos e artistas explicavam, debatiam e celebravam esse novo mundo de abundância de mercadorias". Ele ainda explica que os norte-americanos eram muito estimulados pela propaganda (consumida através de revistas populares - como *Life* e *Times* -, cinema, música, televisão etc.) e, por isso, o consumo acabou se tornando uma unidade de medida de sucesso financeiro e bem-estar psicológico. Os artistas desse movimento acabavam promovendo seu trabalho e, ao mesmo tempo, as marcas dos

produtos que representavam em suas obras quando as reproduziam em forma de gravuras, pôsteres e cartões postais.

Conforme Suely Rolnik, “não há subjetividade sem uma cartografia cultural que lhe sirva de guia; e, reciprocamente, não há cultura sem um certo modo de subjetivação que funcione segundo seu perfil. A rigor, é impossível dissociar essas paisagens” (1997, p. 29). Comentando sobre os efeitos psicoculturais da globalização econômica, a autora constata a produção de “identidades *prêt-à-porter*” (1997, p. 22) para consumo das subjetividades chamadas a funcionar nas sempre cambiantes órbitas de mercado.

Lazzarato e Negri analisam as formas de vida e a produção de subjetividade em nossos dias, salientando que “o capitalismo não é mais o capitalismo da produção, mas do produto. O marketing não é mais somente uma técnica de venda, mas um dispositivo de constituição das relações sociais, de informações, de valores para o mercado” (2001, p. 64). Na visão dos pesquisadores italianos, a lógica mercantil pretende reger o social, o político e a comunicação, investindo nos processos individuais e coletivos de subjetivação.

No passado, os conceitos de “diferenciação” (*differentiation*) e de “pertença grupal” (*membership*) eram elementos relevantes na definição do desenvolvimento de uma comunidade. Giddens (2002) apresenta uma abordagem interessante com relação à ideia de “estilos de vida”: Para ele, trata-se de conjuntos de práticas e valores disponíveis para serem escolhidos, os quais os indivíduos incorporam, ou aos quais aderem, no sentido de garantir uma “segurança ontológica”, um lugar na modernidade tardia, caracterizada pela ruptura de instituições que antes garantiam identidades fixas e estabelecidas.

Carrascoza e Santarelli (2009) exercitam esse olhar sobre as transformações das narrativas publicitárias. Segundo a retrospectiva elaborada pelos autores, a publicidade que nasce da estética dos cartazes franceses e ganha requintes de arte, passa por diversas transformações. Entre elas, deixa de ser mero objeto estético com

funções informativas para ter um apelo ideológico mais forte, como no discurso político na Alemanha, que têm força através do rádio e da cinematografia. Depois, a modernidade dos eletrodomésticos ganha vez nos anúncios, inaugurando a era do consumo de novidades.

Nesta época, as mídias revistas e rádio conquistam espaço e reconhecimento social (CARRASCOZA; SANTARELLI, 2009). Na sequência, o mundo dos serviços e da tecnologia recém-inaugurada invade o mercado, que tem na televisão a sua maior representação. Vive-se neste tempo em que “as marcas invadem a vida” (CARRASCOZA; SANTARELLI, 2009, p. 80). A propaganda extrapola o lugar até então midiático e se joga sobre qualquer suporte: paradas de ônibus, o próprio ônibus, com seus vidros traseiros e seus acessórios de segurança, onde os passageiros se seguram. As intervenções urbanas, nas ruas, nos bares, os banheiros de shoppings. Nas laterais dos prédios. Como dizem os autores “Eles estão em todo lugar. A cada dia ocupam um espaço novo” (2009, p. 80).

O novo, particularmente o digital, fenômeno sobre o qual não nos deteremos nesta abordagem, mas que aparece de modo inevitável na releitura visual da obra original de Hamilton. A partir da década de 1990, artistas influentes como o próprio Richard Hamilton produziram obras utilizando meios digitais, como em *Just what is it that makes today's homes so different?*<sup>2</sup> [O que torna os lares de hoje tão diferentes?] (imagem 2), de 1992, impressa a *laser*, na qual ele atualiza os elementos icônicos associados a uma sala de estar, presentes em sua conhecida colagem *pop* homônima, de título mais extenso e perscrutador acerca do consumo.

---

<sup>2</sup> A reprodução da colagem de Richard Hamilton foi retirada do seguinte endereço online: <<http://www.tate.org.uk/art/artworks/hamilton-just-what-is-it-that-makes-todays-homes-so-different-p11358>> Acesso em 30/08/2014.



**IMAGEM 2:** *Just what is it that makes today's homes so different?* (HAMILTON, 1992).

Nesta releitura da colagem original de Richard Hamilton, pelo próprio artista, quatro décadas depois, repetem-se as figuras de atletas e de seu ambiente, como no *zapping* televisivo, ou na cultura de massa em geral, mas observa-se nítida atualização de alguns itens de composição da cena como o micro-ondas e o aparelho televisivo. A repetição da cena evoca as séries de latas de sopa ou as fotos idênticas de celebridades trabalhadas por Andy Warhol. Vívidas, banais, como na arte de Rauschenberg, as imagens sugerem um contorno nítido, coruscante, de cores chapadas, brilhantes, como figuras recortadas de histórias em quadrinhos, fotos, outdoors, magazines, ilustrações publicitárias ou da TV, com seu tremeluzir de luzes e movimentos.

## Considerações finais

A continuação deste quadro evolutivo é o ponto a que chegamos hoje: o excesso do mundo da informação e de estímulos para aquisições. Superposições associadas ao peso do risco da dispersão. O tempo, ou melhor, a falta do tempo, rege o ritmo vertiginoso do dia a dia. A consequência: vivemos nessa busca incessante do tempo e da informação. Como dizem Carrascoza e Santarelli, na “[...] varredura à busca de informações, no processo do *search*. Fazer a busca, depois mesclar, permitir as conexões, entregar-se à bricolagem” (2009, p. 76). Como fez Hamilton na colagem que antecipou a Era do Consumo, já esboçada nos anos 1950, depois refeita sob o signo de um consumo onipresente na década de 1990.

A obra de Hamilton permanece extremamente atual e é uma contribuição primordial à discussão dos acontecimentos contemporâneos, pois comunica a possibilidade ao indivíduo de ganhar senso crítico frente ao grande número de informações imagéticas do nosso cotidiano. Essas relações de um tempo pós-moderno refletem-se de forma exuberante na publicidade. Dizem respeito, entre outros aspectos: à apropriação e reestilização do passado; à mistura de gêneros, épocas e estilos; à quebra de barreiras entre o popular e o erudito; à linguagem fragmentária; ao fim das narrativas lineares; à assimilação da arte pela publicidade, moda e design e à quebra do referencial do tempo e da identidade.

Se o pop, como quer Arthur Danto (2006), consiste na transfiguração do prosaico, na aceitação entusiástica da sociedade de consumo e de suas imagens, isso implica ter renunciado à função – proclamada pelas vanguardas – de atuar como consciência da sociedade? Há quem responda afirmativamente. Na visão cristalizada por Danto em “Após o fim da arte” (2006) o público de hoje quer ser deixado em paz; não quer se sentir desestabilizado pelas inquietações inseparáveis do espírito crítico: procura na arte apenas a celebração das pequenas alegrias do homem comum, exatamente as proporcionadas pela cultura consumista. O pop contribuiu, assim, para diluir o papel da arte enquanto arena para o exercício do livre pensamento e da sensibilidade descompromissada.

## Referências

- ADORNO, T. *Indústria Cultural e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- ALLOWAY, L. *Catálogo da Exposição: American Pop Art*. Nova York. 1974.
- BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.
- BENJAMIN, W. *A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CARRASCOZA, J.A; SANTARELLI, C. *Tramas Publicitárias: narrativas ilustradas de momentos marcantes da publicidade*. São Paulo: Ática, 2009.
- DANTO, A. C. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.
- LAZZARATTO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- MCCARTHY, D. *Arte pop*. Tradução: Otacílio Nunes. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- ROLNIK, S. 1997. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização.
- In: D. LINS (org.), Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas, Papirus.
- STRICKLAND, C. *Arte Comentada: da Pré-História ao Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

### **Autora**

Maria Stella Galvão Santos

Mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora e pesquisadora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Potiguar (UnP).

E-mail [stellagalvao@unp.br](mailto:stellagalvao@unp.br)

Recebido em 28 de outubro de 2014.

Revisado em 09 de novembro de 2014.

Aprovado em 19 de novembro de 2014.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online